



# BEM PÚBLICO OU RIQUEZA PRIVADA?

Saúde, educação e outros serviços públicos universais reduzem o fosso entre ricos e pobres e entre mulheres e homens. Cobrar impostos mais justos dos ricos pode ajudar a pagar por esses serviços.

A nossa economia está falida, com centenas de milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza, enquanto quem está no topo recebe enormes recompensas.

O número de bilionários duplicou desde a crise financeira de 2007-08 e suas fortunas cresceram 2,5 bilhões de dólares por dia, mas os super-ricos e as grandes empresas estão pagando o menor nível de impostos em décadas. Os custos humanos – crianças sem professores, unidades de saúde sem medicamentos – são imensos. Serviços privados fragmentados punem os pobres e privilegiam as elites, e as mulheres são as que mais sofrem, pois têm que compensar a falta de serviços públicos com muitas horas de trabalho de cuidado não remunerado.

Precisamos transformar nossas economias para proporcionar saúde, educação e outros serviços públicos universais. Para que isso seja possível, as pessoas e as empresas mais ricas devem pagar uma parcela justa de impostos, o que levará a uma grande redução do fosso entre ricos e pobres e entre mulheres e homens.

Este documento foi escrito por Max Lawson, Man-Kwun Chan, Francesca Rhodes, Anam Parvez Butt, Anna Marriott, Ellen Ehmke, Didier Jacobs, Julie Seghers, Jaime Atienza e Rebecca Gowland. A Oxfam agradece a colaboração de Elizabeth Njambi, Charlotte Becker, Anna Ratcliff, Jon Slater, Ana Arendar, Patricia Espinoza Revollo, Irene Guijt, Franziska Mager, Iñigo Macías Aymar, Kira Boe, Katie Malouf Bous, Katharina Down, Nabil Ahmed, Matthew Spencer, Oliver Pearce e Susana Ruiz. Os autores são gratos a vários especialistas que colaboraram generosamente: Arjun Jayadev, Liepollo Lebohanga Pheko, Deborah Hardoon, Gabriel Zucman, Debbie Budlender, Kate Pickett, Stephen Kidd, Patrick Asuming, Matthew Martin, Jonathan Ostry, Karin Stenberg e Danny Dorling. O documento faz parte de uma série de artigos escritos para informar o debate público sobre temas relativos a políticas de desenvolvimento e humanitárias.

Para mais informações sobre as questões levantadas neste documento, envie um e-mail para [advocacy@oxfaminternational.org](mailto:advocacy@oxfaminternational.org)

Esta publicação está sujeita a copyright, no entanto, o texto pode ser utilizado livremente para incidência política e campanhas, bem como no âmbito da educação e da pesquisa, sempre e quando indicada a fonte de forma completa. Os detentores dos direitos autorais solicitam que qualquer uso da obra seja comunicado, a fim de avaliar o seu impacto. A reprodução do texto em outras circunstâncias ou seu uso em outras publicações, assim como em traduções ou adaptações, podem ser feitos após a obtenção de autorização e podem exigir o pagamento de uma taxa. Para mais informações, entre em contato pelo e-mail [policyandpractice@oxfam.org.uk](mailto:policyandpractice@oxfam.org.uk).

As informações contidas nessa publicação estão corretas no momento da sua impressão. Publicado pela Oxfam GB para a Oxfam Internacional sob ISBN 978-1-78748-365-1 em janeiro de 2019.

DOI: 10.21201/2019.3651

Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK.

Foto de capa: Judith leciona em uma escola na província de Equateur, na República Democrática do Congo. O diretor da escola morreu do vírus Ebola e Judith ficou em quarentena por 21 dias como precaução. Quando seu período de isolamento terminou, a Oxfam a ajudou a se reintegrar à sua comunidade, além de apoiar a escola com estruturas para higiene das mãos, promoção de saúde para combater a desinformação e uma área de descanso para alunos e funcionários que não se sintam bem. Foto: Alain Nking/Oxfam.

# ÍNDICE

<b>Palavras introdutórias</b> .....	<b>4</b>
<b>Sumário executivo</b> .....	<b>8</b>
Recomendações Fundamentais .....	9
Bem público em vez de riqueza privada .....	10
O fosso que ameaça nos dividir.....	14
O poder dos serviços públicos para combater a desigualdade .....	17
Escolham o bem público, não a riqueza privada .....	26
<b>1 A desigualdade está fora de controle</b> .....	<b>28</b>
Nossos líderes não estão enfrentando o fosso cada vez maior entre ricos e pobres .....	28
Mais um ano de abundância para os bilionários .....	29
Um ano ruim para a redução da pobreza.....	31
Por que o fosso entre ricos e pobres é alarmante? .....	33
<b>2 Desigualdade econômica e desigualdade de gênero</b> .....	<b>37</b>
Políticas econômicas e seu impacto sobre mulheres e homens.....	38
Cuidados não remunerados e desigualdade .....	40
<b>3 Como os serviços públicos e a proteção social podem combater a desigualdade</b> .....	<b>44</b>
Fazendo milagres todos os dias .....	44
Há avanços, mas irregulares e desiguais.....	46
Os serviços públicos de baixa qualidade aumentam a desigualdade em muitos países .....	47
Como os serviços públicos e a proteção social podem reduzir a desigualdade?.....	49
Que tipos de serviços públicos e proteção social maximizam a redução da desigualdade? .....	53
<b>4 O pagamento por serviços públicos e proteção social universais</b> .....	<b>64</b>
Pessoas e empresas ricas devem pagar uma parcela justa dos impostos ...	65
Combatendo a corrupção .....	72
O papel da ajuda internacional .....	73
A ameaça da dívida .....	74
<b>5 Lutando por um mundo mais justo</b> .....	<b>76</b>
Notas .....	79

# PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

## **Nellie Kumambala, professora do ensino médio em Lumbadzi, Malaui**



Eu sempre quis ser professora. Meu pai, que faleceu em 2015, foi professor de matemática a vida toda. Foi ele quem me deu a inspiração e o desejo de ser professora. Eu já leciono há 19 anos, e as minhas irmãs também lecionam. Somos uma família de professoras!

Eu trabalho na escola comunitária de ensino médio da minha região. As crianças da minha escola vêm de famílias bem pobres, e muitas percorrem uma longa distância, pois não há escola próxima. Várias delas chegam de estômago vazio, o que é um obstáculo à aprendizagem. Em nossa escola, temos problemas com relação ao número insuficiente de livros didáticos, além de salas de aula e materiais didáticos em mau estado. Mas vamos compartilhando o que temos.

Ao longo desses anos, vi muitas meninas e meninos inteligentes, com boas notas, apesar de terem origem pobre. Eu me lembro de Chimwemwe Gabisa, que era ótima em matemática, a melhor aluna que eu já tive. Ela terminou o ensino médio, mas não conseguiu fazer faculdade por falta de dinheiro.

Eu vi as escolas particulares caras da cidade, onde as crianças de famílias ricas conseguem estudar, e as estruturas são muito boas. Não me parece justo que seja tão mais difícil educar as crianças de uma escola pública. Há muito pouca assistência para ajudá-las em sua educação.

Este relatório da Oxfam me mostrou o tamanho do fosso entre ricos e pobres neste mundo, e como muito poucas pessoas têm tanto, enquanto muitas outras têm tão pouco. Como Deus pode permitir uma coisa dessas? Eu pago impostos todos os meses com o pouco que eu ganho. Não entendo por que as pessoas que têm tudo não estão pagando seus impostos para ajudar a financiar o desenvolvimento.

Com mais dinheiro, seria possível fazer muito em nossa escola. Poderíamos dar café da manhã aos alunos, proporcionar livros didáticos a todos eles, ajudá-los nas necessidades básicas – por exemplo, comprar uniformes e outras coisas, como cadernos de exercícios. Pelo menos lhes daria uma chance melhor na vida. Seria maravilhoso se pudéssemos fazer isso.

## Nick Hanauer, empresário e investidor



Eu pratico o capitalismo. Fundei ou financiei 37 empresas, e fui o primeiro investidor externo da Amazon. A lição mais importante que eu aprendi nessas décadas de experiência com o capitalismo de mercado é que a moralidade e a justiça são pré-requisitos fundamentais para a prosperidade e o crescimento econômico. A ganância não é boa.

O problema é que quase todas as autoridades nos dizem o contrário – de economistas a políticos, e também a mídia. A nossa atual crise de desigualdade é resultado direto desse fracasso moral. Essa

sociedade excludente e altamente desigual, baseada na extrema riqueza para poucos, pode parecer sólida e inevitável agora, mas vai desabar em algum momento. Mais cedo ou mais tarde, os explorados se levantarão, e o caos resultante disso não beneficiará ninguém – nem os ricos como eu, nem os mais pobres, que já foram deixados para trás.

Para evitar essa crise existencial, devemos cravar uma estaca no coração da religião neoliberal que recompensa instantaneamente a ganância à custa do nosso futuro. Devemos substituí-la por uma nova estrutura econômica – que a Oxfam descreveu como algo mais próximo de uma “Economia Humana”, que reconhece que a justiça e a inclusão não são consequências da prosperidade econômica, e sim suas causas.

Somente uma sociedade que procure incluir todas as pessoas na economia pode ter êxito no longo prazo. Para construir essa sociedade, os mais ricos devem pagar uma parcela justa dos impostos – e, como demonstra o relatório da Oxfam deste ano, eles estão fazendo o oposto. Os impostos máximos cobrados das pessoas e das empresas mais ricas são os mais baixos em décadas. Níveis nunca vistos de evasão e elisão fiscais garantem que os super-ricos paguem ainda menos.

Não pode haver justificativa moral para esse comportamento, para além do desacreditado dogma neoliberal de que, se todos maximizarem seu individualismo, o mundo será, de alguma maneira, um lugar melhor. Isso também não tem justificativa econômica. Na verdade, é economicamente autodestrutivo, pois as pessoas comuns que movem uma economia próspera são empobrecidas em favor das contas bancárias dos bilionários. Eu não tenho a menor dúvida de que os mais ricos da nossa sociedade podem e devem pagar muito mais impostos para ajudar a construir uma sociedade mais igualitária e uma economia próspera.

Se os nossos governos pudessem tributar a riqueza de maneira justa, como mostra o relatório da Oxfam, poderíamos dar todas as crianças uma chance de ter um futuro. Poderíamos garantir que ninguém tivesse medo de ficar doente por não poder pagar pelos serviços de saúde, seja na Índia ou no meu próprio país, os Estados Unidos. Poderíamos – e deveríamos – usar

essa riqueza para construir economias e sociedades melhores e mais igualitárias.

A ortodoxia neoliberal de hoje nos ensina que a inclusão e a justiça são luxos, que a saúde e a educação devem ser deixadas à mercê do “livre mercado”, disponíveis apenas àqueles que têm dinheiro para pagar por elas, e que essa tributação cada vez menor dos mais ricos só fará beneficiar o crescimento econômico. Mas essa visão é equivocada e atrasada.

Em última análise, a verdadeira fonte de crescimento econômico e de uma civilização próspera é a nossa humanidade, e não a sua ausência. Isso é um imperativo não apenas para ativistas e acadêmicos, mas para todos nós – incluindo todos os bilionários. Não é uma questão de saber se podemos fazer isso. É o contrário: não podemos deixar de fazê-lo.

### **Gro Harlem Brundtland, membro e fundadora do grupo The Elders, Diretora Geral da Organização Mundial de Saúde de 1998 a 2003, e primeira mulher a ser Primeira-Ministra da Noruega**



Como a Oxfam vem destacando nos últimos cinco anos, o nível de desigualdade econômica que testemunhamos hoje é simplesmente uma calamidade. De acordo com a análise da Organização, 26 pessoas possuem atualmente a mesma riqueza que os 3,8 bilhões que compõem a metade mais pobre da humanidade, o que significa

uma redução se compararmos com os 43 nomes do ano passado. Embora haja um consenso político cada vez forte em torno do enfrentamento da desigualdade extrema, incluindo uma meta de desenvolvimento sustentável específica para essa questão, já deveríamos ter visto alguma ação real.

O excelente relatório da Oxfam, *Bem Público ou Riqueza Privada?*, recomenda uma maneira prática para que todos os países consigam reduzir a desigualdade: oferecer serviços públicos universais e gratuitos. O centro da proposta está no poder inigualável que os serviços públicos, como educação e saúde, têm de combater a pobreza, reduzir a desigualdade e enfrentar a injustiça de gênero. Com base em minha experiência como primeira-ministra da Noruega e Diretora Geral da Organização Mundial de Saúde, eu apoio totalmente essa mensagem.

Em muitos países, enquanto quem tem dinheiro consegue acessar serviços de saúde e educação de boa qualidade, centenas de milhões de pessoas não dispõem de serviços vitais ou mergulham na pobreza porque são obrigadas a pagar preços inviáveis. Esse fardo é sentido particularmente por mulheres e crianças, que têm muita necessidade dos serviços, mas menos acesso a recursos financeiros. Em alguns países, mulheres pobres e seus bebês chegam a ser presas em hospitais por não poder pagar as despesas de saúde depois de darem à luz.

A solução para esse problema é simples: serviços públicos universais oferecidos gratuitamente em nível local. Infelizmente, interesses políticos poderosos costumam se opor a essa maneira comprovadamente eficaz de reduzir as desigualdades.

Para superar essa oposição e implementar serviços públicos de caráter igualitário, é necessário um grande investimento de verbas públicas e capital político por parte de governos e líderes políticos. Além de melhorar os indicadores sociais, acelerar o crescimento econômico e reduzir as desigualdades, essa também é uma opção política inteligente, que pode fortalecer a coesão social e proporcionar um legado duradouro.

O primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Sete décadas depois da adoção daquele texto histórico, este relatório da Oxfam serve como um poderoso lembrete desse princípio, mas também do enorme desafio que ainda enfrentamos para transformar essas belas palavras em realidade.

Combater a desigualdade continua sendo um dos desafios mais complexos do mundo, e proporcionar serviços públicos universais é uma forma testada e comprovada de fazer frente a ele. Agora, devemos agir contra a extrema desigualdade para alcançar um futuro mais justo, saudável e feliz para todos, e não apenas para uns poucos.

# SUMÁRIO EXECUTIVO

## BEM PRIVADO OU RIQUEZA PÚBLICA?

A RIQUEZA DOS BILIONÁRIOS DO MUNDO AUMENTOU EM US\$ 900 BILHÕES EM 2018, O QUE SIGNIFICA:

**US\$ 2,5 BILHÕES POR DIA**



A POBREZA EXTREMA ESTÁ AUMENTANDO NA ÁFRICA SUBSAARIANA.

Essas novas evidências também mostram que 3,4 bilhões de pessoas mal escaparam da pobreza extrema, e estão vivendo com menos de

**US\$ 5,5 POR DIA**



OS HOMENS DETÊM ATUALMENTE 50% A MAIS DA RIQUEZA TOTAL DO QUE AS MULHERES.



Um estudo sobre 13 países em desenvolvimento concluiu que:

OS GASTOS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE REPRESENTAVAM 69% DA REDUÇÃO TOTAL DAS DESIGUALDADES.



FAZER COM QUE O 1% MAIS RICO PAGUE APENAS MAIS 0,5% DE IMPOSTOS SOBRE SUA RIQUEZA PODERIA GERAR MAIS DINHEIRO DO QUE O CUSTO DE:

Educar todas as **262 MILHÕES** de crianças que estão fora da escola...



...e fornecer serviços de saúde que salvariam as vidas de **3,3 MILHÕES** de pessoas.

Fontes:

Forbes. (2018); Nota metodológica.<sup>1</sup>

Banco Mundial. (2018a).<sup>2</sup>

A. Shorrocks, J. Davies and R. Lluberas. (2018). Relatório de Riqueza Mundial 2018.<sup>3</sup>

N. Lustig. (2015).<sup>4</sup>

Nota metodológica, op cit.<sup>5</sup>

# RECOMENDAÇÕES FUNDAMENTAIS

Os governos devem ouvir os cidadãos comuns e tomar medidas significativas para reduzir a desigualdade. Todos os governos devem **estabelecer metas e planos de ação concretos e com prazos definidos para reduzir a desigualdade, como parte de seus compromissos com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10**. Esses planos devem incluir ações nas três áreas a seguir:

1. **Proporcionar saúde, educação e outros serviços públicos de forma universal e gratuita, que também funcionem para mulheres e meninas.** Parar de apoiar a privatização dos serviços públicos. Fornecer aposentadoria, salários-família e outras formas de proteção social a todos. Implementar todos os serviços de forma a garantir que eles também atendam às necessidades de mulheres e meninas.
2. **Liberar o tempo das mulheres, reduzindo os milhões de horas não remuneradas que elas passam cuidando de suas famílias e lares, todos os dias.** Permitir que quem faz esse trabalho essencial tenha voz nas decisões orçamentárias e fazer da liberação do tempo das mulheres um objetivo fundamental dos gastos públicos. Investir em serviços públicos, incluindo água, eletricidade e creches, que reduzam o tempo necessário para realizar esse trabalho não remunerado. Construir todos os serviços públicos de maneira que eles funcionem para quem tem pouco tempo livre.
3. **Rever a baixa tributação de empresas e pessoas ricas.** Tributar a riqueza e o capital em níveis mais justos. Brecar a redução generalizada do imposto de renda de pessoas físicas e empresas. Eliminar a evasão e a elisão fiscais por parte de empresas e indivíduos super-ricos. Chegar a um consenso sobre um novo conjunto de regras e instituições globais para reformular os fundamentos do sistema tributário com o objetivo de torná-lo justo, com os países em desenvolvimento tendo participação igualitária.

*Mukesh Ambani ocupa o 19º lugar na lista dos bilionários da Forbes de 2018 e é a pessoa mais rica da Índia. Sua residência em Mumbai, um imponente edifício de mais de 170 metros de altura, vale 1 bilhão de dólares e é a casa particular mais cara do mundo.<sup>6</sup>*

*Pratima, que mora em uma favela em Patna, no leste da Índia, perdeu os dois filhos gêmeos devido a atrasos e falta de recursos na unidade de saúde mais próxima. Mulheres pobres como Pratima têm que dar à luz sem atendimento adequado, o que as deixa vulneráveis a complicações, negligência e perda dos bebês durante a gravidez.*

*Jeff Bezos, o fundador da Amazon, é o homem mais rico do mundo, com uma fortuna de 112 bilhões de dólares segundo a lista da Forbes de 2018. Apenas 1% de sua riqueza total equivale a quase todo o orçamento de saúde da Etiópia, um país de 105 milhões de habitantes. Ele disse recentemente que decidiu investir sua fortuna em viagens espaciais, já que não consegue mais pensar em como gastar o dinheiro.<sup>7</sup>*

*Zay trabalha no processamento de camarão na Tailândia. Os camarões que ele descasca são fornecidos a grandes varejistas, como os supermercados Whole Foods, cujo controle agora é da Amazon. No final de um turno de trabalho, a exaustão que ele sente depois de descascar camarão por 12 ou 13 horas pode deixá-lo quase imóvel. “Eles estão usando os trabalhadores,” diz Zay. Ele tem sorte se conseguir ganhar mais de 15 dólares em um dia.*

## BEM PÚBLICO EM VEZ DE RIQUEZA PRIVADA



O caos, o ruído e a densidade da favela de Kibera se encaixam com perfeição ao verde calmo e ordenado do Royal Nairobi Golf Club, inaugurado em 1906. Foto: Johnny Miller.

A diferença entre ricos e pobres está nos afastando uns dos outros. Ela nos impede de vencer a pobreza e alcançar a igualdade entre mulheres e

homens. Mesmo assim, a maioria dos nossos líderes políticos não está conseguindo reduzir essa perigosa divisão. Mas não tem que ser obrigatoriamente assim. A desigualdade não é inevitável, e sim uma escolha política,<sup>8</sup> e é possível dar passos concretos para reduzi-la.

Este relatório trata do poder inigualável dos serviços públicos universais, como educação e saúde, para combater a pobreza e reduzir a desigualdade.<sup>9</sup> Os serviços públicos universais são o alicerce das sociedades livres e justas. Os governos têm condições de oferecer serviços públicos vitais a todos os seus cidadãos, se optarem por fazê-lo.

Há um consenso cada vez maior<sup>10</sup> de que a riqueza de indivíduos e grandes empresas não está sendo adequadamente tributada; em vez disso, os impostos recaem sobre os trabalhadores de forma desproporcional. Para cada dólar de receita tributária, em média, apenas quatro centavos correspondem a impostos sobre a riqueza.<sup>11</sup>

As fortunas dos super-ricos do mundo cresceram a níveis nunca vistos.<sup>12</sup> Tributando a riqueza de forma mais justa, seria possível arrecadar dinheiro suficiente em nível global para garantir que todas as crianças frequentassem a escola e ninguém fosse levado à falência pelos custos de tratamentos de saúde para a família. Ao fazer isso, é possível construir uma Economia Humana – que seja mais igualitária e valorize o que realmente importa.

## O avanço no combate à pobreza perde ritmo

Uma das grandes conquistas das últimas décadas tem sido a enorme redução no número de pessoas que vivem na pobreza extrema, definida pelo Banco Mundial como uma renda de US\$ 1,90 por pessoa, por dia. No entanto, novas evidências apresentadas pelo Banco Mundial mostram que o índice de redução da pobreza caiu pela metade desde 2013.<sup>13</sup> Na verdade, na África Subsaariana, a pobreza extrema está aumentando. Essas novas evidências também mostram que grande parte da humanidade mal escapou da pobreza, e que quase metade da população mundial – 3,4 bilhões de pessoas – vive com menos de US\$ 5,50 por dia, o que é o novo patamar do Banco Mundial para a extrema pobreza em países de renda média alta.<sup>14</sup> O Banco concluiu que as mulheres têm mais probabilidades de estar entre as pessoas mais pobres de todas, principalmente durante seus anos reprodutivos, devido ao nível de trabalho de cuidado não remunerado que se espera delas.<sup>15</sup>

Isso é resultado direto da desigualdade<sup>16</sup> e do fato de que, há décadas, quem está no topo vem se apossando da prosperidade de forma desproporcional. O Relatório sobre a Desigualdade no Mundo de 2018 mostrou que, entre 1980 e 2016, a metade mais pobre da humanidade ficou com apenas 12 centavos em cada dólar de crescimento da renda global, enquanto o 1% superior ficou com 27 centavos.<sup>17</sup> A lição é clara: para vencer a pobreza, temos que combater a desigualdade.

*“No decorrer da história, chega um tempo em que a humanidade é chamada a passar a um novo nível de consciência... a alcançar uma base moral mais elevada. É um tempo em que temos que nos livrar do medo e dar esperança uns aos outros. Este tempo é agora.”*

*– Dra. Wangari Maathai, fundadora do Green Belt Movement, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz de 2004*

*“Se uma sociedade livre não consegue ajudar aos muitos que são pobres, ela não consegue salvar os poucos que são ricos.”*

*– John F. Kennedy. Discurso de posse, 20 de janeiro de 1961.*

O custo humano da desigualdade é devastador. No dia de hoje:

- 262 milhões de crianças não podem ir à escola.<sup>19</sup>
- Quase 10 mil pessoas morrerão por falta de acesso a serviços de saúde.<sup>20</sup>
- 16,4 bilhões de horas serão trabalhadas em atividades de cuidado não remunerado, a maioria por mulheres pobres.<sup>21</sup>

Hoje em dia, os governos enfrentam uma escolha: uma vida digna para todos os seus cidadãos ou riqueza extrema para muito poucos.

## Uma época de expansão para os bilionários do mundo

A crise financeira que abalou o nosso mundo em 2007-08, causando enorme sofrimento, já tem mais de 10 anos. Nesse tempo, as fortunas dos mais ricos aumentaram imensamente:

- Nesses mais de 10 anos desde a crise financeira, o número de bilionários quase dobrou.<sup>22</sup>
- Somente no ano passado, a riqueza dos bilionários do mundo aumentou em US\$ 900 bilhões, ou US\$ 2,5 bilhões por dia. Enquanto isso, a riqueza da metade mais pobre da humanidade, 3,8 bilhões de pessoas, caiu 11%.<sup>23</sup>
- Atualmente, os bilionários têm mais riqueza do que nunca. Entre 2017 e 2018, surgiu um novo bilionário a cada dois dias.<sup>24</sup>
- A riqueza está se tornando ainda mais concentrada – 26 indivíduos possuem a mesma riqueza dos 3,8 bilhões de pessoas que compõem a metade mais pobre da humanidade, o que significa uma redução se compararmos com as 43 pessoas do ano passado.<sup>25</sup>
- O homem mais rico do mundo, Jeff Bezos, dono da Amazon, viu sua fortuna aumentar para US\$ 112 bilhões. Apenas 1% disso equivale a todo o orçamento anual de saúde da Etiópia, um país de 105 milhões de habitantes.<sup>26</sup>
- Se todo o trabalho não remunerado realizado por mulheres no mundo fosse feito por uma única empresa, ela teria um faturamento anual de US\$ 10 trilhões,<sup>27</sup> ou seja, 43 vezes o da Apple.<sup>28</sup>

*Roberta é policial. Ela deu à luz a gêmeos no Hospital Nacional Kenyatta, em Nairóbi. Infelizmente, houve muitas complicações e os dois bebês morreram. Sem ter como pagar a conta, Roberta foi mantida presa no hospital e as autoridades se recusaram a liberar os corpos de seus bebês até que a dívida fosse saldada.<sup>18</sup>*



Fonte: World Bank (2018a)<sup>29</sup> e nota metodológica.<sup>30</sup> Foto: Jato privado em uma cidade-resort de St. Moritz, Suíça. Crédito: Pixabay.

Enquanto continuam desfrutando de fortunas em expansão, os mais ricos entre os ricos também estão pagando o menor nível de impostos em décadas, assim como as empresas que eles possuem:

- A riqueza está particularmente subtributada. Apenas 4 centavos em cada dólar de receita fiscal vêm de impostos sobre a riqueza.
- Nos países ricos, a alíquota máxima média do imposto de renda de pessoa física caiu de 62%, em 1970, para 38%, em 2013.<sup>31</sup> Nos países em desenvolvimento, essa alíquota é de 28%.<sup>32</sup>
- Em alguns países, como o Brasil<sup>33</sup> e o Reino Unido,<sup>34</sup> os 10% mais pobres pagam atualmente uma proporção maior de sua renda em impostos do que os 10% mais ricos.
- Os governos devem concentrar seus esforços em arrecadar mais dos muito ricos para ajudar a combater a desigualdade. Por exemplo, fazer com que o 1% mais rico pague apenas 0,5% a mais de impostos sobre sua riqueza geraria mais dinheiro do que o custo de educar todas as 262 milhões de crianças que estão fora da escola e fornecer serviços de saúde que salvariam as vidas de 3,3 milhões de pessoas.<sup>35</sup>
- Os super-ricos estão ocultando US\$ 7,6 trilhões das autoridades tributárias.<sup>36</sup> As grandes empresas também escondem imensas quantias no exterior. Juntos, eles privam os países em desenvolvimento de US\$ 170 bilhões por ano.<sup>37</sup>

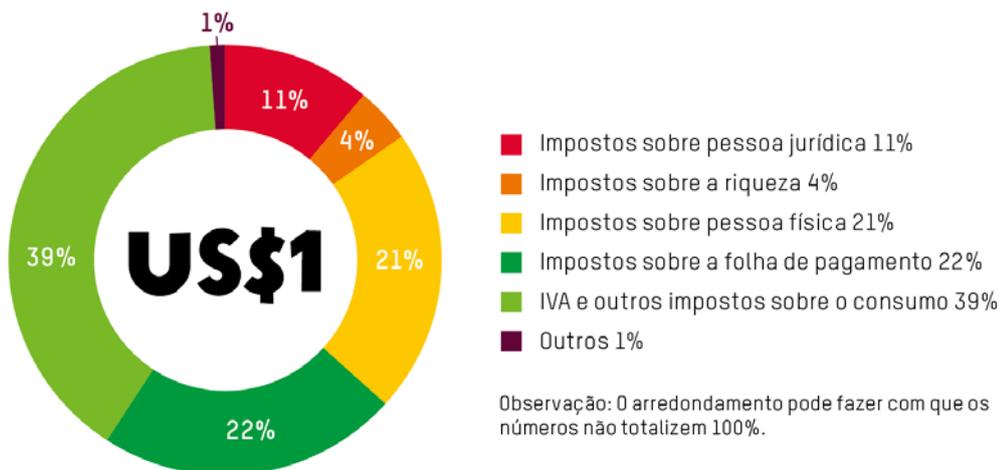
*“Financiar a educação das crianças mais pobres é salvar vidas e construir o futuro do mundo”.*

*– Illiassou Boubagar, da ROTAB Alliance for Budget Transparency, Níger*

*“A educação não é uma forma de escapar da pobreza. É uma maneira de lutar contra ela.”*

*- Julius Nyerere, presidente fundador da Tanzânia*

Figura 1: Análise das receitas fiscais



Fonte: Os cálculos da Oxfam são baseados nos dados da OCDE de 2015 disponíveis para 35 países integrantes da organização e 43 não-integrantes.<sup>38</sup>



Fonte: G. Zucman. (2015) e a nota metodológica do Relatório Davos 2018 da Oxfam<sup>39</sup>

## O FOSSO QUE AMEAÇA NOS DIVIDIR

Vozes respeitadas já alertaram que, em todo o mundo – dos Estados Unidos ao Brasil, da Europa às Filipinas – a desigualdade está contribuindo para envenenar a nossa política. Nos últimos anos, assistimos a casos de repressão à liberdade de expressão e à democracia por parte dos governos em todo o mundo.<sup>41</sup> O Conselho sobre Relações Exteriores (Council on Foreign Relations) apontou evidências de que o fosso entre ricos e pobres está ajudando a alimentar o autoritarismo.<sup>42</sup> Em vez de trabalhar para solucionar a divisão entre ricos e pobres, alguns líderes estão procurando difamar imigrantes, outros grupos étnicos, outros países, mulheres e pessoas em situação de pobreza. Em países mais desiguais, a confiança<sup>43</sup> diminui e a criminalidade aumenta.<sup>44</sup> As sociedades desiguais são mais estressadas e menos felizes, e têm índices maiores de doenças mentais.<sup>45</sup>

*“Recentemente, eu visitei uma pessoa muito rica no Brasil. Eles moravam num apartamento lindo, com janelas que iam do chão ao teto e vistas incríveis. Mas nós tivemos que passar por três controles de segurança para entrar no edifício. Havia grades nas janelas. Eu tenho certeza que eles pagam impostos muito baixos, mas têm que morar numa jaula. Eu nunca conseguiria viver assim. Talvez eu pague mais impostos na Dinamarca, mas em frente à minha porta em Copenhague só tem flores.”*

*- Djaffar Shalchi, multimilionário dinamarquês e fundador da The Human Act Foundation, que lançou a campanha Move Humanity.<sup>40</sup>*

NOS ESTADOS UNIDOS,  
OS HOMENS BRANCOS  
SOLTEIROS TÊM

**100  
VEZES  
MAIS**

RIQUEZA DO QUE AS  
MULHERES HISPÂNICAS  
SOLTEIRAS



Fonte: M. Chang. (2015).<sup>46</sup>

## A desigualdade é sexista

Essa divisão econômica aumenta a distância entre mulheres e homens, e é aumentada por ela. Em países economicamente desiguais, mulheres e homens também são mais desiguais, e o fosso entre ricos e pobres é muito menor nas sociedades em que as mulheres são tratadas com mais igualdade.<sup>47</sup> A desigualdade de gênero não é acidente nem novidade. Nossas regras econômicas foram escritas por homens ricos e poderosos, em defesa de seus próprios interesses. O atual modelo econômico neoliberal piorou essa situação, e cortes nos serviços públicos, redução de impostos para pessoas físicas e jurídicas mais ricas e o achatamento de salários prejudicaram mais às mulheres do que aos homens.

A maioria das pessoas mais ricas do mundo é do sexo masculino<sup>48</sup> e, em nível global, as mulheres ganham 23% menos que os homens<sup>49</sup> e eles detêm 50% a mais da riqueza total do que elas.<sup>50</sup>

Nossa prosperidade econômica depende da contribuição das mulheres por meio do trabalho de cuidado não remunerado – uma contribuição enorme, mas não reconhecida.

### Quadro 1: Cuidado não remunerado e desigualdade

Nossas economias são construídas com base em milhões de horas de trabalho não remunerado realizado todos os dias. Por causa de atitudes sociais injustas, a maior parte desse trabalho é feita por mulheres e meninas – tempo gasto cuidando de crianças, idosos e doentes, cozinhando, limpando e coletando água e lenha. Se todo o trabalho não remunerado feito por mulheres no mundo fosse realizado por uma única empresa, ela teria um faturamento anual de US\$ 10 trilhões,<sup>51</sup> – 43 vezes o da Apple.<sup>52</sup> Estima-se que a contribuição não remunerada das mulheres para o setor da saúde equivalha a aproximadamente 3% do PIB de países de baixa renda.<sup>53</sup>

Esse trabalho rouba tempo das mulheres, contribui para sua saúde precária e as impede de aproveitar oportunidades educacionais, políticas e econômicas. As mulheres pobres têm a maior carga de trabalho não remunerado. Até que façamos algo a respeito, não é possível haver igualdade econômica nem de gênero.

A desigualdade também tem profundas implicações para o futuro de nossos filhos e para as oportunidades que eles terão de viver uma vida melhor e mais longa.



Cifra calculada com base na receita anual informada pela Apple em 2017 (229,3 bilhões de dólares); veja a fonte na nota de fim.<sup>54</sup> Foto: Rosalyn Martinez coleta água de uma bomba na área de reassentamento GMA, Tacloban Norte, Filipinas. O local foi construído para reassentar famílias após o Tufão Haiyan, mas muitos moradores dizem estar em situação ainda mais vulnerável agora, e carecer de serviços básicos, como água potável de confiável. Crédito: Aurelie Marrier d'Unienville/Oxfam.

## O talento está em toda parte; a oportunidade, não

A oportunidade para que cada criança aprenda e aproveite ao máximo seus talentos é central para uma sociedade mais justa. No entanto, em todos os países, o que determina o destino educacional de uma criança é a riqueza, e não o talento. No Quênia, um menino de família rica tem uma chance em três de estudar além do ensino médio; já uma menina de família pobre tem uma chance em 250.<sup>55</sup> Em média, uma criança de família rica naquele país estudará o dobro de uma criança de família pobre.<sup>56</sup> Nos Estados Unidos, o Sonho Americano se tornou um mito, pois a mobilidade social é a mais baixa em décadas.<sup>57</sup>

Essa realidade significa negligência para com as crianças, pois todas elas têm direito à educação. Também é uma negligência com a sociedade, já que uma geração de meninos e meninas pobres e talentosos não pode atingir seu potencial e contribuir integralmente para o progresso humano. Em vez disso, médicos, professores ou empresários brilhantes estão criando cabras ou coletando água. A humanidade enfrenta desafios sem precedentes, mas, em vez de fazer uso dos talentos de todas as pessoas, a desigualdade faz com que desperdicemos esse potencial.

NO NEPAL, UMA CRIANÇA DE FAMÍLIA POBRE TEM

## TRÊS VEZES MAIS PROBABILIDADES DE MORRER ANTES DOS CINCO ANOS



Fonte: Ministério da Saúde do Nepal<sup>58</sup>

### Uma vida mais longa lhes é negada

Na maioria dos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, o dinheiro é um passaporte para uma saúde melhor e uma vida mais longa, ao passo que ser pobre geralmente significa mais doenças e um túmulo precoce. No Nepal, uma criança de família pobre tem três vezes mais probabilidades de morrer antes dos cinco anos do que uma de família rica.<sup>59</sup>

Na Índia, uma mulher de casta inferior tem expectativa de vida quase 15 anos menor do que uma mulher de casta superior.<sup>61</sup> A expectativa de vida em uma das regiões mais pobres de Londres é seis anos mais curta do que em um dos bairros mais ricos da capital inglesa, a apenas alguns quilômetros de distância.<sup>62</sup> A expectativa de vida nas áreas mais ricas de São Paulo, no Brasil, é de 79 anos; em uma das áreas mais pobres da cidade, é de 54 anos.<sup>63</sup>

*“De todas as formas de desigualdade, a injustiça na saúde é a mais chocante e desumana”<sup>60</sup>*  
– Martin Luther King

É difícil pensar em uma injustiça maior do que viver 25 anos a menos simplesmente por ser pobre.

### Não tem que ser assim

A desigualdade não é inevitável. Nenhuma lei da ciência econômica diz que os mais ricos devem ficar cada vez mais ricos enquanto as pessoas em situação de pobreza morrem por falta de remédios. Não faz sentido haver tanta riqueza em tão poucas mãos, quando esses recursos poderiam ser usados para ajudar toda a humanidade. A desigualdade é uma escolha em termos de política e de políticas.<sup>64</sup>

Este documento trata de uma das ações mais poderosas de que um governo pode lançar mão para reduzir o fosso entre os super-ricos e as pessoas comuns: oferecer serviços públicos e proteção social universais, pagos por impostos justos.

# O PODER DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PARA COMBATER A DESIGUALDADE

Salas de aula com professores. Unidades de saúde com enfermeiros e médicos. Torneiras que funcionam e banheiros limpos. Uma aposentadoria básica ao final de uma vida de muito trabalho. Educação, saúde, água, aposentadoria, salário-família disponíveis a todas as pessoas, independentemente de sexo, casta, etnia ou deficiência.

Serviços públicos e benefícios de proteção social como esses podem impulsionar a igualdade, funcionando para transformar as vidas das pessoas e desbloquear o potencial, unir as sociedades e fechar o fosso entre ricos e pobres e entre mulheres e homens. Os serviços públicos podem gerar liberdade verdadeira em relação ao medo de ter problemas de saúde sem atendimento e ao medo do analfabetismo, que impede que muitos participem ativamente e progridam em suas vidas cotidianas. E podem gerar a liberdade de saber que você e sua família terão apoio em caso de dificuldades.

**NOS PAÍSES POBRES QUE MAIS ESTÃO FAZENDO PARA IMPEDIR QUE AS MULHERES POBRES MORRAM NO PARTO:**

**90%**

DOS ATENDIMENTOS DE SAÚDE SÃO PROPORCIONADOS PELO SETOR PÚBLICO...



E

**8%**

PELO SETOR PRIVADO.

Fonte: Cálculos da Oxfam.<sup>65</sup> Observação: o número não inclui partos “em casa” e em outros locais, que perfazem os 2% finais. Para mais informações, veja a nota metodológica.

Os serviços públicos e a proteção social reduzem a pobreza e a desigualdade. Evidências de 150 países, abrangendo um período de mais de 30 anos,<sup>66</sup> mostram que, em termos gerais, o investimento em saúde, educação e proteção social reduz o fosso entre ricos e pobres. Uma análise recente de 13 países em desenvolvimento concluiu que os gastos em educação e saúde representavam 69% da redução total da desigualdade.<sup>67</sup> Se todas as crianças saíssem da escola com habilidades básicas de leitura, seria possível retirar 171 milhões de pessoas da pobreza extrema.<sup>68</sup> O Fundo Monetário Internacional (FMI) identificou os gastos públicos em saúde, educação e proteção social como uma das ferramentas mais importantes de que os governos dispõem para reduzir a desigualdade e a pobreza.<sup>69</sup> Todos na sociedade têm a ganhar com menos crime, mais confiança,<sup>70</sup> melhor saúde e vidas mais longas e felizes.<sup>71</sup>

Os serviços públicos podem ser grandes geradores de igualdade, dando a todos a chance justa de uma vida decente, independentemente de riqueza ou renda. As escolas podem ser espaços onde os filhos de famílias ricas e pobres se tornem amigos e as barreiras da desigualdade sejam rompidas. Os serviços públicos de saúde podem ser lugares onde pobres e ricos sabem que receberão o melhor atendimento disponível, independentemente de poder pagar.

Os serviços públicos também têm potencial para reduzir o fosso entre mulheres e homens. A educação pode aumentar a autoconfiança, as oportunidades econômicas e o poder de decisão das mulheres.<sup>72</sup> Serviços de saúde gratuitos e de boa qualidade são essenciais para que mulheres e meninas tomem decisões sobre suas próprias vidas, aumentem as perspectivas de escapar da pobreza e reduzam suas chances de morrer de doenças evitáveis.<sup>73</sup> Dispor de água potável encanada poupa às mulheres muitas horas na coleta e as protege contra doenças.<sup>74</sup> Por outro lado, serviços públicos subfinanciados e de baixa qualidade, insensíveis às necessidades de mulheres e meninas, podem aumentar o fosso entre os gêneros.

## **O *status quo*: avanços, mas lentos demais e muito desiguais**

### **Quadro 2: Serviços de Saúde na Índia**

Na Índia, serviços de saúde da mais alta qualidade só estão disponíveis a quem puder pagar.<sup>75</sup> O país é um dos principais destinos do turismo médico<sup>76</sup> ao mesmo tempo em que os níveis de gastos públicos em saúde estão entre os mais baixos do mundo. Os estados mais pobres do país têm índices de mortalidade infantil superiores aos da África Subsaariana.<sup>77</sup>

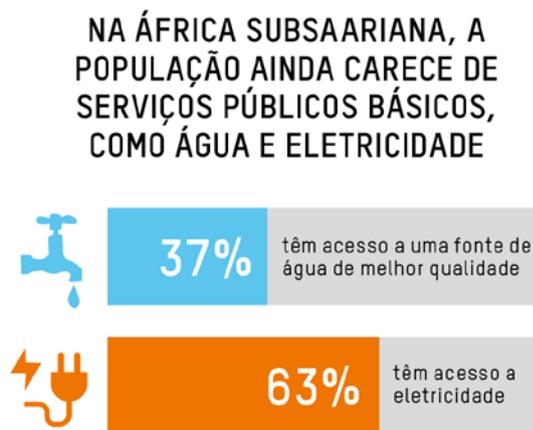
A forma como são prestados serviços como saúde e educação, e como se organizam aposentadorias e outros benefícios da previdência social, é fundamental para que eles possam ajudar a reduzir o fosso entre ricos e pobres.

Nas últimas décadas, os serviços públicos, principalmente nos países em desenvolvimento, apresentaram resultados impressionantes. Desde 1990, 2,6 bilhões de pessoas conquistaram acesso a água potável de melhor qualidade.<sup>78</sup> Atualmente, a matrícula no ensino fundamental é quase universal na maioria dos países, atingindo o mesmo número de meninas e meninos.<sup>79</sup> Desde 1990, o número de crianças que morrem antes de completar cinco anos caiu pela metade.<sup>80</sup>

No entanto, apesar dessas conquistas importantes, ainda há um enorme caminho a percorrer e o avanço tem sido muito desigual. Nos países em desenvolvimento, as crianças de famílias mais ricas têm 32% mais probabilidades de concluir o ensino fundamental do que as de famílias mais pobres.<sup>81</sup> Nos países de renda baixa e média, estima-se que 3,6 milhões das mortes possam ser atribuídas à falta de acesso a serviços de saúde a cada ano.<sup>82</sup> Evidências oriundas de 137 países em desenvolvimento mostram que

uma criança de família pobre tem, em média, duas vezes mais chances de morrer antes dos cinco anos do que uma criança de família rica.<sup>83</sup>

Em muitos países, escolas e unidades de saúde públicas costumam ter pessoal insuficiente, verbas escassas e qualidade muito baixa, e quem os mantêm funcionando são professores, médicos e enfermeiros comprometidos. A proteção social costuma ser miserável e exclui muitos dos que precisam dela. Demasiadas vezes, os serviços ignoram as necessidades específicas das mulheres. Esses serviços públicos de baixa qualidade acabam reforçando e aumentando a desigualdade.



**ISSO AUMENTA EM MUITO A QUANTIDADE DE TEMPO QUE AS FAMÍLIAS POBRES GASTAM EM TAREFAS DE CUIDADO NÃO REMUNERADAS**



Fonte: V. Esquivel and A. Kaufmann. (2017).<sup>84</sup>

Por algum tempo, instituições como o Banco Mundial tinham a visão de que os serviços públicos deveriam ser limitados ao mínimo e que o setor privado costuma prestá-los com mais qualidade. Argumentava-se que os indivíduos deveriam pagar por escolas e hospitais, que os mecanismos de mercado deveriam ser usados para organizar os serviços e que a proteção social deveria ser muito restrita e direcionada apenas às pessoas mais pobres.<sup>85</sup> Embora parte da retórica, dos programas e da orientação tenha mudado, incluindo, principalmente, os do FMI,<sup>86</sup> na prática, as mudanças têm sido mais lentas. Essa tendência costuma ser agravada pela influência das elites sobre a política e os governos, distorcendo os gastos públicos na direção errada e garantindo que eles beneficiem quem já tem condições, em vez de aqueles que mais precisam.<sup>87</sup>

## O objetivo: serviços públicos gratuitos e de boa qualidade para todos

É hora de se concentrar no que funciona. Para reduzir de forma mais eficaz o fosso entre ricos e pobres, os serviços públicos precisam ser universais, livres, públicos, transparentes e funcionar bem para as mulheres.

*“Basta uma quantia pequena para salvar muitas vidas. Se eles (os mais ricos) pagarem seus impostos, não só os pobres serão beneficiados, mas também a família e a economia. Por exemplo, se uma criança pobre com um problema nos olhos receber o atendimento de saúde de que necessita, ela pode continuar indo à escola, aprender mais, cursar o ensino superior e ter um futuro melhor.”*  
– Dr. Lê thị Cẩm Thanh, Vice-diretor do Hospital Oftalmológico da província de Can Tho, Vietnã.

## Universais

Costa Rica, Tailândia, Sri Lanka e outros países têm demonstrado que as nações em desenvolvimento podem ter serviços públicos universais.<sup>88</sup> A proteção social e os serviços públicos universais cumpriram um papel fundamental na construção de Estados e nações na Europa Ocidental.<sup>89</sup> Tentar direcionar os serviços apenas às pessoas mais pobres geralmente tem o efeito contrário, com muitos daqueles que deveriam se beneficiar sendo deixados de fora. Por exemplo, o sistema de proteção social direcionado da Indonésia exclui 93% daqueles que deveriam ter direito a ele.<sup>90</sup>

*“Minha aspiração é que a saúde finalmente deixe de ser vista como uma bênção a ser desejada e passe a ser um direito humano pelo qual lutar.”*  
– Kofi Annan

## Gratuitos em nível local

As cobranças pelo uso de serviços de saúde podem representar uma questão de vida ou morte. Todos os anos, muitas pessoas morrem ou sofrem desnecessariamente por não poder pagar pelos serviços, e 100 milhões são levadas à pobreza extrema em função desses custos.<sup>91</sup> Em países como Quênia, República Democrática do Congo (RDC) e Índia, às vezes os pobres são mantidos como prisioneiros em hospitais enquanto não puderem pagar, chegando a ser acorrentadas.<sup>92</sup> Em um estudo realizado na RDC, durante seis semanas em 2016, 54% das mulheres que haviam dado à luz foram detidas por falta de pagamento pelos serviços de saúde. Em muitos casos, mulheres e bebês são retidos por meses, sem receber atendimento até que possam pagar suas contas.<sup>93</sup> Da mesma forma, no caso da educação, as taxas escolares podem impedir que as crianças frequentem a escola, principalmente as meninas.<sup>94</sup> Mulheres e meninas perdem mais quando há cobranças pelos serviços públicos. Em muitas sociedades, o status social inferior delas e sua falta de controle sobre as finanças fazem com que elas sejam as últimas na fila para se beneficiar de educação ou serviços de saúde.<sup>95</sup>

*“As deficiências na educação básica [na Índia] não podem ser resolvidas ampliando escolas particulares, que não conseguiram cumprir esse papel em nenhum outro lugar.”*  
– Amartya Sen, economista ganhador do Prêmio Nobel

## Públicos, não privados

Para ter êxito, os países precisam intensificar a oferta pública de serviços. Quando funcionam, os serviços prestados de forma pública têm um impacto de escala e velocidade inigualáveis sobre a redução da pobreza.<sup>96</sup> Países em desenvolvimento bem-sucedidos já demonstraram o potencial e a capacidade dos serviços públicos de ser universais e favorecer aos pobres. Nos países pobres que mais estão fazendo para impedir que as mulheres pobres morram no parto, 90% dos atendimentos de saúde são proporcionados pelo setor público.<sup>97</sup>

### Quadro 3: O progresso da Tailândia na assistência médica universal

A Tailândia introduziu a cobertura universal de saúde em 2002 para sua população de 65 milhões de pessoas, cuja renda per capita é semelhante à que os Estados Unidos tinham em 1930.<sup>98</sup> O governo tailandês emprega 180 mil enfermeiros<sup>99</sup> e 50 mil médicos.<sup>100</sup> Mais de 80% de todos os serviços de saúde são prestados pelo Estado. Financiados pela tributação progressiva, serviços de saúde de boa qualidade estão disponíveis gratuitamente a todos e privilegiam as pessoas mais pobres.<sup>101</sup> O Banco Mundial e alguns governos doadores estão otimistas quanto à possibilidade de estabelecer parcerias público-privadas (PPPs)<sup>102</sup> e serviços privados como alternativa aos

financiados pelo governo. No entanto, pesquisas da Oxfam<sup>103</sup> e de outras ONGs<sup>104</sup> mostraram claramente que a educação, a saúde e outros serviços públicos oferecidos de maneira privada e financiados por meio de PPPs não são uma alternativa viável à prestação de serviços pelo governo. Em vez disso, podem aumentar a desigualdade e drenar as receitas do governo. Até mesmo o FMI está alertando para os consideráveis riscos da adoção de sistemas de PPP em termos de custos.<sup>105</sup>

## Que funcionem para as mulheres

Os governos devem priorizar os serviços que são mais importantes para as mulheres, incluindo aqueles que reduzem a sua carga do trabalho não remunerado. Os serviços públicos podem promover as mulheres como trabalhadoras e apoiar mulheres e meninas como usuárias, protegendo-as de abusos. Eles devem trabalhar com as organizações de direitos das mulheres para garantir que esses serviços estejam funcionando para elas. Serviços públicos bem elaborados podem questionar os estereótipos aceitos sobre os papéis de mulheres e homens, em vez de reforçá-los; a educação pode empoderar as meninas a desafiar a desigualdade em vez de aceitá-la.

## Transparentes àqueles a quem servem

Para combater efetivamente a desigualdade econômica, os serviços públicos precisam prestar contas perante os cidadãos e ser sensíveis às suas demandas. Em muitos países, a Oxfam está trabalhando com aliados no sentido de dar apoio aos cidadãos para que reivindiquem serviços melhores e mais transparentes. Em Moçambique, desde 2011, os aliados da Oxfam têm monitorado os gastos com educação, saúde e outros serviços públicos, levando a melhorias nos serviços.<sup>106</sup>

### **Quadro 4: Parcerias público-privadas em educação no Paquistão: um desvio perigoso da educação pública**

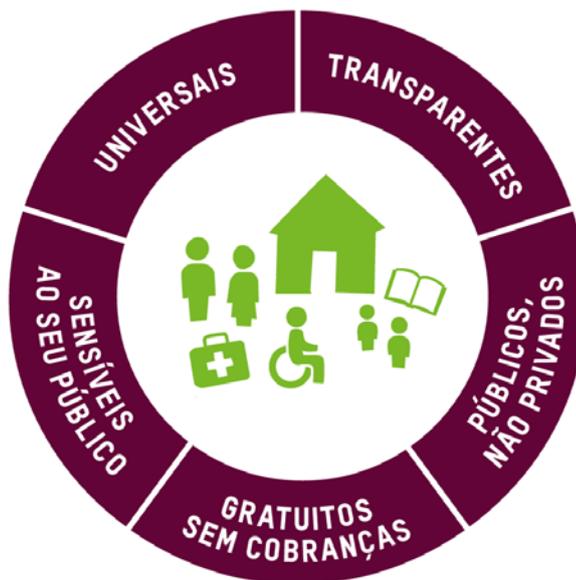
O Paquistão tem 24 milhões de crianças fora da escola. Apenas 15% das meninas pobres da zona rural concluem o ensino fundamental. Para lidar com isso, o estado do Punjab não está mais construindo novas escolas públicas, e sim investindo em uma parceria público-privada (PPP). O objetivo principal era fazer com que mais de 5,5 milhões de crianças que estão fora da escola em Punjab estudassem.<sup>107</sup>

A pesquisa da Oxfam<sup>108</sup> sobre a PPP da educação constatou que apenas 1,3% das crianças das escolas privadas pesquisadas havia estado fora da escola antes. A seguir, citações de diretores de escolas particulares entrevistados durante a pesquisa:

*“Aqui nesta escola não temos nenhuma criança que não estivesse estudando antes. As da comunidade não querem estudar, e pode ser um desperdício do nosso tempo.”*

*“Os pobres frequentam as escolas do governo na região. Eles não conseguem pagar nenhuma despesa com educação. Como proprietários de escolas, nós não podemos incluir os mais pobres de todos nesta escola com outras crianças. Isto aqui não é uma instituição de caridade; nós recebemos fundos limitados da PPP e eu também preciso ganhar a vida.”*

# SERVIÇOS PÚBLICOS DE BOA QUALIDADE



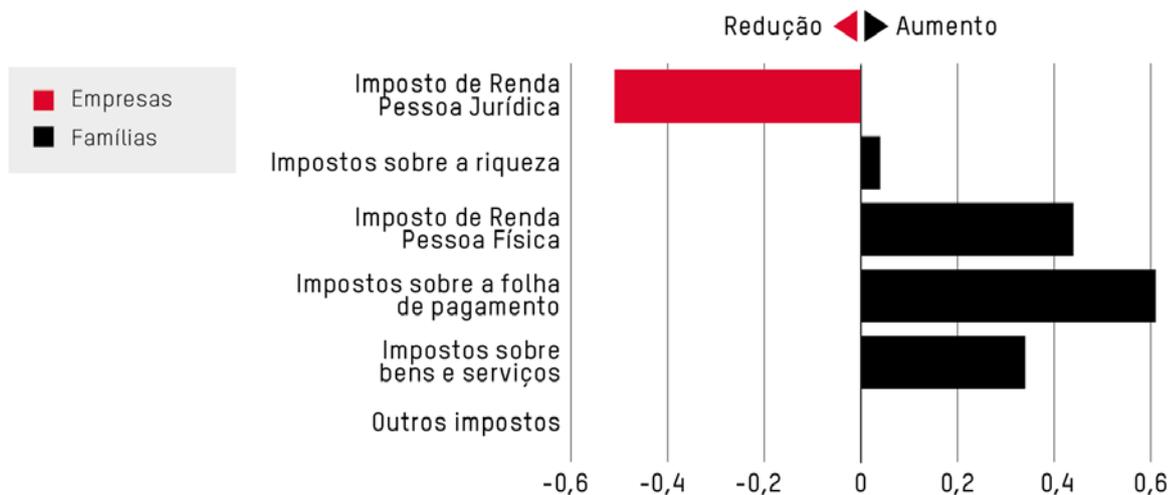
## Cobrar impostos de quem pode pagar

Os mais ricos e suas grandes empresas são subtributados no mundo de hoje. As alíquotas máximas de impostos sobre a renda e a herança, bem como de impostos sobre as empresas, foram reduzidas em muitos países ricos e permanecem baixas na maior parte dos países em desenvolvimento.<sup>110</sup> Se isso fosse revertido, a maioria dos governos teria recursos suficientes para prestar serviços públicos universais. As receitas fiscais arrecadadas a mais com as pessoas mais ricas dos países ricos poderiam ser usadas para apoiar os países mais pobres, aumentando a ajuda internacional.

Os impostos sobre a riqueza, como herança ou ganhos de capital, vêm sendo reduzidos e eliminados em muitos países ricos, e costumam ser pouco aplicados na maioria dos países em desenvolvimento. Geralmente são alvo de comentaristas e políticos hostis<sup>111</sup> e são atacados, apesar das evidências claras de que eles afetam principalmente aos mais ricos, e não aos cidadãos comuns. Em vez de incidirem sobre a riqueza, os impostos estão recaindo sobre os trabalhadores.<sup>112</sup>

*“Em geral, muitos impostos são baixos demais, na minha opinião. Por exemplo, o imposto sobre herança – eu sou um grande admirador dele porque cria um certo dinamismo em que você não tem apenas uma visão aristocrática.”*  
– Bill Gates<sup>109</sup>

**Figura 2: Mudanças na receita tributária 2007-2015 (% do PIB)**



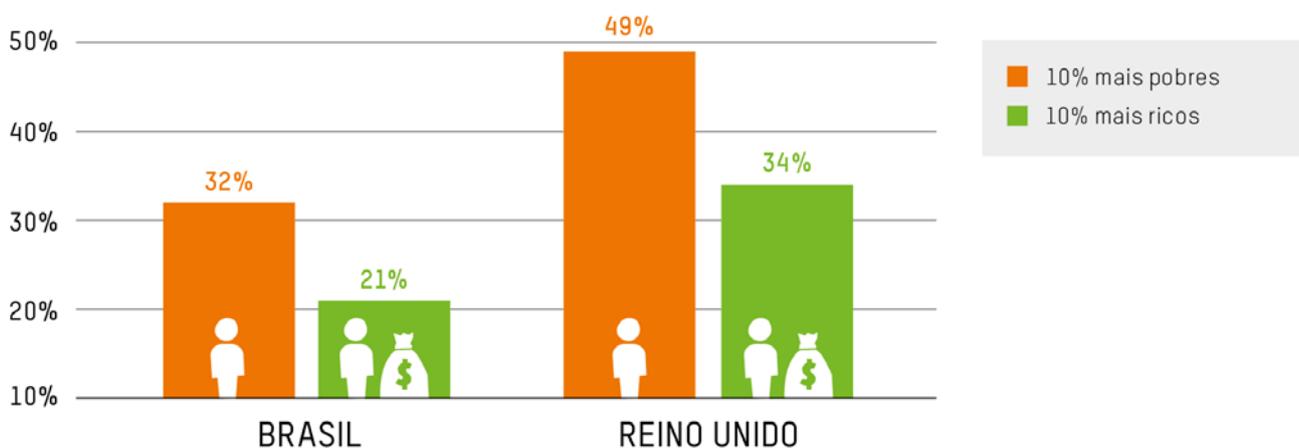
Fonte: Cálculos da Oxfam com base nos dados da OCDE disponíveis para 35 países-membros e 43 países não membros (médias não ponderadas).<sup>113</sup> Os números nos eixos representam pp – pontos percentuais do PIB.

Além disso, os governos vêm reduzindo tanto a alíquota mais alta de imposto de renda de pessoas físicas quanto a do imposto de renda das empresas, no longo prazo. Ainda em 1980, a alíquota máxima do imposto de renda de pessoa física nos Estados Unidos era de 70%; hoje está em quase metade disso: 37%.<sup>114</sup> As várias isenções e brechas na lei fazem com que as alíquotas realmente pagas por ricos e empresas sejam ainda mais baixas.

Como resultado, em alguns países, os mais ricos estão pagando os impostos mais baixos em um século. Na América Latina, por exemplo, a carga tributária efetiva para os 10% com maior renda é de apenas 4,8%.<sup>115</sup>

Em alguns países, quando se consideram os impostos pagos sobre rendimentos e sobre o consumo (imposto sobre o valor agregado, IVA), os 10% mais ricos estão pagando menos impostos do que os 10% mais pobres.

**Figura 3: Carga tributária efetiva**



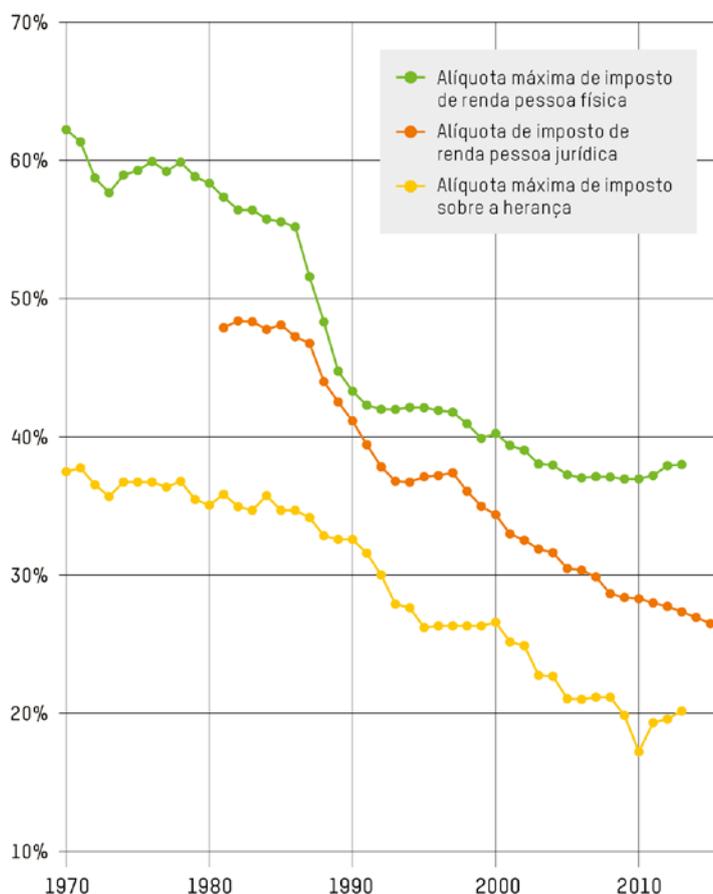
INESC. (2015) e UK Office for National Statistics. (2018).<sup>116</sup>

A situação é agravada pela escala industrial em que parte dos super-ricos e das grandes empresas evita pagar impostos. Os super-ricos estão escondendo pelo menos 7,6 trilhões de dólares das autoridades fiscais, sonogando uma receita fiscal estimada em US\$ 200 bilhões.<sup>118</sup> Enquanto se nega um porto seguro a milhões de refugiados, os mais ricos podem comprar cidadania em qualquer um dos vários países que oferecem impostos e controle mínimos sobre suas riquezas.<sup>119</sup> Somente no caso da África, até 30% da riqueza privada podem estar sendo mantidos no exterior, privando os governos de uma receita tributária estimada em US\$ 15 bilhões.<sup>120</sup> Com exércitos de assessores jurídicos, as multinacionais exploram brechas nos códigos tributários com o objetivo de transferir lucros para paraísos fiscais e evitar o pagamento de impostos, custando aos países em desenvolvimento outros US\$ 100 bilhões estimados em perdas de imposto de renda de pessoas jurídicas.<sup>121</sup>

*“Eu provavelmente sou o que pago menos impostos no escritório da minha empresa.”*  
 – O bilionário Warren Buffet diz que paga uma alíquota efetiva de impostos menor do que o restante dos funcionários de seu escritório, incluindo sua secretária.<sup>117</sup>

O FMI mostrou que há um potencial significativo para arrecadar mais receita dos indivíduos e das empresas mais ricos.<sup>122</sup> Ao contrário do que se costuma pensar, isso não prejudicará a economia<sup>123</sup>. Na verdade, há evidências cada vez maiores de que a falta de redistribuição está causando prejuízos econômicos<sup>124</sup>. Por exemplo, a Colômbia arrecada 10% de seus impostos com a tributação da riqueza<sup>125</sup> e introduziu um imposto sobre as grandes fortunas em 2015, para todos aqueles com patrimônio superior a um bilhão de pesos colombianos, ou US\$ 315 mil dólares.<sup>126</sup>

**Figura 4: Queda na tributação de pessoas e empresas ricas**



Fontes: Scheve and Stasavage (2016)<sup>127</sup> para IRPF e imposto sobre herança, e Tax Foundation para o IRPJ.<sup>128</sup> Observação: Amostra de 20 países ricos.

As políticas tributárias têm potencial não apenas para reduzir o fosso entre ricos e pobres, mas também para diminuir a desigualdade entre mulheres e homens. No entanto, o atual sistema tributário global, por depender mais de impostos como o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), está transferindo a carga para os indivíduos e famílias mais pobres, o que significa que a maioria das pessoas afetadas é mulher. Isso não é coincidência, pois quem tem menos influência sobre as decisões tributárias e menos oportunidades de cobrar do governo são as mulheres mais pobres.

Sem enfrentar esse problema da baixa tributação de quem pode pagar mais, a crise da desigualdade permanecerá fora de controle e não conseguiremos superar a pobreza.



Fonte: Nota metodológica.<sup>129</sup> Foto: A enfermeira Margaret Nyagwaya, à esquerda, cuida de um bebê minutos depois do parto na maternidade do hospital Zvamabande, distrito de Shurugwi, no Zimbábue. Ela diz: “As mulheres gostam de dar à luz aqui porque ganham vitaminas extras para ficar mais fortes, e nós cuidamos bem delas.” O hospital recebeu apoio de ONGs parceiras durante a Resposta Humanitária Conjunta do Zimbábue à crise do El Niño de 2015-2016. Foto: Ilvy Njikiktjen/Oxfam Novib.

## ESCOLHAM O BEM PÚBLICO, NÃO A RIQUEZA PRIVADA

Os níveis atuais de desigualdade e pobreza são uma escolha. Podemos continuar optando por recompensar quem já é rico ou escolher combater a desigualdade e acabar com a pobreza. Ou, em vez disso, podemos construir uma Economia Humana na qual as pessoas e as empresas mais ricas paguem uma parcela justa de impostos, e usar esses recursos valiosos para financiar serviços públicos e proteção social para todos.

*“A verdadeira medida de qualquer sociedade pode ser encontrada na forma como ela trata seus membros mais vulneráveis.”*  
– Mahatma Gandhi.

Poderíamos retirar bilhões de pessoas de uma vida de pobreza, libertá-las do medo dos custos de adoecer e permitir que cada criança realizasse seu potencial e usasse seus talentos. Esse poderia ser um grande passo em direção à igualdade entre mulheres e homens e à criação de sociedades mais seguras, mais igualitárias e mais felizes para nossos filhos e netos. A escolha é nossa.

Os governos devem ouvir os cidadãos comuns e tomar medidas significativas para reduzir a desigualdade. Todos os governos devem **estabelecer metas e planos de ação concretos e com prazos definidos para reduzir a desigualdade, como parte de seus compromissos com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10**. Esses planos devem incluir ações nas três áreas a seguir:

1. **Proporcionar saúde, educação e outros serviços públicos de forma universal e gratuita, que também funcionem para mulheres e meninas.** Parar de apoiar a privatização dos serviços públicos. Fornecer aposentadoria, salários-família e outras formas de proteção social a todos. Implementar todos os serviços de forma a garantir que eles também atendam às necessidades de mulheres e meninas.
2. **Liberar o tempo das mulheres, reduzindo os milhões de horas não remuneradas que elas passam cuidando de suas famílias e lares, todos os dias.** Permitir que quem faz esse trabalho essencial tenha voz nas decisões orçamentárias e fazer da liberação do tempo das mulheres um objetivo fundamental dos gastos públicos. Investir em serviços públicos, incluindo água, eletricidade e creches, que reduzam o tempo necessário para realizar esse trabalho não remunerado. Construir todos os serviços públicos de maneira que eles funcionem para quem tem pouco tempo livre.
3. **Acabar com a baixa tributação de empresas e pessoas ricas.** Tributar a riqueza e o capital em níveis mais justos. Parar a redução generalizada do imposto de renda de pessoas físicas e empresas. Eliminar a evasão e a elisão fiscais por parte de empresas e indivíduos super-ricos. Chegar a um consenso sobre um novo conjunto de regras e instituições globais para reformular os fundamentos do sistema tributário com o objetivo de torná-lo justo, com os países em desenvolvimento tendo participação igualitária.

# 1 A DESIGUALDADE ESTÁ FORA DE CONTROLE



O edifício Bitexco Financial Tower, emoldurado por prédios altos e um bairro pobre junto ao Rio Saigon, em Ho Chi Minh, no Vietnã. Foto: Eleanor Farmer/Oxfam

- A riqueza dos mais ricos do mundo continuou crescendo rapidamente no ano passado.
- O ritmo de redução da pobreza extrema caiu pela metade, e ela está aumentando na África subsaariana.
- A desigualdade entre ricos e pobres se traduz em desigualdade em educação e saúde – os pobres têm muito menos oportunidades educacionais e vidas muito mais curtas.

# NOSSOS LÍDERES NÃO ESTÃO ENFRENTANDO O FOSSO CADA VEZ MAIOR ENTRE RICOS E POBRES

A maioria dos nossos líderes políticos não está conseguindo combater a desigualdade.<sup>130</sup> Enquanto muitos estão ignorando a necessidade de enfrentar o problema, muito poucos estão realmente tomando medidas para conter a crise. Por exemplo, apesar de afirmar que está do lado dos “americanos comuns”, o governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, concedeu enormes reduções de impostos às pessoas e empresas mais ricas.<sup>131</sup>

*“Hapa Kenya kuna kabila mbili, maskini na matajiri (No Quênia, há apenas duas tribos, os pobres e os ricos).”*  
– Nyambura Maruga, ativista, Kenya Fight Inequality Alliance

Isso não se aplica a todos os governos. O índice 2018 do Compromisso com a Redução da Desigualdade (CRI) da Oxfam e da Development Finance International destaca alguns governos que estão tomando medidas para reduzir a desigualdade.<sup>132</sup> Por exemplo:

- A Coreia do Sul aumentou o salário mínimo, elevou os impostos cobrados das pessoas e empresas mais ricas e introduziu o salário-família universal.<sup>133</sup>
- A Indonésia aumentou o salário mínimo e elevou os gastos com saúde.<sup>134</sup>
- Serra Leoa tornou gratuitos o ensino fundamental e o médio, e está aumentando os impostos cobrados dos mais ricos.<sup>135</sup>

A desigualdade extrema não é inevitável; ela é uma escolha política.<sup>136</sup> Esses passos positivos por parte de alguns governos indicam que muitos de nossos líderes políticos não estão fazendo a coisa certa. É possível construir uma Economia Humana, que seja mais igualitária e valorize aquilo que realmente importa.

Ao mesmo tempo, as pessoas estão exigindo mudanças, e os líderes políticos precisam começar a representar os interesses dos cidadãos comuns. Em 2017, a Oxfam entrevistou 70 mil pessoas em 10 países, representando um quarto da população mundial. Quase dois terços achavam que o fosso entre ricos e pobres precisava ser enfrentado com urgência.<sup>137</sup>

## MAIS UM ANO DE ABUNDÂNCIA PARA OS BILIONÁRIOS

A crise financeira que abalou o nosso mundo em 2007-08, e causou enorme sofrimento, já tem mais de 10 anos. Nesse tempo, as fortunas dos mais ricos aumentaram muito:

- Nesses mais de 10 anos desde a crise financeira, o número de bilionários quase dobrou.<sup>138</sup>
- Somente no ano passado, a riqueza dos bilionários do mundo aumentou

em US\$ 900 bilhões, ou US\$ 2,5 bilhões por dia. Enquanto isso, a riqueza da metade mais pobre da humanidade, 3,8 bilhões de pessoas, caiu 11%.<sup>139</sup>

- Atualmente, os bilionários têm mais riqueza do que nunca. Entre 2017 e 2018, surgiu um novo bilionário a cada dois dias.<sup>140</sup>
- A riqueza está se tornando ainda mais concentrada – em 2018, 26 indivíduos possuem a mesma riqueza que os 3,8 bilhões de pessoas que compõem a metade mais pobre da humanidade, o que significa uma redução se compararmos com as 43 do ano passado.<sup>141</sup>
- O homem mais rico do mundo, Jeff Bezos, dono da Amazon, viu sua fortuna aumentar para US\$ 112 bilhões. Apenas 1% dessa fortuna equivale a todo o orçamento de saúde da Etiópia, um país de 105 milhões de habitantes.<sup>142</sup>
- Se todo o trabalho não remunerado realizado por mulheres no mundo fosse feito por uma única empresa, ela teria um faturamento anual de US\$ 10 trilhões, ou seja, 43 vezes o da Apple.<sup>143</sup>

Em muitos países, os super-ricos vivem protegidos por seguranças e cercas elétricas em seu próprio mundo. Eles usam helicópteros para evitar engarrafamentos e ruas mal conservadas.<sup>144</sup> Seus filhos frequentam as escolas mais caras, muitas vezes no exterior.<sup>145</sup> Eles têm acesso a serviços de saúde de alto nível. Enquanto se nega um porto seguro a milhões de refugiados, os mais ricos podem comprar cidadania em qualquer um dos vários países que oferecem impostos e controle mínimos sobre suas riquezas.<sup>146</sup>

## **Deixando de pagar sua parcela justa dos impostos**

Uma maneira fundamental de os governos enfrentarem a extrema concentração de riqueza é a tributação.<sup>147</sup> No entanto, indivíduos e empresas mais ricos são subtributados de forma sistemática e estrutural. Em alguns países, eles pagam impostos que estão entre os mais baixos em um século.<sup>148</sup> Como a maior parte de sua riqueza está em ativos financeiros, como ações,<sup>149</sup> eles costumam ser os principais beneficiários de impostos mais baixos para pessoas jurídicas e físicas.<sup>150</sup>

Ao mesmo tempo, os super-ricos estão escondendo pelo menos US\$ 7,6 trilhões das autoridades tributárias e sonegando uma receita anual estimada em US\$ 200 bilhões.<sup>151</sup> Os recentes vazamentos na União Europeia mostram até onde essas pessoas chegam para não pagar impostos,<sup>152</sup> como as revelações do New York Times de que a fortuna do presidente Trump teria sido construída a partir de sonegação fiscal.<sup>153</sup> Muitos estão comprando a cidadania em países com alíquotas mínimas para reduzir sua carga tributária.<sup>154</sup> Na América Latina, por exemplo, a alíquota efetiva para os 10% que ganham mais é de apenas 4,8%.<sup>155</sup>

A pressão por menos tributação sobre os que estão no topo tem suas raízes na ideia de que, se os ricos enriquecerem mais, toda a sociedade se beneficiará.<sup>156</sup> No entanto, essa ortodoxia do “gotejamento” tem sido cada vez mais questionada. Diante da crescente desigualdade, até o Fundo

Monetário Internacional (FMI) e a revista britânica *The Economist* estão dizendo que há ampla margem para tributar os mais ricos sem prejudicar o desenvolvimento econômico,<sup>157</sup> e que essa redistribuição é necessária para combater a desigualdade.<sup>158</sup>

Um argumento central deste artigo, exposto na seção 4, é que essa tendência deve ser revertida e que o bom senso diz que indivíduos e empresas mais ricos devem pagar uma parcela justa de impostos para financiar saúde, educação e outros serviços públicos para todos. Os governos podem usar impostos e gastos progressivos para reduzir em muito o fosso entre ricos e pobres e entre mulheres e homens.<sup>159</sup> Se não conseguirem, a crise da desigualdade permanecerá fora de controle.

*“Tributar os ricos não é uma questão de escolha. É uma questão da vida dos pobres. Se os ricos não pagarem a parcela justa dos impostos, os mais pobres pagarão o preço mais alto.”*  
– Shahzad Khan e Channan Development Associates (CDA).

## UM ANO RUIM PARA A REDUÇÃO DA POBREZA

### A redução da pobreza perde velocidade

A boa notícia é que, globalmente, o número de pessoas vivendo na extrema pobreza (definido pelo Banco Mundial como abaixo de US\$ 1,90 por dia) continuou a cair, de 1,9 bilhão em 1990 para 736 milhões em 2015.<sup>160</sup> Isso demonstra o imenso progresso das últimas décadas. No entanto, o ritmo da redução caiu pela metade desde 2013, e o número de pessoas que vivem na extrema pobreza na África subsaariana vem aumentando.<sup>161</sup>

Bilhões de pessoas vivem um pouco acima da linha da extrema pobreza e basta uma despesa de saúde ou uma quebra de safra para que caiam na miséria novamente.<sup>162</sup> O Banco concluiu que as mulheres têm mais probabilidade de estar entre as pessoas mais pobres de todas, principalmente durante seus anos reprodutivos, devido à quantidade de trabalho de cuidado não remunerado que se espera delas.<sup>163</sup>

Embora o limiar da pobreza extrema seja politicamente importante para mobilizar a ação, US\$ 1,90 é um valor baixo demais para definir essa pobreza extrema em muitos países, ou seja, não representa o nível de renda mínimo estimado para garantir as necessidades vitais.<sup>164</sup> O Banco Mundial respondeu a isso introduzindo linhas de pobreza de US\$ 3,20 e US\$ 5,50 dólares para países de renda média-baixa e média-alta, respectivamente. O Banco conclui que as conquistas no combate à pobreza extrema não foram acompanhadas por reduções no número de pessoas que vivem abaixo dessas novas medidas. Quase metade da população mundial – 3,4 bilhões de pessoas – vive com menos de US\$ 5,50 por dia.<sup>165</sup>



Fonte: World Bank (2018a)<sup>166</sup> e nota metodológica.<sup>167</sup>

E à medida que quantidades cada vez maiores de renda e riqueza vão para quem está no topo, não são apenas os mais pobres que estão perdendo, mas também a classe média. Nos países ricos, é comum a renda dela estagnar.<sup>168</sup>

Uma razão fundamental para isso é a desigualdade. O Relatório sobre a Desigualdade no Mundo de 2018 mostrou que, entre 1980 e 2016, os 50% mais pobres receberam apenas 12 centavos em cada dólar do crescimento da renda global, enquanto o 1% mais rico ficava com 27 centavos.<sup>169</sup> Se quisermos vencer a pobreza, devemos combater a desigualdade.<sup>170</sup>

## A desigualdade em termos de riqueza e o fosso entre mulheres e homens

A maior parte das pessoas mais ricas do mundo é do sexo masculino<sup>171</sup> e, em termos globais, as mulheres ganham 23% menos que os homens.<sup>172</sup> Essa diferença de remuneração entre homens e mulheres está levantando sérias preocupações em todo o mundo.

Menos compreendida, mas igualmente alarmante, é a disparidade de riqueza entre os sexos, que, juntamente com os ganhos, inclui patrimônio, economias e investimentos. Este ano, o Credit Suisse estimou a participação das mulheres na riqueza global em 40%,<sup>173</sup> mas com diferenças muito significativas em nível regional e com relação a diferentes grupos de mulheres. Por exemplo:

- Na África e em países como Índia, Paquistão e Bangladesh, as mulheres representam algo entre 20 e 30% da riqueza.<sup>174</sup>
- Nos Estados Unidos, os homens brancos solteiros possuem 100 vezes mais riqueza do que as mulheres hispânicas solteiras.<sup>175</sup>

A terra é uma fonte vital de riqueza em vários países, mas muitas mulheres não têm direito a ela.<sup>176</sup> Elas possuem apenas 11% da terra no Brasil,<sup>177</sup> enquanto em Bangladesh, a proporção de homens que possuem terra é seis vezes maior do que a das mulheres.<sup>178</sup>

NOS ESTADOS UNIDOS,  
OS HOMENS BRANCOS  
SOLTEIROS TÊM

**100  
VEZES  
MAIS**

RIQUEZA DO QUE AS  
MULHERES HISPÂNICAS  
SOLTEIRAS



Fonte: M. Chang. (2015).<sup>179</sup>

Ter menos riqueza significa que as mulheres dispõem de menos recursos para enfrentar crises familiares, como problemas de saúde, principalmente porque elas têm responsabilidades desproporcionais com relação ao cuidado dos membros jovens, doentes e idosos da família. As mulheres têm menos poder de barganha e mais probabilidades de viver na pobreza durante a velhice.<sup>180</sup>

As diferenças de riqueza entre os gêneros são causadas pelo efeito cumulativo de uma série de desigualdades estruturais. Mulheres e meninas têm mais trabalho de cuidado não remunerado do que homens e meninos, devido a atitudes sociais restritivas que consideram o cuidado como “trabalho de mulher” e ao acesso limitado a serviços públicos de qualidade, que poderiam reduzir a carga de trabalho que recai sobre elas. Como resultado, ao longo de suas vidas, as mulheres têm menos oportunidades que os homens de se dedicar ao trabalho remunerado, ganham menos e têm menos condições de investir em patrimônio. Quando fazem trabalho remunerado, muitas vezes ele é precário ou mal pago.<sup>181</sup> As mulheres quase sempre têm menos acesso e controle sobre os recursos produtivos (como terra, crédito, seguro e habilidades).<sup>182</sup>

As sociedades nas quais o fosso entre ricos e pobres é muito menor são aquelas em que as mulheres são tratadas de forma mais igualitária.<sup>183</sup> Portanto, garantir que elas tenham direitos iguais a herança e posse de bens, empregos decentes e maior representação em cargos de liderança, bem como contestar as barreiras à acumulação de riqueza por parte delas (tais como atitudes sociais prejudiciais e serviços públicos precários) são passos importantes para reduzir o fosso de riqueza entre gêneros e criar sociedades mais justas para todos.

## POR QUE O FOSSO ENTRE RICOS E POBRES É ALARMANTE?

A acumulação contínua de riqueza pelos muito ricos em nossas sociedades, enquanto a maioria da humanidade sobrevive com quase nada, é extremamente danosa.

A desigualdade faz com que a luta para acabar com a pobreza seja muito mais difícil. A menos que o crescimento beneficie as pessoas mais pobres entre hoje e 2030, o Banco Mundial prevê que o primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – eliminar a pobreza extrema – não será atingido.<sup>184</sup>

A desigualdade é desestabilizadora. Por exemplo, nos últimos anos, assistimos a um aumento do autoritarismo por parte de governos em todo o mundo, com repressão à liberdade de expressão e à democracia. Também vimos um crescimento da popularidade de ideias racistas e sexistas e dos políticos autoritários que as apoiam. Muitos apontaram a ligação entre essa tendência global e altos níveis de desigualdade.<sup>185</sup>

A desigualdade prejudica as nossas sociedades. É ruim para todos, não apenas para os mais pobres. Em países mais desiguais, a confiança<sup>186</sup> é menor e a criminalidade, maior.<sup>187</sup> As sociedades desiguais são mais estressadas, menos felizes e têm saúde mental de pior qualidade.<sup>188</sup>

A desigualdade dificulta ainda mais a luta para salvar nosso planeta do colapso climático. A Oxfam mostrou que a pegada de carbono média do 1% mais rico do mundo pode ser até 175 vezes maior do que a dos 10% mais pobres.<sup>189</sup> Para chegarmos a uma situação em que todos na Terra estejam vivendo com mais de US\$ 5 dólares, nos atuais níveis de desigualdade, a economia global teria que ser 175 vezes maior do que é hoje, o que destruiria o nosso planeta.<sup>190</sup> A única maneira de vencer a pobreza enquanto salvamos o planeta é combater a desigualdade.

A desigualdade também tem profundas implicações para o futuro de nossos filhos e suas oportunidades de ter uma vida melhor. E talvez o resultado mais poderoso, desconfortável e inegável da desigualdade seja seu impacto sobre o tempo que podemos esperar viver.

## **O talento está em toda parte; a oportunidade, não**

A oportunidade para que cada criança aprenda e aproveite ao máximo seus talentos está na essência de uma sociedade mais justa. A educação é fundamental para a mobilidade social que, por sua vez, é fundamental para combater a desigualdade, reduzir a pobreza e fazer crescer as economias.<sup>191</sup> Infelizmente, o Banco Mundial concluiu que a mobilidade social não está melhorando em grande parte do mundo. Metade das pessoas nascidas em uma economia em desenvolvimento média nos anos 80 recebeu mais educação do que seus pais, e essa proporção não se alterou desde a década de 1960.<sup>192</sup> Apenas 12% dos adultos nascidos na África subsaariana na década de 1980 estudaram mais do que seus pais.<sup>193</sup>

A pesquisa da Oxfam sobre mobilidade social no Vietnã concluiu que a mobilidade entre gerações diminuiu nos últimos anos.<sup>194</sup> Na América Latina, a mobilidade intergeracional é muito baixa porque a qualidade da educação difere muito entre as classes sociais.<sup>195</sup> A desigualdade de gênero interage com a desigualdade econômica para reduzir a mobilidade social de mulheres e meninas em particular. No México, as meninas nascidas nos 20% mais pobres da população têm o dobro de probabilidades de permanecer pobres do que os homens. Elas têm apenas um quarto das chances de um menino

igualmente pobre de vir a fazer parte dos 20% mais ricos.<sup>196</sup> No Quênia, uma menina de família pobre tem uma chance em 250 de continuar os estudos além do ensino médio, em comparação com uma chance em três de um menino de família rica.<sup>197</sup> No Quênia, uma criança de família rica receberá, em média, duas vezes mais educação do que uma criança de família pobre.<sup>198</sup>

Toda criança tem direito à educação. Mesmo assim, como mostra a seção 3, em muitos lugares uma boa educação só costuma estar disponível a crianças de famílias ricas. Elas podem ser mandadas a escolas particulares caras, enquanto as de famílias pobres frequentam escolas públicas com poucos recursos e verbas. O Banco Mundial e outros atores estão promovendo mais privatização da educação, apesar das evidências de que isso aumenta a desigualdade.<sup>199</sup> Essa realidade significa negligência para com as crianças, pois todas elas têm direito à educação. Também é uma negligência com a sociedade, já que uma geração de meninos e meninas pobres e talentosos não pode atingir seu potencial e contribuir integralmente para o progresso humano. Em vez disso, médicos, professores ou empresários brilhantes estão criando cabras ou coletando água. A humanidade enfrenta desafios sem precedentes, mas, em vez de fazer uso dos talentos de todas as pessoas, a desigualdade faz com que desperdicemos esse potencial.

## **Comprando uma vida mais longa**

No mundo todo, as crianças mais pobres são as que têm mais probabilidade de morrer. O número médio das que morrem antes dos cinco anos diminuiu em quase todos os países nos últimos anos, o que é uma grande conquista. Porém, olhando para além das médias, a diferença entre ricos e pobres ainda é inaceitável. Uma criança de família pobre no Nepal tem três vezes mais probabilidades de morrer antes de completar cinco anos do que uma criança de família rica.<sup>200</sup> A desigualdade econômica, por sua vez, interage com outras desigualdades, como a racial. Nos Estados Unidos, uma criança negra tem duas vezes mais chances de morrer no primeiro ano de vida do que uma criança branca.<sup>201</sup> Crianças negras nos Estados Unidos têm mais probabilidades de morrer antes de seu primeiro aniversário do que crianças da Líbia.<sup>202</sup>

A desigualdade não é apenas ruim para a saúde das pessoas mais pobres; ela é ruim para toda a sociedade. Dados de 103 países em desenvolvimento mostram que a desigualdade está associada a índices de mortalidade mais elevados para toda a sociedade, sejam os ricos ou os pobres.<sup>203</sup>

No entanto, as pessoas mais pobres, principalmente mulheres e meninas, sentem os efeitos da desigualdade com muito mais intensidade do que as outras. As pessoas de famílias ricas têm acesso a serviços de saúde privados de alto nível, que não estão disponíveis às famílias mais pobres, às quais sobram serviços públicos subfinanciados, médicos menos qualificados e farmácias não regulamentadas.<sup>204</sup> Na maioria dos países – tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento – o dinheiro é um passaporte para uma saúde melhor e uma vida mais longa, ao passo que ser pobre geralmente significa mais doenças e um túmulo precoce.

Isso se reflete nos números relativos à expectativa de vida, nos quais a riqueza se traduz em muito mais longevidade. Na Índia, uma mulher da chamada casta inferior tem expectativa de viver quase 15 anos menos do que uma mulher de casta superior.<sup>205</sup>

A expectativa de vida em uma das regiões mais pobres de Londres é seis anos mais curta do que em um dos bairros mais ricos da capital inglesa, a apenas alguns quilômetros de distância.<sup>206</sup> Em Pinheiros, uma das áreas mais ricas de São Paulo, no Brasil, a expectativa de vida é de 79 anos; em Cidade Tiradentes, um dos subúrbios mais pobres, é de 54 anos.<sup>207</sup>

A EXPECTATIVA DE VIDA NAS  
ÁREAS MAIS RICAS DE SÃO  
PAULO, NO BRASIL, É DE

**79 ANOS**

EM UMA DAS ÁREAS MAIS  
POBRES DA CIDADE, É DE

**54 ANOS**



É difícil pensar em uma injustiça maior do que viver 25 anos a menos simplesmente por ser pobre.

Para mudar isso e combater a desigualdade, precisamos repensar radicalmente o que valorizamos em nossas economias. Em documentos anteriores, a Oxfam introduziu o conceito de Economia Humana<sup>208</sup> – uma economia que rejeita as visões econômicas fragmentadas das últimas décadas e, em lugar delas, projeta um mundo mais justo, inclusivo e sustentável. Uma parte fundamental de uma Economia Humana é um Estado que tribute de maneira justa e proporcione serviços públicos universais para todos. Esse é o foco deste relatório.

*“O meu pai faleceu e eu larguei os estudos. Ele estava doente e morreu. Eu estava indo bem na escola, mas a minha mãe não conseguiu me ajudar a continuar estudando. Eu queria ser jornalista, expor a criminalidade e os problemas na educação das meninas. Agora eu trabalho na limpeza, mas ainda sonho em ser jornalista.”*

*- Matilda, Gana*

## 2 DESIGUALDADE ECONÔMICA E DESIGUALDADE DE GÊNERO



Elizabeth Gabrinao prepara arroz em sua cozinha, na Área de Reassentamento de GMA, em Tacloban, nas Filipinas, para onde sua família se mudou depois que o tufão Haiyan devastou sua casa, em 2013. Um dia não é suficiente para todo o trabalho de cuidado que Elizabeth faz, e alimentar sua família com o pequeno salário do marido é uma luta. Foto: Aurelie Marrier d'Unienville/Oxfam.

- Sociedades economicamente mais igualitárias também são aquelas em que mulheres e homens são mais iguais.
- As decisões econômicas dos governos, principalmente sobre a tributação de despesas, têm um grande impacto sobre a desigualdade de gênero.
- O problema do tempo não remunerado que as mulheres passam cozinhando, limpando e cuidando tem que ser enfrentado urgentemente.

Não é possível fechar o fosso entre ricos e pobres sem garantir igualdade entre mulheres e homens. Não se podem construir sociedades economicamente mais igualitárias com base na opressão da metade da humanidade.

É nas sociedades onde o fosso entre ricos e pobres é muito menor que as mulheres são tratadas de forma mais igualitária.<sup>209</sup> Envolvê-las na economia em pé de igualdade com os homens ajuda a construir economias mais igualitárias e resilientes.<sup>210</sup> No entanto, conforme descrito na seção 1, a crise da desigualdade econômica continua e concentra a riqueza nas mãos de poucos, em sua grande maioria, homens brancos. Um modelo econômico

que não consiga elevar progressivamente a receita pública e não invista em serviços públicos não é compatível com a igualdade entre mulheres e homens, e prejudicará, mais do que todas as outras pessoas, às mulheres que vivem na pobreza.<sup>211</sup>

As políticas econômicas e, especificamente, a maneira pela qual os governos arrecadam e gastam dinheiro pode cumprir um papel fundamental para transformar isso. Numa Economia Humana, mulheres e homens teriam as mesmas oportunidades e o mesmo acesso a recursos, e seriam remunerados de forma igual. Todos receberiam o cuidado de que necessitam, e o trabalho de cuidar dos outros – remunerado ou não – seria valorizado e considerado como uma responsabilidade igual do Estado, das mulheres e dos homens. Ao formular políticas e decidir como investir os recursos públicos, os governos priorizariam a eliminação das diferenças entre ricos e pobres, mulheres e homens, e entre grupos raciais e étnicos.

Nesta seção, analisamos os vínculos entre desigualdade econômica e desigualdade de gênero. Em particular, trataremos das desigualdades em termos de tempo gasto trabalhando em casa, cuidando de crianças, parceiros e idosos, e o que os gastos do governo podem fazer para lidar com isso.

## POLÍTICAS ECONÔMICAS E SEU IMPACTO SOBRE MULHERES E HOMENS

As decisões econômicas de um governo podem ter impactos muito diferentes sobre mulheres e homens. Isso pode ser positivo: políticas como aumento do salário mínimo ou assistência médica gratuita e investimentos em infraestrutura hídrica podem beneficiar mais às mulheres pobres. No entanto, com demasiada frequência, as políticas aumentam o fosso entre mulheres e homens.

Em nenhum lugar isso fica mais visível do que nos impactos causados pela austeridade. As mulheres são especialmente afetadas porque as atitudes sociais sexistas arraigadas fazem com que elas tendam a ter maior responsabilidade pelo cuidado não remunerado, ganhem menos, possuam menos bens e tenham maior probabilidade de viver na pobreza. Quando chega uma crise, as mulheres são os amortecedores econômicos que preenchem os vazios dos serviços cortados, a um custo pessoal considerável. Como resultado das políticas de austeridade no México e na Argentina desde a década de 1990, as mulheres de famílias mais pobres, com pouco estudo e muitas responsabilidades de cuidado não remunerado, foram forçadas a aceitar trabalhos mal pagos e precários para sobreviver.<sup>212</sup> Um estudo sobre os efeitos da austeridade na Europa após a crise financeira de 2007-08 constatou que ela reduziu os gastos públicos em serviços de apoio ao cuidado e em medidas de proteção social, como licença paternidade, cujos custos recaíram em grande parte sobre as mulheres. Por exemplo, Portugal fechou vários jardins de infância públicos e a Romênia, a

*“As mulheres são metade da classe trabalhadora; somos a maioria dos professores e enfermeiros, temos a maior parte dos empregos precários e fazemos a esmagadora maioria do trabalho reprodutivo em casa. É por isso que toda a classe trabalhadora deve lutar por um direito básico, como a liberdade de decidir sobre o próprio corpo, de decidir sobre a maternidade. Da mesma forma, é por isso que... a precariedade do trabalho, a falta de verbas para a saúde e a educação, a duração da jornada (que torna insuportável a dupla jornada de trabalho doméstico e trabalho remunerado) – todos esses ataques à classe trabalhadora têm que se transformar em reivindicações do movimento feminista.”*  
– Paula Varela, ativista feminista, Argentina

Macedônia e a Eslovênia reduziram todos os benefícios de licença maternidade ou parental.<sup>213</sup>

Em termos globais, profissionais da educação e da saúde tendem a ser a maioria dos trabalhadores do setor público,<sup>214</sup> e as mulheres predominam nessas profissões.<sup>215</sup> Isso costuma fazer com que elas sejam mais afetadas pelos cortes nos serviços públicos. Mulheres e crianças, principalmente as de grupos étnicos negros e minoritários e de famílias pobres, dependem desproporcionalmente de programas sociais, como salário-família, em função de suas rendas mais baixas e suas responsabilidades de cuidado, sendo as mais prejudicadas por qualquer redução nessas áreas.

## **Gastos públicos e mulheres**

Os gastos públicos são uma ferramenta poderosa que os governos podem usar para reduzir o fosso entre mulheres e homens. A pesquisa mostrou como os serviços públicos universais e a infraestrutura de boa qualidade – principalmente em áreas como saúde, educação e abastecimento de água – bem como proteções sociais como aposentadoria e salário-família, podem ter efeitos multiplicadores na redução das desigualdades de gênero.<sup>216</sup> Os serviços públicos podem ser projetados de maneiras que reconheçam as diferentes necessidades de mulheres e homens, enquanto questionam os estereótipos sociais que pressupõem que elas deveriam ser responsáveis por mais trabalho de cuidado do que eles. Esses serviços podem visar a transformação das relações de gênero em vez de sua aceitação, por exemplo, garantindo que a educação empodere as meninas para questionar o *status quo*.

Por outro lado, serviços públicos sub-financiados e de baixa qualidade, que não levam em conta as necessidades de mulheres e meninas, podem aumentar o fosso entre gêneros. Em vez de desafiar atitudes sociais ultrapassadas sobre os papéis das mulheres, eles podem reforçá-las.

O papel que os serviços públicos podem cumprir na promoção da igualdade entre homens e mulheres é abordado com maior profundidade na seção 3.

## **Impostos e mulheres**

A política tributária também pode ter impactos diferentes sobre mulheres e homens, devido às diferenças em suas condições econômicas, responsabilidades de cuidado e poderes de decisão. Os cortes nos impostos sobre a riqueza, sobre as rendas mais altas e sobre as empresas beneficiam desproporcionalmente os homens, já que eles ganham mais e são os principais proprietários da riqueza. Por outro lado, os aumentos de tributos como o imposto sobre o valor agregado (IVA), que têm um impacto desproporcional sobre as pessoas mais pobres, afetam mais às mulheres, já que elas costumam ser mais pobres.<sup>217</sup>

Sistemas fiscais bem elaborados podem colocar em questão a desigualdade de gênero e promover maior igualdade entre mulheres e homens. A relação entre tributação e desigualdade de gênero é abordada com maior profundidade na seção 4.

# CUIDADOS NÃO REMUNERADOS E DESIGUALDADE

Nossas economias são construídas sobre centenas de milhões de horas de trabalho gratuito: cuidar de crianças, idosos e doentes, lavar, limpar, cozinhar e buscar água e lenha. Visivelmente, a maior parte desse trabalho gratuito é feita por mulheres e meninas – resultado de atitudes sociais injustas que as tornam responsáveis por ele. Se todo o trabalho não remunerado realizado por mulheres no mundo fosse feito por uma única empresa, ela teria um faturamento anual de US\$ 10 trilhões,<sup>219</sup> ou 43 vezes o da Apple.<sup>220</sup> Até que reconheçamos essa injustiça e façamos algo a respeito, não é possível haver igualdade econômica nem de gênero.

*“O problema do gênero é que ele prescreve como deveríamos ser, em vez de reconhecer como somos.”*

– Chimamanda Ngozi Adichie em *We all Should All Be Feminists*<sup>218</sup>



Cifra calculada com base na receita anual informada pela Apple em 2017 (229,3 bilhões de dólares); veja a fonte na nota de fim.<sup>221</sup> Foto: Rosalyn Martinez coleta água de uma bomba na área de reassentamento GMA, Tacloban Norte, Filipinas. O local foi construído para reassentar famílias após o Tufão Haiyan, mas muitos moradores dizem estar em situação ainda mais vulnerável agora, e carecer de serviços básicos, como água potável de confiável. Crédito: Aurelie Marrier d'Unienville/Oxfam.

A pesquisa da Oxfam em comunidades rurais na Colômbia, nas Filipinas, na Etiópia, em Uganda e no Zimbábue mostrou que as mulheres têm, em média, 14 horas por dia de algum tipo de responsabilidade de assistência.<sup>222</sup> Outro estudo concluiu que mulheres rurais pobres costumam fazer cinco vezes mais trabalho de assistência do que os homens.<sup>223</sup> Essa carga de trabalho pesada e não remunerada as deixa em desvantagem em muitos aspectos:

- As longas jornadas de trabalhos e o estresse prejudicam sua saúde.
- Sua capacidade de obter um trabalho remunerado decente é limitada.
- Elas têm menos condições de aprimorar suas habilidades e assumir posições de liderança.
- Sua capacidade de participar da política e da vida cívica fica reduzida, o que, por sua vez, faz com que as necessidades das mulheres tenham menos probabilidades de ser levadas em consideração pelos políticos.
- A educação das meninas é prejudicada quando elas são retiradas da escola para ajudar em casa, enquanto seus irmãos continuam estudando.
- Embora, em média, as mulheres façam mais trabalho não remunerado do que os homens, a situação é muito pior para as mulheres pobres, que têm menos chances de dispor de acesso a água potável encanada e a serviços de saúde e creches públicos. Na Tunísia, crianças de três e quatro anos de idade de famílias mais pobres têm seis vezes menos probabilidades de frequentar creches ou pré-escolas do que as de famílias mais ricas.<sup>224</sup> As famílias pobres têm menos chances de possuir máquinas que poupam trabalho, como lavadoras de roupa, ou de poder pagar empregados domésticos. As empregadas domésticas são, em sua maioria, mulheres pobres que têm de conseguir combinar muitas horas de trabalho doméstico mal remunerado com seu próprio trabalho de cuidado em casa. O trabalho de cuidado não remunerado amplia a desigualdade econômica, porque quem tem menos riqueza também tem menos tempo para obter renda e acumular riqueza durante a vida.

O cuidado não remunerado é um enorme subsídio oculto à economia, ignorado pelas análises econômicas tradicionais. Se os governos incorporassem uma análise do cuidado não remunerado a suas políticas econômicas e assumissem mais responsabilidade por atender às necessidades de cuidado de suas populações, ajudariam em muito a combater a desigualdade econômica e de gênero.

Por exemplo, em resposta às excessivas cargas de trabalho das mulheres e à necessidade de acabar com empregos precários e mal remunerados, em 2015, o governo do Uruguai estabeleceu o Sistema Nacional de Atenção Integrada. Todas as crianças têm direito ao cuidado, e o trabalho dos profissionais do cuidado é reconhecido e valorizado com programas de formação e apoio.<sup>225</sup>

Os governos deveriam enfrentar atitudes sociais ultrapassadas que enxergam as mulheres como as cuidadoras principais e que muitas vezes se refletem em políticas sexistas como a licença maternidade em vez da parental. Eles também deveriam investir mais dinheiro em serviços públicos relevantes que pudessem reduzir significativamente a carga de trabalho de cuidado das mulheres, incluindo abastecimento doméstico de água e eletricidade, creches, atendimento a idosos, saúde e transporte público.

## **Cuidados não remunerados e serviços públicos**

Na realidade, para uma grande quantidade de pessoas, esses serviços públicos vitais continuam sendo muito mal financiados. Na África Subsaariana, 65% da população ainda não têm acesso a eletricidade,

enquanto 37% continuam sem acesso a uma fonte de água de melhor qualidade.<sup>226</sup> O acesso precário a serviços públicos básicos aumenta em muito a quantidade de tempo que as famílias pobres gastam em tarefas não remuneradas, como buscar água, coletar madeira e cuidar dos doentes na ausência de bons serviços de saúde perto de suas casas. Estima-se que a contribuição não remunerada das mulheres ao setor de saúde equivalha a aproximadamente 3% do PIB em países de baixa renda.<sup>227</sup>



Por outro lado, o investimento em serviços públicos universais, gratuitos e de apoio ao cuidado pode trazer melhorias substanciais à vida das mulheres pobres.

Em partes do Zimbábue, o acesso a uma fonte de água de melhor qualidade poderia reduzir a carga média de trabalho não remunerado das mulheres em quatro horas por dia<sup>228</sup> – o equivalente a dois meses por ano. O acesso a creches públicas gratuitas no Rio de Janeiro elevou os índices de emprego de mães de baixa renda em 27% e quase dobrou o emprego daquelas que anteriormente não tinham trabalho remunerado.<sup>229</sup>

Em vez de drenar os orçamentos públicos, os investimentos nesses serviços proporcionam retornos econômicos. Investir em serviços de cuidado gera empregos: pesquisas recentes em seis países de renda média mostraram que investir 2% do PIB no fortalecimento dos serviços de saúde e cuidado poderia gerar entre 1% e 3% de crescimento no emprego total, com 24 milhões de novos empregos somente na China. Isso significa 13% a mais de empregos do que se a mesma quantia fosse investida no setor da construção civil.<sup>230</sup> O custo desses investimentos para os governos é relativamente baixo: um estudo recente realizado na Turquia mostra que o investimento em creches e educação pré-escolar tem um retorno maior em termos de aumento no imposto de renda e outras receitas do que um investimento equivalente no setor de construção civil.<sup>231</sup>

É vital investir mais em serviços públicos, mas também na organização e na gestão cuidadosas para minimizar o tempo que as mulheres levam para acessar esses serviços. Longos deslocamentos e esperas, horários de funcionamento limitados ou não confiáveis, e o custo de oportunidade da perda de renda afetam mais às mulheres, devido às suas consideráveis responsabilidades não remuneradas de cuidado e à maior pobreza em

termos de tempo.<sup>232</sup> Em um estudo realizado na zona rural do Egito, 42% das mulheres apontaram a dificuldade de pagar por serviços de saúde como uma barreira ao acesso, enquanto 30% indicaram as distâncias e os tempos de deslocamento como uma barreira à utilização desses serviços.<sup>233</sup> Isso ilustra a importância de investir e construir bons serviços de saúde públicos e gratuitos, próximos às casas e aos locais de trabalho das mulheres.

Para fazer com que os serviços públicos sejam sensíveis às necessidades das mulheres pobres, os governos devem oferecer oportunidades verdadeiras para que elas tenham voz ativa nas principais decisões relacionadas a orçamento, organização e gestão desses serviços.

A desigualdade econômica e a de gênero estão intimamente ligadas, e as decisões que os governos tomam sobre como aumentar a receita e gastá-la podem ter um efeito poderoso na redução ou no aumento dessas desigualdades. Quando os governos escolhem reduzir os impostos dos ricos, cortar serviços ou disponibilizá-los apenas a uns poucos privilegiados, negam-se oportunidades a pessoas pobres, ignora-se a importância do trabalho de cuidado para a sociedade e se deixa que mulheres e meninas mais pobres preencham as lacunas. Também se concentra riqueza demais nas mãos de uma elite cuja maioria é formada por homens. O caráter de gênero da desigualdade econômica reforça a desigualdade em todas as áreas da vida das mulheres, negando-lhes o poder para questionar os sistemas de discriminação. Isso não é inevitável, e mulheres de todo o mundo estão se mobilizando e propondo alternativas. Em vez disso, os serviços públicos e a tributação podem ser ferramentas poderosas para ajudar os governos a enfrentar os desafios interligados da desigualdade de gênero e da desigualdade econômica. As próximas duas seções tratarão de como os serviços públicos podem ajudar a fechar essa lacuna.

### 3 COMO OS SERVIÇOS PÚBLICOS E A PROTEÇÃO SOCIAL PODEM COMBATER A DESIGUALDADE



Uma médica segura um bebê na maternidade do campo de refugiados de Zaatari, na Jordânia, que abriga cerca de 80 mil sírios que fugiram da guerra. Foto: Tom White/PA.

- Serviços públicos como saúde e educação, além de benefícios como salário-família, aposentadorias e outras formas de proteção social, têm enorme poder para reduzir a desigualdade.
- Para isso, devem ser de alta qualidade, universais, públicos e gratuitos, e promover a igualdade de gênero.

### FAZENDO MILAGRES TODOS OS DIAS

Salas de aula com professores. Unidades de saúde com enfermeiros e médicos. Torneiras que funcionam e banheiros limpos. Uma aposentadoria básica ao final de uma vida de muito trabalho. Educação, saúde, água, aposentadoria e salário-família disponíveis a todas as pessoas,

independentemente de sexo, casta, etnia ou deficiência. Serviços públicos e benefícios de proteção social como esses podem impulsionar a igualdade, funcionando para transformar as vidas das pessoas e desbloquear o potencial, unir as sociedades e fechar o fosso entre ricos e pobres e entre mulheres e homens.

Os serviços públicos são uma das maiores invenções da humanidade. Nenhum país se desenvolveu sem investir neles. Nos países ricos do século 19, a educação escolar e os serviços de saúde estavam quase que inteiramente em mãos privadas e fora do alcance da maioria das pessoas,<sup>234</sup> que sofreram como resultado disso. Hoje em dia, os serviços públicos nesses mesmos países são os mais poderosos agentes da igualdade, reduzindo a desigualdade de renda em uma média de 20%.<sup>235</sup>

Os serviços públicos e a proteção social cumprem um papel fundamental no atendimento das necessidades e no cumprimento dos direitos humanos das pessoas no mundo todo. Eles também têm um papel muito poderoso na redução da desigualdade e da pobreza.<sup>236</sup> Evidências de mais de 150 países, tanto ricos quanto pobres, abrangendo um período de mais de 30 anos,<sup>237</sup> mostram que o investimento em saúde, educação e proteção social reduz o fosso entre ricos e pobres. Uma análise recente de 13 países em desenvolvimento concluiu que os gastos em educação e saúde representavam 69% de toda a redução da desigualdade.<sup>238</sup>

Serviços públicos universais e gratuitos atendem às necessidades essenciais, evitam que as pessoas tenham que pagar de seu próprio bolso e oferecem a centenas de milhões de pessoas um caminho para escapar da pobreza. Se todas as crianças saíssem da escola com habilidades básicas de leitura, 171 milhões de pessoas poderiam ser retiradas da pobreza extrema.<sup>239</sup> Se a saúde universal fosse financiada publicamente e gratuita para os pacientes, seria possível impedir que 100 milhões de pessoas caíssem na pobreza extrema todos os anos.<sup>240</sup> Outros 800 milhões não teriam mais que renunciar a necessidades básicas, como alimentação, para pagar tratamentos de saúde.<sup>241</sup>

Todos os dias, as pessoas – principalmente mulheres e meninas – gastam 125 milhões de horas coletando água.<sup>242</sup> Perdem-se cerca de 443 milhões de dias letivos a cada ano devido a doenças relacionadas à água,<sup>243</sup> e cerca de metade dos leitos hospitalares do mundo em desenvolvimento são ocupados por pessoas que sofrem desse tipo de enfermidade.<sup>244</sup> Com acesso a água potável, essas horas perdidas poderiam ser gastas aprendendo e rendendo para um futuro melhor.

O FMI situou os gastos públicos em saúde, educação e proteção social entre as ferramentas mais importantes disponíveis aos governos para reduzir a desigualdade e a pobreza, e afirmou que eles são cruciais para promover o desenvolvimento econômico.<sup>245</sup>

#### **Quadro 5: Êxitos do serviço público nos países em desenvolvimento**

Muitos países em desenvolvimento operam hoje serviços públicos em uma escala impossível de conceber na história das nações ricas quando estas tinham níveis de renda comparáveis.

Por exemplo, a Tailândia introduziu a cobertura universal de saúde em 2002 para sua população de 69 milhões de pessoas, com uma renda per capita semelhante à que os Estados Unidos tinham em 1930.<sup>246</sup> O governo tailandês emprega 180 mil enfermeiros<sup>247</sup> e 50 mil médicos<sup>248</sup> em todo o país. Mais de 80% de todo o atendimento é prestado pelo Estado. Financiados pela tributação progressiva, serviços de saúde de boa qualidade estão disponíveis gratuitamente para todos, sejam ricos ou pobres,<sup>249</sup> e ajudam a reduzir a desigualdade no país, beneficiando mais aos pobres do que aos ricos.<sup>250</sup>

A Etiópia é um país pobre, com uma renda per capita próxima à que o Canadá tinha em 1840,<sup>251</sup> mas tem o quinto maior gasto com educação no mundo em proporção ao seu orçamento:

- Emprega mais de 400 mil professores do ensino fundamental.<sup>252</sup>
- Entre 2005 e 2015, levou mais 15 milhões de crianças à escola – de 10 milhões para 25 milhões.<sup>253</sup>

O país ainda enfrenta desafios sérios em termos de resultados de aprendizagem e melhoria da qualidade da educação,<sup>254</sup> mas seu compromisso e seu esforço para educar as meninas e os meninos são muito grandes.

Por meio de ações governamentais articuladas e prestação pública dos serviços, trabalhando com comunidades, o governo do Paraguai aumentou a porcentagem da população rural que acessa água potável de 50% para 95% em apenas 15 anos (2000-2015), garantindo que todos os cidadãos possam beber água.<sup>255</sup>

## HÁ AVANÇOS, MAS IRREGULARES E DESIGUAIS

Nas últimas décadas, os serviços públicos, principalmente nos países em desenvolvimento, têm apresentado resultados admiráveis. Desde 1990, 2,6 bilhões de pessoas obtiveram acesso a água potável de melhor qualidade.<sup>256</sup> Atualmente, a matrícula na escola primária é quase universal e atinge o mesmo número de meninas e meninos.<sup>257</sup>

Desde 1990, o número de crianças que morrem antes de completar cinco anos caiu pela metade.<sup>258</sup> Em nível global, o número de novos infectados pelo HIV diminuiu em 38% entre 2001 e 2013.<sup>259</sup>

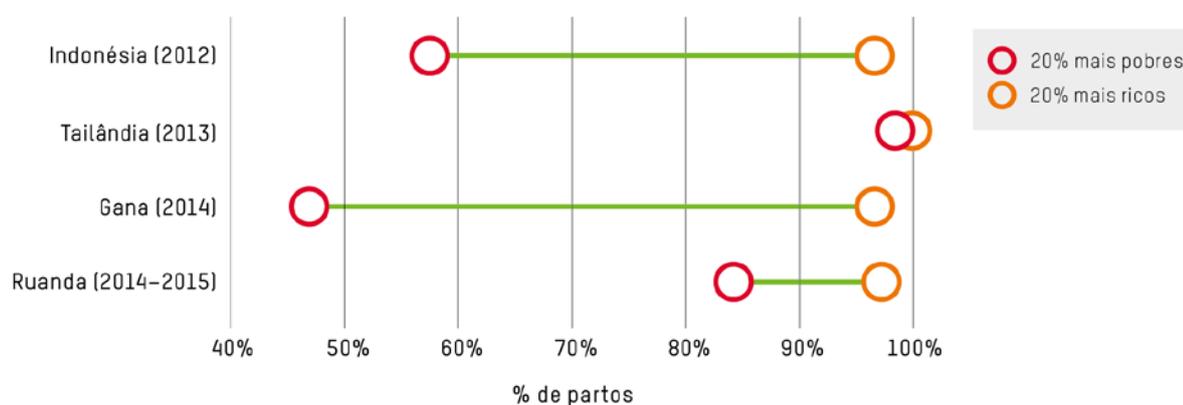
Infelizmente, os avanços no atendimento de outras necessidades essenciais têm sido inaceitavelmente lentos ou vêm até se revertendo. Pelo menos metade dos 7,6 bilhões de pessoas do mundo não recebeu o atendimento de saúde essencial de que necessita.<sup>260</sup> Em 2015, 262 milhões de crianças em idade de frequentar o ensino fundamental e médio ainda estavam fora da escola.<sup>261</sup> Dos que estão no ensino fundamental, mais da metade não adquire nem mesmo um nível básico de leitura<sup>262</sup> e 844 milhões de pessoas ainda carecem de um serviço básico de água potável.<sup>263</sup>

Os agregados globais também ocultam enormes diferenças, em termos de avanços entre países e dentro de cada um deles, entre ricos e pobres e entre mulheres e homens. Nos países em desenvolvimento, as crianças das famílias mais ricas têm 32% mais probabilidades de concluir o ensino fundamental do que as das famílias mais pobres.<sup>264</sup> Evidências de 137

países em desenvolvimento mostram que uma criança de família pobre tem, em média, duas vezes mais probabilidades de morrer antes dos cinco anos do que uma criança de família rica.<sup>265</sup>

Para uma mulher que está dando à luz, a presença de uma parteira ou de outro profissional de saúde aumentará significativamente suas chances de sobreviver se algo der errado. Para as mulheres grávidas pobres, o país em que estão dando à luz faz muita diferença, como mostra a Figura 5. Na Tailândia e em Ruanda, as mães pobres têm quase a mesma probabilidade das ricas de dar à luz com a ajuda de um profissional de saúde, enquanto, na Indonésia e em Gana, elas têm muito mais probabilidades de dar à luz sem ajuda profissional, colocando em risco suas vidas e as de seus bebês.

**Figura 5: Porcentagem de partos com assistência de parteira ou outro profissional de saúde qualificado – 20% mais pobres e 20% mais ricos**



Fonte: Health Equity Assessment Toolkit (HEAT).<sup>266</sup>

## OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE BAIXA QUALIDADE AUMENTAM A DESIGUALDADE EM MUITOS PAÍSES

A capacidade dos serviços públicos e da proteção social de reduzir a desigualdade depende de quanto bem eles são financiados, como são prestados e de seu nível de qualidade.

Em muitos países, os serviços públicos enfrentam uma crise de qualidade. Escolas e unidades de saúde têm pessoal, verbas e qualidade insuficientes. A proteção social é precária e exclui muitos que precisam dela. Os serviços ignoram as necessidades específicas das mulheres. Nessas situações, os serviços públicos podem deixar de atender aos cidadãos e acabam reforçando e aumentando a desigualdade.

No conjunto dos países de renda baixa e média, estima-se que 3,6 milhões de mortes a cada ano possam ser atribuídas à falta de acesso a serviços de saúde.<sup>267</sup>

## **Quadro 6: Negligenciando os mais pobres – serviços de saúde privados na Índia**

Na Índia, o descaso do governo com os serviços públicos de saúde faz com que o setor privado predomine.<sup>268</sup> A assistência médica privada – a de melhor qualidade – só está disponível a quem tiver dinheiro para pagar.<sup>269</sup> O país é um destino importante para o turismo médico, com alguns dos melhores serviços do mundo disponíveis para quem puder pagar por eles,<sup>270</sup> enquanto os níveis de gastos públicos em saúde estão entre os mais baixos. No sul da Ásia, incluindo a Índia, os serviços de má qualidade matam mais pessoas do que a falta de acesso a tratamentos e serviços.<sup>271</sup> Os pacientes mais pobres têm que enfrentar serviços públicos muito precários ou correr riscos com uma série de charlatões sem regulamentação e outros provedores privados, muitas vezes gastando tudo o que têm.<sup>272</sup>

Poderosas empresas privadas de saúde aumentaram em três vezes e meia o custo dos planos de saúde financiados pelo governo em alguns estados e ameaçam retirar serviços se os governos não concordarem.<sup>273</sup> Em grandes cidades como Nova Déli, muitos hospitais privados receberam terrenos gratuitos ou com subsídios elevados em troca da prestação gratuita de serviços a pacientes pobres, o que eles deixam de cumprir constantemente.<sup>274</sup> Várias dessas empresas hospitalares receberam apoio financeiro substancial do braço de investimento no setor privado do Banco Mundial.<sup>275</sup>

Oitenta por cento dos pagamentos feitos ao sistema de saúde do governo vão para provedores privados. Evidências oriundas de diferentes estados confirmam práticas antiéticas e corruptas por parte dessas empresas, incluindo cobrar do governo por pacientes falsos, recusar tratamento gratuito a pacientes pobres e administrar intervenções e medicamentos desnecessários.<sup>276</sup> Talvez o exemplo mais terrível seja o fato de milhares de jovens indianas terem seus úteros removidos desnecessariamente por serviços de saúde privados porque as histerectomias estão entre os procedimentos mais lucrativos.<sup>277</sup>

Milhões de crianças – na maioria, meninas – agora conseguem ir à escola devido à expansão do acesso à educação em muitos países pobres. No entanto, em vários deles, esse aumento histórico do acesso para crianças pobres não foi acompanhado pelos investimentos também necessários para garantir que a educação fosse de boa qualidade. Como resultado, muitos países enfrentam uma crise de aprendizagem, na qual as crianças não conseguem adquirir nem mesmo as habilidades mais básicas.<sup>278</sup>

A falta de abastecimento público de água faz com que as famílias pobres sejam forçadas a comprá-la de fornecedores privados, muitas vezes por preços bem acima dos pagos por quem tem mais dinheiro e acesso ao abastecimento público. Em Nairóbi, por exemplo, os moradores das favelas podem acabar pagando até 40 vezes mais pela água do que os das áreas mais ricas da cidade.<sup>279</sup>

Os serviços públicos em muitos países em desenvolvimento são fragmentados, privatizados e privilegiam os ricos. Enquanto alguns países resistem à tendência, na maioria deles, os gastos com saúde e educação são muito baixos.<sup>280</sup> Por muitos anos, a visão econômica predominante em instituições como o Banco Mundial foi que os serviços públicos e a proteção social deveriam ser limitados ao mínimo, que o setor privado costuma prestá-los com mais qualidade, que os indivíduos deveriam pagar por suas

escolas e hospitais, que os mecanismos de mercado deveriam ser usados nos serviços públicos e que a proteção social deveria ser muito restrita e direcionada apenas às pessoas mais pobres.<sup>281</sup> Embora parte da retórica dos programas e da orientação tenha mudado, especialmente, por parte do FMI,<sup>282</sup> na prática, as mudanças têm sido mais lentas. A austeridade após a crise financeira global de 2007-08, tanto nos países ricos quanto nos pobres, protegeu muito mais os interesses dos ricos, ao mesmo tempo em que fazia cortes nos serviços públicos e na proteção social de que dependem as pessoas mais pobres e vulneráveis.<sup>283</sup>

Essa tendência costuma ser agravada pela influência das elites sobre a política e os governos, distorcendo os gastos públicos em favor do interesse das empresas (veja o Quadro 6).<sup>284</sup> Da mesma forma, as empresas farmacêuticas usam seu poder de pressão para insistir em preços excepcionalmente altos, que estão além do alcance dos ministérios da saúde.<sup>285</sup> Por exemplo, um novo medicamento para tratar a tuberculose resistente a remédios foi orçado pela Janssen, subsidiária da Johnson & Johnson na África do Sul, em US\$ 400 para um tratamento de seis meses, quando pesquisadores estimam que se poderia produzir uma versão genérica por apenas US\$ 48.<sup>286</sup>

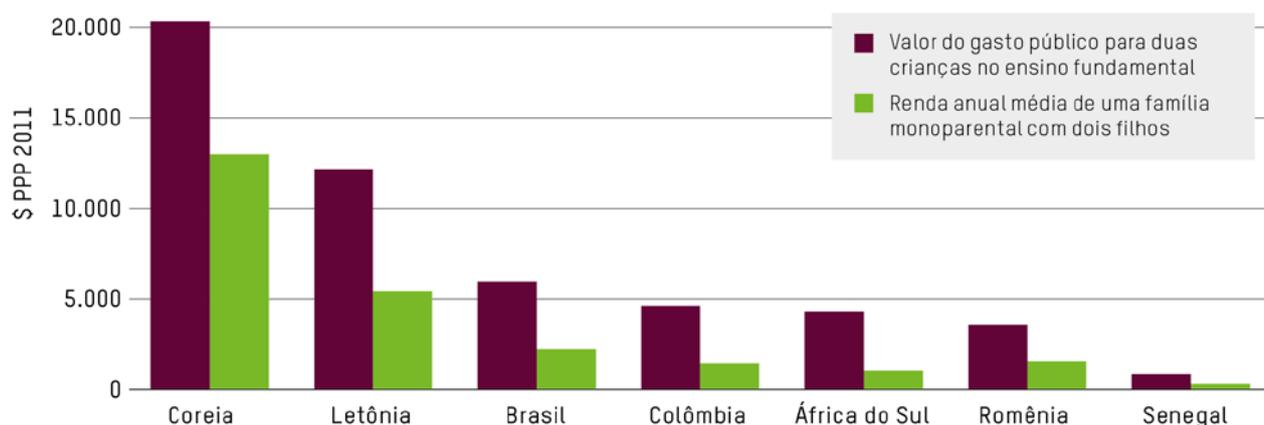
## COMO OS SERVIÇOS PÚBLICOS E A PROTEÇÃO SOCIAL PODEM REDUZIR A DESIGUALDADE?

### Reduzindo as despesas dos pobres

Quando um governo oferece serviços públicos universais e gratuitos, como educação ou saúde, todos são beneficiados. No entanto, em termos de renda, as mulheres e os homens mais pobres são os que mais se beneficiam porque não precisam usar seus salários muito baixos para pagar por esses serviços. Esse tipo de despesas de governo pode ser visto como um significativo impulso *indireto*<sup>287</sup> à renda das famílias. Para as pessoas mais pobres, esse incentivo pode valer tanto, se não mais, do que seus ganhos regulares.<sup>288</sup>

Para saber mais sobre esses efeitos positivos, a Oxfam examinou os dados de gastos públicos disponíveis com relação ao ensino fundamental em 78 países de renda baixa, média e alta.<sup>289</sup> Nossos cálculos mostram que, em 90% dos países, a quantia que o governo gasta por criança no ensino fundamental a cada ano vale mais do que a renda dos 10% mais pobres da população.<sup>290</sup> O benefício para as famílias pobres dependerá de seu tamanho e de quantos filhos elas têm na escola. Esse impulso à renda familiar pode acontecer tanto em países ricos quanto em países pobres. Para uma mãe solteira com dois filhos no ensino fundamental, por exemplo, o gasto público com a escola das crianças é três vezes maior do que a renda familiar na Colômbia e mais do que o dobro em países tão diferentes como Brasil, Letônia, Senegal e Romênia (ver Figura 6).

**Figura 6: Gastos públicos no ensino fundamental, comparados com a renda das famílias mais pobres em diferentes países**



Fonte: Cálculos da Oxfam. Veja a nota metodológica.<sup>291</sup>

O benefício aos pobres, desproporcional em termos de renda, também se aplica no caso de outros serviços públicos gratuitos ou altamente subsidiados. As pessoas em situação de pobreza costumam gastar uma proporção significativa de sua renda em água. Por exemplo, o custo da água em Papua Nova Guiné representa até 54% da renda diária de uma pessoa pobre.<sup>292</sup> A diminuição do custo da água economiza muito dinheiro para as famílias pobres, reduzindo a pobreza e a desigualdade.<sup>293</sup> Em média, nos países ricos, os serviços públicos valem o equivalente a 76% da renda disponível das pessoas mais pobres e apenas 14% da renda das mais ricas.<sup>294</sup>

Além desses serviços prestados gratuitamente, os sistemas de proteção social, como salário-família e aposentadorias, costumam representar renda adicional em dinheiro. Eles também podem ter um forte impacto na redução da desigualdade. Evidências relativas à América Latina mostram que a introdução e expansão da proteção social representaram um dos principais fatores que impulsionaram a redução da desigualdade na região durante os anos 2000.<sup>295</sup>

Além do impacto direto dos gastos do governo sobre a redistribuição de renda, serviços públicos e proteção social de boa qualidade podem reduzir a desigualdade em outros aspectos importantes.

## Impacto sobre as mulheres

Mulheres e meninas que vivem na pobreza têm mais a ganhar com serviços públicos e proteção social de alta qualidade, universais e equitativos.<sup>296</sup> Esses serviços devem ser projetados não apenas para atender às necessidades das mulheres, mas também para contestar, sempre que possível, os papéis de mulheres e homens segundo a visão tradicional, por exemplo, políticas para garantir que pais e mães compartilhem a licença em vez de dar apenas licença maternidade.

Em termos globais, as mulheres que fizeram o ensino médio ganham o dobro das que não têm qualquer estudo.<sup>297</sup> Portanto, a educação reduz a

disparidade salarial entre mulheres e homens e aumenta o poder de decisão delas na família. No Paquistão, por exemplo, as mulheres que só têm o ensino fundamental ganham cerca de metade do salário dos homens, enquanto as que têm ensino médio ganham cerca de 70% – uma diferença ainda inaceitável, mas muito menor.<sup>298</sup>

A UNESCO estima que, se todas as meninas completassem o ensino médio, haveria uma redução de 64% nos casamentos prematuros e forçados de crianças,<sup>299</sup> que aumentam em muito o risco de morte no parto.<sup>300</sup> Estima-se que 189 mil mortes maternas seriam evitadas anualmente se todas as meninas fizessem pelo menos o ensino fundamental, o que representa uma redução de dois terços.<sup>301</sup> A educação pública pode ser verdadeiramente transformadora para meninas e mulheres se as escolas forem usadas como espaços para questionar as atitudes de pais, mães e comunidades que funcionam como barreiras à igualdade de gênero.

Em todo o mundo, as transferências universais em caráter de proteção social, como aposentadorias e salários-família, reduzem a diferença de renda entre mulheres e homens.<sup>302</sup> Na África do Sul, por exemplo, a renda delas vale 48% da dos homens antes dessas transferências e 57% depois delas. A proteção social universal geralmente contribui mais para a igualdade de gênero do que os sistemas baseados em contribuições individuais. Os sistemas contributivos são menos acessíveis para as mulheres, porque o trabalho delas costuma ser precário e informal, e elas não têm direito aos benefícios.<sup>303</sup> Mesmo quando as mulheres contribuem, seus benefícios tendem a ser menores por causa de seus ganhos mais baixos e períodos mais longos sem emprego remunerado devido a responsabilidades de cuidado.<sup>304</sup>

Serviços de saúde gratuitos e de boa qualidade são essenciais para que mulheres e meninas possam tomar decisões sobre suas próprias vidas e ser membros ativos e produtivos de suas famílias e comunidades. Esses serviços aumentam suas chances de escapar da pobreza e reduzem as probabilidades de morrer por causas evitáveis, como o parto. O acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva é essencial para que as mulheres tenham autonomia e escolham se e quando querem ter filhos. Isso, por sua vez, tem impactos profundos em suas oportunidades econômicas.<sup>305</sup>

Por outro lado, a cobrança por serviços de saúde pode ampliar a desigualdade entre mulheres e homens. No Mali, um estudo aprofundado descobriu que as cobranças “prendem as mulheres e suas famílias a ciclos de pobreza, doença e impotência”.

As mulheres de baixa renda tinham que esperar que seus maridos decidissem se pagariam pelos serviços necessários.<sup>306</sup>

## **Impulsionando a coesão social**

Escolas públicas, hospitais públicos, moradias públicas e abastecimento público de água. Benefícios universais para todas as mães e para todas as crianças e idosos. Essas ações de governo podem ter um poderoso impacto equalizador sobre a sociedade. Escolas públicas de boa qualidade podem ser referências de igualdade, onde os filhos de famílias ricas e pobres

aprendem juntos e podem se tornar amigos. Pessoas de todas as classes e origens podem conviver no parque público local ou na unidade de saúde. Todas as mães podem receber apoio do governo, independentemente do nível de renda. Esses são exemplos cotidianos de como a sociedade pode ser desenhada para aglutinar riscos e permitir que as pessoas se ajudem mutuamente a permanecer saudáveis e enfrentar problemas que não poderiam administrar por conta própria.<sup>307</sup>

No período imediatamente posterior à independência de muitos países, a expansão dos serviços públicos universais fez parte do projeto de construção de nação.<sup>308</sup> Vários países usam explicitamente a proteção social e os serviços públicos como ferramentas para fortalecer as relações entre cidadão e Estado e promover a unidade.<sup>309</sup> Um estudo sobre subsídios monetários universais em um distrito do Nepal concluiu que eles geravam percepções de igualdade entre os beneficiários, promovendo a inclusão social.<sup>310</sup> Na Índia, tradicionalmente, quem é das chamadas castas superiores não deve usar os mesmos utensílios de cozinha que os das chamadas castas inferiores. Embora o preconceito continue existindo, há algumas evidências de que os programas de merenda escolar contribuíram para romper essa prática à medida que se observavam exemplos positivos em que todas as crianças comiam juntas.<sup>311</sup>

No entanto, quando são direcionados, os serviços ou subsídios podem promover divisões e conflitos. Em vários países da América Latina, concluiu-se que os programas direcionados à pobreza enfraqueceram o envolvimento social nas comunidades pobres.<sup>312</sup> Estudos sobre o programa nicaraguense Red de Protección Social revelaram divisões cada vez maiores entre quem recebia os benefícios e os que não os recebiam, com estes últimos se recusando a participar de atividades comunitárias.<sup>313</sup>

Quando os serviços públicos não funcionam, os ricos podem usar seu dinheiro para procurar alternativas, reduzindo seu interesse ou seu apoio aos serviços públicos e sua disposição para pagar impostos que os financiem.<sup>314</sup> Educação, saúde e outros serviços públicos de baixa qualidade e com recursos insuficientes acabam por preservar as pessoas mais pobres nessa condição,<sup>315</sup> e prejudicam a coesão, a confiança e a solidariedade sociais.<sup>316</sup>

## **Potencializando a mobilidade social**

Conforme descrito na seção 1, a mobilidade social – a capacidade de ascender em termos de renda – é fundamental para reduzir a desigualdade e combater a pobreza. Serviços públicos e proteção social de boa qualidade têm um potencial significativo para aumentar a mobilidade social.

Isso se aplica especialmente à educação: se existe educação de boa qualidade disponível a todos, há uma oportunidade clara para que todas as crianças cumpram plenamente seu potencial e aproveitem ao máximo suas habilidades.<sup>317</sup> Por outro lado, se essa educação só está disponível a quem tem dinheiro, o talento é sufocado e os mais ricos podem acumular oportunidades.

## Libertação e liberdade

Os serviços públicos e a proteção social podem combater a desigualdade ao proporcionar liberdade – uma famosa convicção do economista ganhador do Prêmio Nobel, Amartya Sen.<sup>318</sup> Embora seja formalmente livre, a maioria da humanidade permanece presa pela pobreza, pela enfermidade e pela ignorância. Libertar-se delas é, para Sen, um indicador central de progresso humano.

Uma educação de boa qualidade pode transformar vidas, com um impacto profundo sobre a autoconsciência, a autoconfiança, o pensamento crítico e a compreensão do mundo por parte das pessoas. Pode lhes dar poder para questionar seus líderes e exigir um mundo mais justo.<sup>319</sup> Pode ajudar a combater a plutocracia e construir a democracia. Uma ampla pesquisa feita nos países da OCDE na década de 1970 mostra que mais educação gera mais engajamento político e cívico.<sup>320</sup>

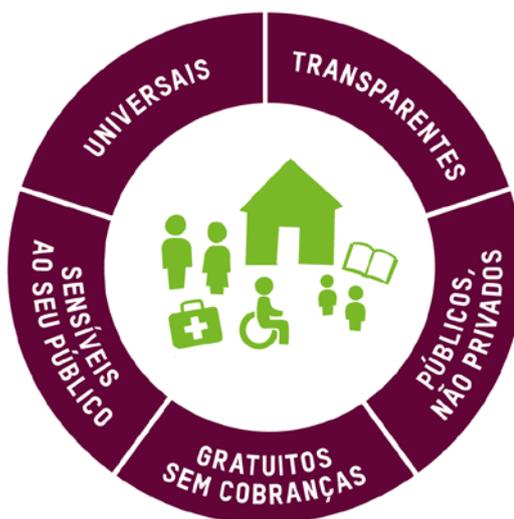
Mulheres e meninas que vivem na pobreza, e que são quem mais perde atualmente, têm mais oportunidades de aumentar o controle sobre suas vidas por meio da educação<sup>321</sup> e do acesso a serviços de saúde. O fornecimento de boas estruturas para o cuidado de crianças ou água potável encanada pode libertá-las de centenas de horas gastas atualmente cuidando dos filhos ou coletando água, e lhes dar tempo para lazer, aprendizagem, ativismo ou trabalho remunerado.

## QUE TIPOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS E PROTEÇÃO SOCIAL MAXIMIZAM A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE?

A forma com que serviços públicos como saúde e educação são oferecidos e a forma com que se organizam os benefícios da proteção social, como aposentadorias e outros pagamentos da previdência, são fundamentais para reduzir o fosso entre ricos e pobres e entre mulheres e homens.

Governos bem-sucedidos obtiveram resultados fornecendo serviços públicos e proteção social universais que funcionam para mulheres e meninas, abolindo cobranças por saúde e educação, ampliando a oferta pública de serviços, inclusive treinando e recrutando enfermeiros e professores, e garantindo que os serviços fossem sensíveis às demandas e transparentes. Acima de tudo, forneceram serviços de qualidade a todos, e não apenas a quem pode pagar por eles.

**SERVIÇOS  
PÚBLICOS  
DE BOA  
QUALIDADE** →



## Universais

Os serviços públicos e a proteção social funcionam melhor para reduzir a desigualdade se forem universais e se todos os cidadãos tiverem direito a eles.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os primeiros estados de bem-estar integral foram construídos a partir da ideia de universalismo, com base em uma lógica política clara: a de que bons serviços públicos e benefícios de proteção social universais, disponíveis a todos os cidadãos, tinham o apoio de ricos e pobres. Eles uniam a sociedade e geravam disposição em todos para pagar a tributação adequada para sustentá-los.<sup>322</sup>

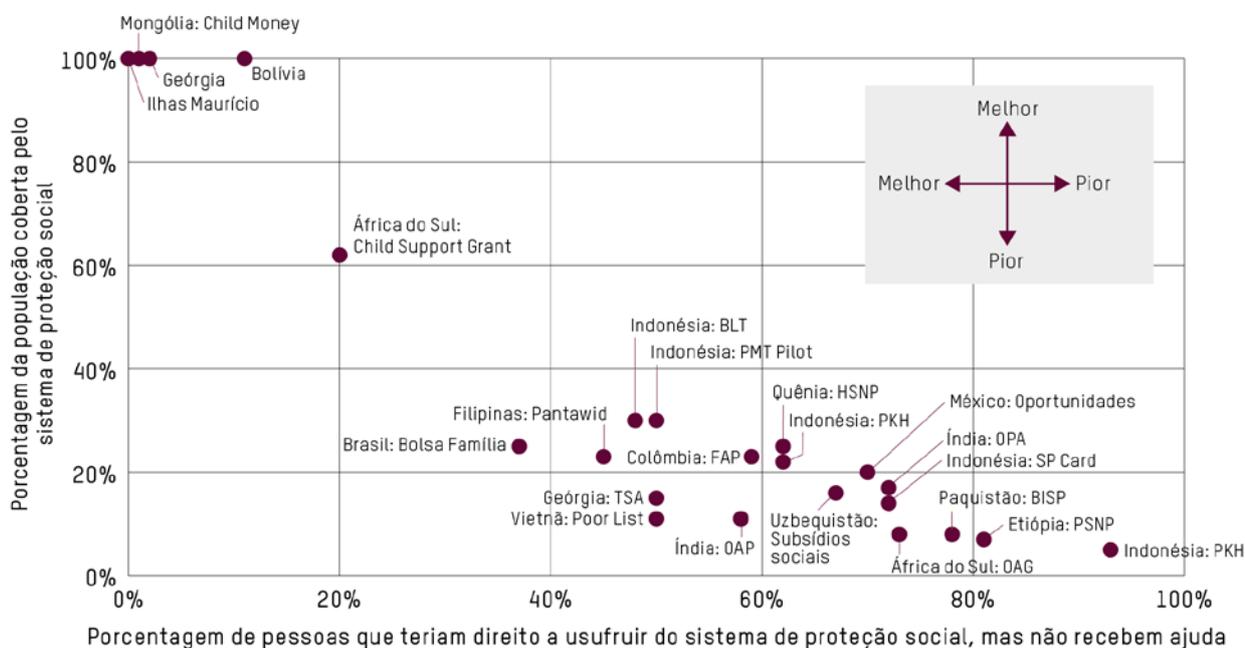
Nos anos 60 e 70, abordagens universais aos serviços públicos e à proteção social prevaleceram em países ricos e pobres.<sup>323</sup> No entanto, desde a década de 1980, com uma crise global da dívida e o crescimento da visão econômica neoliberal,<sup>324</sup> instituições influentes como o Banco Mundial promoveram cada vez mais o direcionamento de benefícios sociais para grupos especificamente identificados.<sup>325</sup> O Banco sustenta que, embora devamos buscar a proteção social universal, a maioria dos países não tem como pagar por ela<sup>326</sup> e, portanto, ela deve ser direcionada apenas às pessoas mais pobres. Ao promover essa abordagem, o FMI, o Banco Mundial e doadores de ajuda internacional foram acusados de ignorar a história do pós-guerra e exportar o “auxílio aos pobres” no estilo *poor relief* do século 19 aos países em desenvolvimento.<sup>327</sup>

Muitos países mostraram que os serviços públicos universais são viáveis.<sup>328</sup> Mesmo o Nepal, um dos mais pobres, está demonstrando isso com seus benefícios universais para idosos e portadores de deficiências. Os custos dos serviços de saúde podem ser mantidos baixos se forem concentrados na atenção básica, de forma que muitos problemas possam ser enfrentados antes de se tornarem mais graves e demandarem tratamentos mais caros.<sup>329</sup>

Direcionar os benefícios a famílias e indivíduos mais pobres parece fazer sentido, mas, na verdade, não costuma funcionar. Os sistemas de direcionamento à pobreza geralmente são ineficazes, caros e cheios de

erros em ambas as direções: deixam de fora aqueles que pretendiam beneficiar e dão benefícios àqueles que não são considerados necessitados.<sup>330</sup> A Figura 7 mostra que, quanto mais os benefícios são direcionados à pobreza, mais se deixam de fora aqueles que deveriam ser beneficiados. O programa PKH da Indonésia é o exemplo mais extremo disso, pois exclui 93% daqueles que deveriam ter direito aos benefícios. Apesar das evidências, o FMI e o Banco Mundial têm combatido os programas universais, propondo que os governos introduzam sistemas focalizados especificamente à pobreza, inclusive pressionando a Mongólia a focalizar seu programa de salário-família universal (Child Money).<sup>331</sup>

**Figura 7: Relação entre porcentagem da população coberta pelo sistema de proteção social e porcentagem de beneficiários que teriam direito, mas são deixados de fora<sup>332</sup>**



Fonte: Kidd, S.W., Gelders, B. and Kidd, S.D. (a ser publicado). Building a better future: a child-sensitive social protection system for Uzbekistan. Documento informativo a ser publicado pela UNICEF Uzbequistão.

Programas focalizados para beneficiar especificamente as pessoas que vivem na pobreza muitas vezes têm efeito contrário porque podem desgastar o apoio político à redistribuição de renda.<sup>333</sup> Como tal, o direcionamento costuma ser seguido por uma redução nos benefícios.<sup>334</sup> A adesão da classe média aos serviços públicos universais e à proteção social também é importante para pressionar os governos a manter e melhorar a qualidade para todos.<sup>335</sup> Um estudo do UNICEF constatou que, nos últimos 50 anos, o acesso e a prestação universais de serviços sociais representaram o princípio orientador para os países em desenvolvimento que mais avançaram no fornecimento de acesso generalizado.<sup>336</sup>

## Os serviços públicos devem ser gratuitos

Quando a saúde, a educação e outros serviços públicos não são gratuitos, quem mais sofre são as pessoas mais pobres. É difícil imaginar uma

vulnerabilidade maior do que estar gravemente doente ou ferido e não ter os meios nem a capacidade para obter o atendimento de saúde de que precisa. Mas essa é a realidade da maioria das pessoas no mundo. O preço dos serviços é questão de vida ou morte para muitos cidadãos. Em vários países, após o controle de outros fatores, conclui-se que, quanto maior a parcela dos gastos em saúde proveniente diretamente do bolso das pessoas, maior o índice de mortes prematuras.<sup>337</sup>

A cada ano, 100 milhões de pessoas são forçadas à pobreza extrema e outras 800 milhões enfrentam graves dificuldades financeiras por ter que pagar por serviços de saúde.<sup>338</sup> Esse número está aumentando, e mais rapidamente na África,<sup>339</sup> onde dois terços dos países ainda cobram por todos os níveis de serviço.<sup>340</sup> A Índia abriga o maior número de pessoas levadas à pobreza por despesas de saúde, e pagar por medicamentos é a principal causa.<sup>341</sup> As contas de serviços de saúde também são uma das principais causas de falência pessoal nos Estados Unidos.<sup>342</sup>

#### **Quadro 7: Quando o hospital se torna uma prisão**

Em países como Quênia, República Democrática do Congo (RDC), Malawi e Índia, às vezes os pobres são mantidos como prisioneiros no hospital enquanto não puderem pagar, chegando a ser acorrentados.<sup>343</sup> Em um estudo feito em uma unidade de saúde na RDC durante seis semanas em 2016, 54% das mulheres que haviam dado à luz e tinham condições de ter alta foram detidas por falta de pagamento pelos serviços de saúde.<sup>344</sup> Em muitos casos, mulheres e bebês são retidos por meses, sem receber atendimento, até que possam pagar suas contas.<sup>345</sup> Cadáveres não são liberados para sepultamento até que a conta seja paga.<sup>346</sup>

O Banco Mundial é um importante ator da saúde global, mas seu apoio à eliminação das cobranças pelos serviços é limitado.<sup>347</sup> Em vez disso, a instituição apoia cada vez mais programas de seguro-saúde e outros esquemas direcionados.<sup>348</sup> Mas os seguros-saúde podem exacerbar a desigualdade ao direcionar os gastos públicos a quem tem mais condições de pagar, excluindo muitos dos cidadãos mais pobres e vulneráveis.<sup>349</sup> O seguro-saúde tem muitas probabilidades de aumentar a desigualdade em países com grandes economias informais, onde os custos não podem ser descontados automaticamente dos salários, o que faz com que o pagamento seja voluntário, na prática.<sup>350</sup> Em Gana, por exemplo, o sistema de seguro-saúde do governo é acessado predominantemente por famílias com melhor condição econômica e tem um índice de cobertura nacional de apenas 40%, apesar de estar em vigor há 15 anos.<sup>351</sup> A maioria das pessoas mais pobres não têm cobertura.<sup>352</sup> Na Alemanha, foram necessários 127 anos para alcançar cobertura universal através do aumento dos seguros-saúde.<sup>353</sup> A insistência nos sistemas de seguro provavelmente atrasará a cobertura universal de saúde em décadas, com um enorme custo humano. Usar as receitas fiscais gerais é, de longe, a maneira mais rápida e eficaz de financiar a saúde para todos.

Mais de um quarto dos países não oferece ensino médio gratuito.<sup>354</sup> Mesmo quando a escola é aparentemente “gratuita”, as cobranças formais e informais, como taxas de matrícula, uniformes, alimentos, transporte e livros,

podem impor uma grande barreira financeira. Coletivamente, essas taxas e cobranças adicionais fazem com que as famílias paguem 34% do gasto total com educação em países de renda média e 49% em países de baixa renda. Isso atinge mais as famílias pobres.<sup>355</sup> Em Gana, depois que as cobranças pelo ensino médio foram suspensas em setembro de 2017, mais 90 mil alunos passaram pelas portas da escola no início do novo ano letivo.<sup>356</sup>

No caso dos serviços de água, ao contrário da saúde e da educação, algumas cobranças são necessárias para incentivar o uso sustentável de recursos finitos, mas é essencial que as tarifas sejam definidas de forma a garantir que uma quantidade mínima diária seja fornecida gratuitamente às pessoas mais pobres. Na África do Sul, por exemplo, os primeiros 25 litros de água por pessoa, por dia, são gratuitos.<sup>357</sup>

## Público, não privado

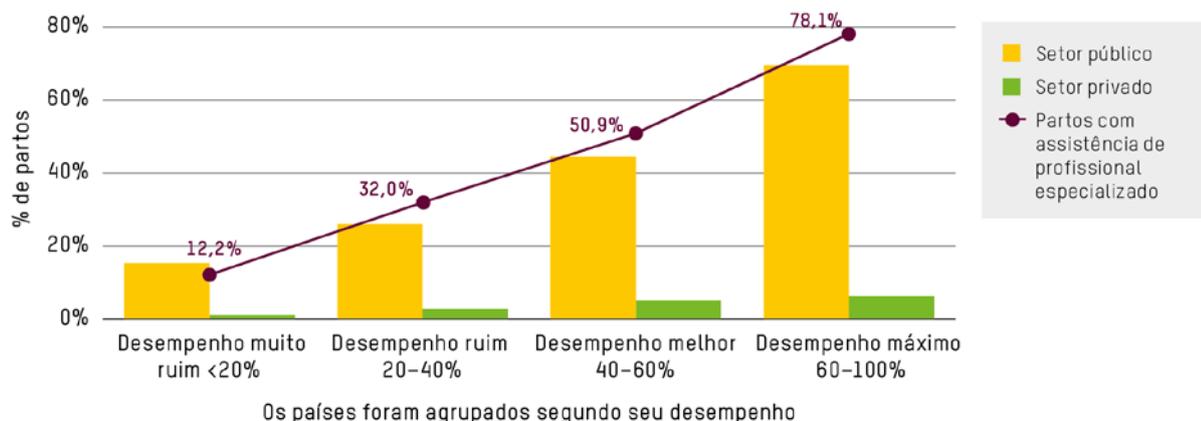
Quando serviços prestados de forma pública funcionam, a escala e a velocidade de seu impacto sobre a redução da pobreza são incomparáveis.<sup>358</sup> Isso acontece até mesmo em alguns dos países mais pobres, como mostrado na Figura 8, abaixo.

O Banco Mundial observou que a rápida expansão da educação oferecida por governos em vários países em desenvolvimento superou em muito o desempenho histórico dos países ricos de hoje. Nos Estados Unidos, foram necessários 40 anos até que as matrículas de meninas aumentassem de 57% para 88%, em 1910; o Marrocos conseguiu o mesmo em apenas 11 anos.<sup>359</sup> Quando há mudanças nas políticas visando beneficiar os pobres nos sistemas de educação pública, o impacto é sentido em todo o país. A introdução do ensino fundamental universal gratuito em Uganda aumentou as matrículas em mais de 60%.<sup>360</sup>

Uma das melhores maneiras de parar a mortes de mulheres grávidas é certificar-se de que haja parteiras ou outros profissionais de saúde qualificados quando elas dão à luz. As nossas estimativas, com bases em dados do DHS, sugerem que, nos países em desenvolvimento que mais tiveram sucesso em garantir que a maioria das mulheres pobres dessem à luz com apoio de um profissional de saúde, isso foi conseguido, na maior parte, com serviços oferecidos pelo setor público. Nesses países em desenvolvimento que estão fazendo o máximo para impedir que as mulheres pobres morram no parto, 90% dos serviços são prestados pelo setor público, e 8%, pelo setor privado (ver a Figura 8).<sup>361</sup>

*“O desgaste da saúde e da educação públicas e a pressão para privatizá-las estão aumentando a desigualdade em toda a América Latina. O que resta são bons serviços para os ricos e promessas vazias para os pobres.”*  
– Coordenadora Regional FRESCE/Coordenadora de Desenvolvimento Institucional da CLADE, Brasil

**Figura 8: Porcentagem de nascidos vivos cujo parto foi feito por médico ou parteira, em instituições públicas ou privadas, de mulheres situadas nos 20% mais pobres – evidências de 61 países de renda baixa e média**



Fonte: P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology Note*. <http://dx.doi.org/10.21201/2019.3651>

Porém, em muitos países, as pessoas estão sofrendo por falta de serviços públicos de boa qualidade e acessíveis.<sup>362</sup> Em vez de concentrar todos os esforços para enfrentar as muitas causas estruturais dessas falhas, instituições influentes como o Banco Mundial preferem serviços prestados pelo setor privado como solução.<sup>363</sup>

O mercado, por si só, não oferecerá saúde, educação e outros serviços públicos a pessoas pobres. A busca de lucro faz com que os prestadores de serviços privados não tenham incentivo para atender a quem não pode pagar.<sup>364</sup>

Nos últimos anos, doadores como o Banco Mundial têm apoiado cada vez mais o ensino privado “de baixo custo” como alternativa aos serviços prestados pelos governos.<sup>365</sup> Na educação, a pobreza é um fator decisivo para excluir crianças dos serviços privados. As crianças mais pobres raramente se matriculam em escolas particulares e, quando isso acontece, suas famílias têm que fazer sacrifícios inaceitáveis.<sup>366</sup> Um estudo realizado no estado indiano de Uttar Pradesh concluiu que nem mesmo as escolas privadas de baixo custo são acessíveis aos 40% mais pobres das famílias, e meninas e crianças de castas inferiores ou minorias religiosas têm menos probabilidades de participar.<sup>367</sup>

Um sistema relacionado, promovido por alguns doadores, é o estabelecimento de parcerias público-privadas (PPPs).<sup>368</sup> A teoria é que os impactos negativos dos serviços com fins lucrativos podem ser evitados, e o setor privado pode ser aproveitado pelos governos para o bem público. No entanto, as pesquisas mostram<sup>369</sup> que educação, saúde e outros serviços públicos prestados com fins lucrativos e financiados por meio de PPPs apresentam riscos significativos, principalmente de haver crescimento da desigualdade e aumento de custos para os governos. Até o FMI está alertando para os consideráveis riscos da adoção das PPPs em termos de custos.<sup>370</sup>

O sistema de água da capital da Indonésia, Jacarta, foi privatizado em 1997 no âmbito de uma PPP. Vinte anos depois, a maior parte da cidade ainda não tem acesso a água potável encanada, e o governo sofreu enormes perdas que foram absorvidas pelos contribuintes. Surabaya, a segunda maior cidade do país, tem um sistema público de abastecimento que cobria 95,5% da população até 2016, o dobro da cobertura do Jacarta Water, e a água é muito mais barata.<sup>371</sup>

Um estudo da Oxfam revelou como um novo hospital em sistema de PPP no Lesoto, assessorado pelo Banco Mundial, acabou consumindo até 51% do orçamento total da saúde em 2014.<sup>372</sup> Dados recentes sugerem que a conta do hospital da PPP equivale ao dobro do “limite de acessibilidade” definido pelo governo e o Banco Mundial antes da assinatura da PPP.<sup>373</sup>

#### **Quadro 8: Parcerias público-privadas em educação no Paquistão – um perigoso desvio da educação pública**

O Paquistão tem 24 milhões de crianças fora da escola.<sup>374</sup> Apenas 15% das meninas pobres da zona rural concluem o ensino fundamental.<sup>375</sup> Os gastos públicos com educação estão entre os mais baixos do mundo. Em vez de construir e melhorar o sistema de educação pública, o país está tentando encontrar soluções por meio de parcerias com o setor privado. O estado de Punjab está na liderança, tendo anunciado em 2016 que nenhuma nova escola pública seria construída. Em vez disso, as verbas do governo iriam apoiar as escolas privadas e 10 mil escolas do governo seriam entregues para que o setor privado as administrasse. Um dos principais objetivos dessa grande parceria público-privada (PPP) era conseguir que uma parcela maior das 5,5 milhões de crianças fora da escola no Punjab estudasse.<sup>376</sup>

Pesquisa da Oxfam<sup>377</sup> sobre a PPP da educação no Punjab e entrevistas com diretores de escolas particulares revelaram que:

- Apenas 1,3% das crianças das escolas privadas pesquisadas havia estado fora da escola.

*“Aqui nesta escola não temos nenhuma criança não estivesse estudando antes. As da comunidade não querem estudar, e pode ser um desperdício do nosso tempo.”*

- A grande maioria das escolas havia matriculado mais meninos do que meninas, e os índices de evasão delas eram maiores do que os deles. Diante de despesas indiretas, como uniformes, muitas famílias optam por educar apenas seus filhos homens.

*“A preferência é sempre dada aos meninos quando se trata de escolas particulares. A nossa escola não cobra matrícula, mas ainda assim os meninos têm preferência. Isso se deve a várias despesas não relacionadas à matrícula.”*

- As despesas não relacionadas à matrícula, por criança, nas escolas pesquisadas representaram 40% da renda familiar das famílias mais pobres.

*“Os pobres frequentam as escolas do governo na região. Eles não conseguem pagar nenhuma despesa com educação. Como proprietários de escolas, nós não podemos incluir os mais pobres de todos nesta escola com outras crianças. Isto aqui não é uma instituição de caridade; nós recebemos fundos limitados da PPP e eu também preciso ganhar a vida.”*

- Os professores da PPP são mal pagos e isso também explora a desigualdade de gênero. Nove em cada dez professores nas escolas pesquisadas eram do sexo feminino. O salário médio equivalia a um quinto

do salário de um professor da escola pública e, em US\$ 52, era menos da metade do salário mínimo para o Paquistão.

*“Na PPP, os professores são quem mais sofre. Eu não posso pagar um salário decente aos meus professores. Eu não posso contratar professores do sexo masculino, pois eles exigem um salário maior. As mulheres têm menos opções de trabalho.”*

Também é pouco provável que países que não oferecem serviços públicos consigam regulamentar prestadores comerciais de serviços (veja Quadro 8).

Atores da sociedade civil, como ONGs, igrejas e mesquitas, muitas vezes preenchem as lacunas onde o Estado não está conseguindo suprir. Eles podem ser uma tábua de salvação para as pessoas mais pobres, mas seus serviços são fragmentados e variam muito em termos de acessibilidade e qualidade.<sup>378</sup> O resultado é uma loteria para os cidadãos, dependendo de onde moram e do que podem pagar. Governos bem-sucedidos consolidaram essa colcha de retalhos de serviços em um único sistema público para complementar escolas e hospitais públicos, em vez de competir com eles. No estado de Kerala, o governo financia os custos de funcionamento das escolas das igrejas e as inspeciona regularmente para manter os padrões.<sup>379</sup>

## Transparentes

Para ser eficazes no combate à desigualdade econômica, os serviços e a proteção social públicos precisam ser transparentes e sensíveis às necessidades dos cidadãos. Em muitos países, a Oxfam e seus aliados estão trabalhando para apoiar os cidadãos em suas reivindicações de serviços melhores e mais transparentes. Em Moçambique, desde 2011, aliados da Oxfam têm monitorado as alocações do orçamento nacional aos orçamentos distritais para educação, saúde e outros serviços públicos, e descobriram que grandes quantidades de dinheiro não haviam chegado ao nível distrital. Essas descobertas foram amplamente divulgadas e, em 2016, levaram o governo a adotar ferramentas nacionais para aprimorar a qualidade das alocações.<sup>380</sup> No Vietnã, o envolvimento de redes de mulheres apoiadas pela Oxfam com processos orçamentários em nível local melhorou os gastos e os serviços públicos.<sup>381</sup>

Desde 2001, grupos da sociedade civil, incluindo grupos de pacientes, fizeram campanhas bem sucedidas visando diminuir o preço dos tratamentos para o HIV, que resultaram em mais de 21 milhões de pessoas sendo tratadas atualmente.<sup>382</sup> Agora, a ação está voltada aos altos preços estabelecidos pelas empresas farmacêuticas para os medicamentos contra o câncer, que estão privando as pessoas de tratamentos vitais.<sup>383</sup>

## Sensíveis às necessidades diferentes de mulheres e homens

Os serviços públicos e a proteção social devem ser concebidos com o entendimento de que desigualdades de gênero e outras afetarão as diferentes formas como mulheres e homens os acessarão. Os governos podem garantir que isso aconteça:

- Realizando avaliações de serviços baseadas em gênero para entender o que pode estar impedindo que mulheres ou homens os acessem.
- Consultando organizações de direitos das mulheres e as que representam grupos marginalizados, incluindo as populações LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais).
- Priorizando os tipos de serviços que reduziriam a desigualdade, incluindo aqueles que reduzem e redistribuem o trabalho de assistência.

Promover as mulheres como trabalhadoras nos serviços públicos. Serviços públicos e proteção social bem concebidos também devem questionar ao invés de reforçar os estereótipos aceitos sobre os papéis de mulheres e homens, e pressionar por mais igualdade. Por exemplo, em Ruanda, os profissionais de saúde envolveram os homens durante a gravidez de suas parceiras, o que estimulou um maior compartilhamento das responsabilidades pelo cuidado.<sup>384</sup>

## Empregando professores, médicos e enfermeiros suficientes

Garantir que haja professores, médicos e enfermeiros em número suficiente é absolutamente fundamental para a qualidade dos serviços públicos de educação e saúde. Em muitos países, onde falta dinheiro ou compromisso por parte do governo, os serviços públicos são mantidos funcionando por uma equipe mínima de professores, médicos, enfermeiros e outros trabalhadores sobrecarregados e mal pagos. Diante das péssimas condições, alguns não fazem bem o seu trabalho ou simplesmente não aparecem. No entanto, muitos outros estão profundamente comprometidos com seu trabalho, dedicando longas jornadas, com poucos recursos e remuneração baixa. Essas condições podem ser fatais para os profissionais de saúde, como demonstrou o surto de Ebola na África Ocidental em 2014, quando um grande número deles deu a vida na luta contra a doença.<sup>385</sup>

### Quadro 9: Heróis do setor público

**Vietnã: Lê thị Cẩm Thanh, vice-diretora do hospital oftalmológico da província de Can Tho**



“Eu gosto do meu trabalho. Eu passo a maior parte do meu tempo trabalhando em comunidades onde podemos detectar problemas oculares antecipadamente e impedir que se agravem. Quando os pacientes vêm a mim, eu não tenho lucro, não há dinheiro! Mas eu fico feliz em ver a felicidade do paciente que melhora. Eu quero usar meu conhecimento para contribuir com o cuidado das pessoas na comunidade. É por isso que vou ser médica para sempre!”

**Bolívia: Betty Carrillo Yujra, professora**



“Eu fui a única da minha família que conseguiu terminar a escola e cursar universidade. Eu sonhava em ser professora desde criança. Eu me levanto todos os dias às cinco da manhã, preparo comida para meus dois filhos e viajo 40 km até a comunidade onde eu trabalho. Eu quero ajudar a criar igualdade entre as crianças que estudam na cidade e as crianças da minha escola rural; não deve haver diferença.”

**Tunísia: Dra. Dorra Bousnina Lassoued**



“A minha mãe era pediatra, o meu pai era cardiologista. Ambos eram defensores do setor público de saúde. Assim como meus pais, eu segui uma carreira na saúde pública e nunca pensei em trabalhar na saúde privada para enriquecer e aproveitar as benesses da vida. Em vez disso, eu optei por trabalhar em um dos bairros mais desfavorecidos e perigosos de Túnis.”

**Gana: Sulemana Shukara, professora**



“Quando eu cheguei nesta comunidade para ser professora, eu entendi que os pais e as mães não queriam trazer seus filhos à escola, principalmente as meninas. Eles acham que lugar de menina é na cozinha. Então eu assumi o papel de professora orientadora, para aconselhar os pais e as mães. O lugar das meninas não é na cozinha. Uma das minhas alunas já terminou a faculdade de ciência e tecnologia. E eu ainda quero ver mais resultados, então eu ainda estou me esforçando no trabalho, para conseguir mais.”

Créditos das fotos, a partir de cima: Mr. Tran Loc; Alexandre Laprise; Slim Boussoffara; Jacob Stærk.

Para proporcionar saúde e educação para todos, o mundo precisa de mais 17 milhões de profissionais de saúde<sup>386</sup> e 69 milhões de professores.<sup>387</sup> No Senegal, há um médico para cada grupo de 14 mil pessoas, enquanto a recomendação da Organização Mundial de Saúde é de um para cada 1 mil.<sup>388</sup> As mulheres são a maioria dos professores e enfermeiros (cerca de 143 milhões delas estão empregadas em saúde e educação em todo o

mundo<sup>389</sup>) e, muitas vezes, o trabalho no setor público é uma das poucas fontes de emprego formal à sua disposição.<sup>390</sup> Quando elas estão à frente da prestação de serviços, sua presença incentiva outras mulheres e meninas a usarem esses serviços, e as mulheres que trabalham funcionam como modelos importantes para outras mulheres e meninas.

Os serviços públicos e a proteção social universais estão no centro da redução do fosso entre ricos e pobres e do atendimento das necessidades e direitos de todas as pessoas do planeta. Eles têm o poder de transformar a igualdade entre mulheres e homens e estão ao alcance de qualquer governo que tenha vontade de reduzir a desigualdade.

A seção a seguir examina como, com tributação progressiva e outras ações, é possível oferecer esses serviços.

# 4 O PAGAMENTO POR SERVIÇOS PÚBLICOS E PROTEÇÃO SOCIAL UNIVERSAIS



Celestina, de 16 anos, perdeu o pai no início da adolescência. Uma vaga na Escola Modelo de Meninas, apoiada pela Oxfam, foi sua saída da pobreza. “Se eu não tivesse ido para a Escola Modelo de Meninas, a minha vida teria sido de muita miséria, porque eu venho de uma família pobre. Mas, por causa da Escola, eu estou bem.” Atualmente, Celestina cursa o ensino médio em Tamale e quer ser jornalista: “Eu quero reduzir os índices de suborno e corrupção em Gana. É um problema muito grande, e saiu de controle em Gana.” Foto: Jacob Stærk.

- É possível oferecer serviços públicos e proteção social universais para todos.
- Para ajudar a pagar por isso, os indivíduos e as empresas mais ricos devem pagar uma parcela justa de impostos, o que não fazem atualmente.
- Combater a corrupção, enfrentar a crescente dívida pública e aumentar a ajuda de alta qualidade também são essenciais para que isso aconteça.

Todos os governos se comprometeram a reduzir a desigualdade sob o ODS 10, onde dizem que vão “adotar políticas, principalmente com relação a gastos do governo, salários e proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade”.<sup>391</sup> A ONU estimou em US\$ 1,4 trilhão por ano o

cumprimento dos ODS nos países mais pobres, o que incluiria o fornecimento de saúde, educação, água potável e proteção social.<sup>392</sup>

Esta seção mostrará formas em que os governos podem ajudar nisso, se eles:

- Aumentarem as receitas, certificando-se de que pessoas físicas e empresas paguem parcela justa de impostos.
- Combaterem a corrupção.
- Garantirem que a ajuda internacional continue a cumprir seu papel vital de apoio aos governos dos países pobres.
- Combaterem a crescente ameaça da dívida pública que prejudica o financiamento de serviços públicos universais.

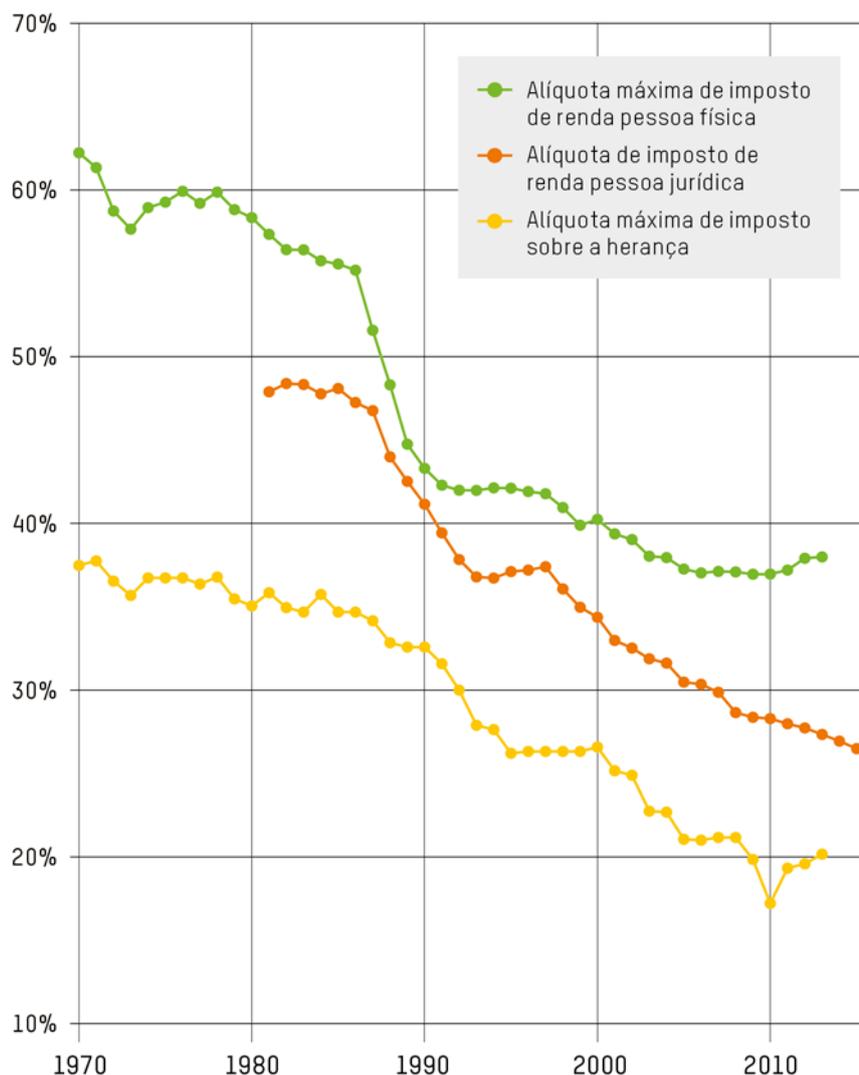
Não se trata de saber se temos condições de fazer isso; não podemos é deixar de fazer.

## PESSOAS E EMPRESAS RICAS DEVEM PAGAR UMA PARCELA JUSTA DOS IMPOSTOS

Uma maneira de preencher a lacuna de financiamento para o cumprimento dos ODS é arrecadar mais impostos de quem que têm mais condições de pagar. As pessoas mais ricas e suas empresas são sub-tributadas. Como mostra a Figura 9, no longo prazo, os governos dos países desenvolvidos vêm reduzindo as alíquotas máximas de imposto de renda, tanto das pessoas físicas quanto das empresas. A alíquota máxima paga por pessoas físicas nos Estados Unidos era de 94% em 1945 e, em 1980, estava em 70%. Hoje, é quase metade disso: 37%.<sup>393</sup> Nos países em desenvolvimento, essa alíquota máxima é ainda menor, 28% em média, e a do imposto de pessoas jurídicas é de 25%.<sup>394</sup>

Fazendo uso de isenções e brechas na lei, as alíquotas efetivas que as pessoas ricas e as grandes empresas pagam são ainda mais baixas.<sup>395</sup> As grandes empresas ainda pagam menos do que 10 anos atrás. Os impostos efetivos que eles pagam caíram em 9% desde a crise financeira. “Isto apesar de um esforço político conjunto para combater a evasão fiscal agressiva”.<sup>396</sup> Como a maior parte da riqueza dos super-ricos está em ativos financeiros, como ações,<sup>397</sup> eles estão entre os principais beneficiários da carga tributária menor que incide sobre pessoas jurídicas e físicas. Os impostos sobre a riqueza – por exemplo, herança – foram reduzidos por muitos países nas últimas décadas ou simplesmente não estão sendo implementados.<sup>398</sup> Há uma margem considerável para que quase todos os países arrecadem mais impostos de quem têm mais condições de pagar.<sup>399</sup>

**Figura 9: Declínio da carga tributária paga por indivíduos e empresas ricas**



Fontes: Scheve and Stasavage (2016)<sup>400</sup> para IRPF e imposto sobre herança, e Tax Foundation para o IRPJ.<sup>401</sup> Observação: Amostra de 20 países ricos.

Não tributar pessoas ricas e grandes empresas de forma mais justa não só é uma oportunidade perdida de reduzir a desigualdade como acentua essa desigualdade, já que os governos precisam cobrar mais impostos do resto da sociedade ou cortar gastos com saúde, educação e outros serviços públicos e proteção social, que reduzem a desigualdade. Nossa análise na Figura 10 mostra que, desde a crise financeira de 2007-08, o ônus tributário passou das empresas para as famílias, e que os impostos sobre folha de pagamento e consumo, como o IVA, respondem por todo o aumento líquido da receita tributária. Esses impostos costumam ser regressivos porque os pobres pagam uma parcela maior de sua renda; conseqüentemente, os impostos sobre o consumo aumentam a desigualdade (Quadro 10).<sup>402</sup> Isso contribuiu para o fato de, em alguns países em desenvolvimento, o sistema que o governo usa para tributar e gastar aumenta a pobreza em vez de reduzi-la. No Chile, em 2013, por exemplo, o número de pessoas que viviam na pobreza aumentou em 222 mil devido à política fiscal do governo.<sup>403</sup>

## Quadro 10: Uma taxonomia dos impostos

### **Impostos sobre pessoas jurídicas**

É um imposto cobrado sobre instituições e empresas. Geralmente é progressivo, no sentido de que seus impactos recaem mais sobre os mais ricos da sociedade, já que eles são os donos das empresas. A sonegação fiscal generalizada e a cobrança precária prejudicam esse impacto.<sup>404</sup>

### **Imposto de renda sobre pessoas físicas**

Imposto cobrado sobre a renda. Geralmente é progressivo, com os ricos pagando alíquotas maiores, embora a sonegação generalizada e a cobrança precária prejudiquem esse impacto.<sup>405</sup>

### **IVA e outros impostos sobre vendas e consumo**

Imposto cobrado toda vez que alguém compra ou consome bens e serviços. Geralmente é regressivo, já que os mais pobres pagam a mesma alíquota que os mais ricos quando compram algo, e os pobres também gastam mais do seu dinheiro em consumo, enquanto os ricos economizam uma grande proporção de sua renda.

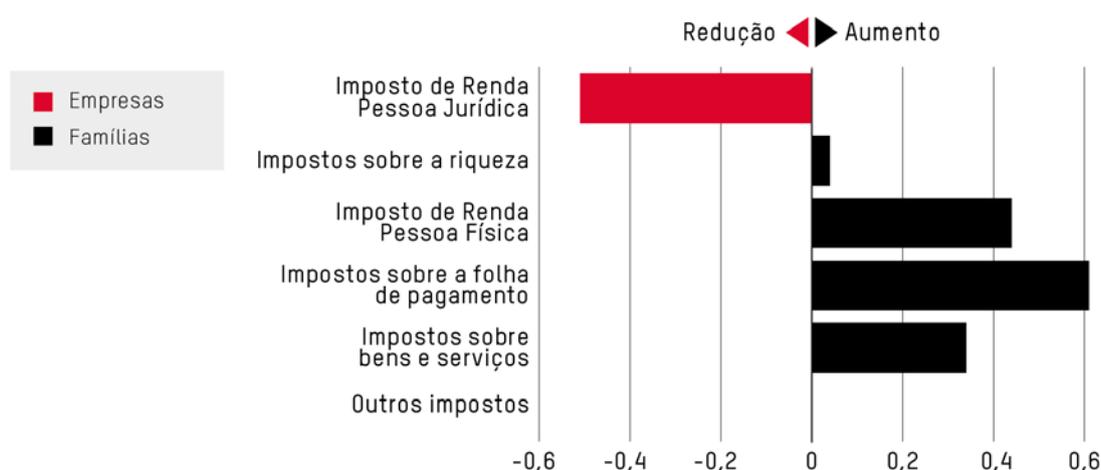
### **Impostos descontados na folha de pagamento**

Os “impostos” sobre a folha de pagamento são taxas que incidem sobre a remuneração. Incluem principalmente contribuições para a previdência social.

### **Impostos sobre a riqueza**

Impostos cobrados diretamente sobre a riqueza ou sobre a renda derivada da riqueza, incluindo um leque amplo: herança, propriedade, impostos sobre transações financeiras. Também inclui impostos que são uma porcentagem simples da riqueza total dos indivíduos, chamados de “impostos sobre a riqueza líquida”. Esses impostos geralmente são muito progressivos, com um impacto muito maior sobre os cidadãos mais ricos.

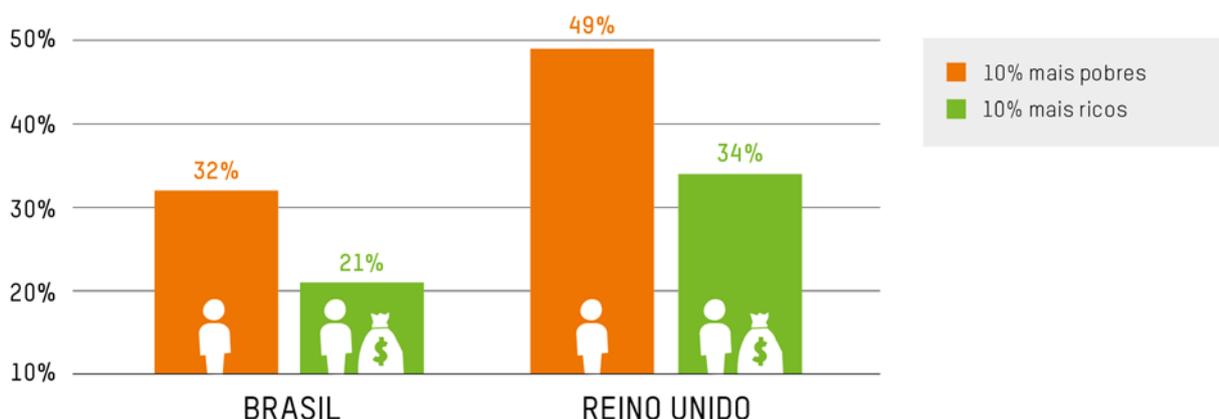
**Figura 10: Mudanças na receita tributária 2007-2015 (% PIB)**



Fonte: Cálculos da Oxfam com base nos dados da OCDE disponíveis para 35 países-membros e 43 países não membros (médias não ponderadas).<sup>406</sup> Os números nos eixos representam pp – pontos percentuais do PIB. Observação: Os impostos que incidem sobre folha de pagamento incluem contribuições para a previdência social e outros impostos sobre remuneração. Os impostos sobre bens e serviços incluem impostos sobre vendas e IVA.

Enquanto a desigualdade de renda aumentou em muitos países<sup>407</sup> desde a década de 1980, os impostos não conseguiram melhorar essa distribuição.<sup>408</sup> Na verdade, o bilionário Warren Buffett nos lembra que paga menos imposto do que sua secretária.<sup>409</sup> Seu caso não é excepcional. Em alguns países, considerando-se os impostos pagos sobre a renda e aqueles pagos sobre o consumo (imposto sobre valor agregado ou IVA), os 10% mais ricos estão pagando menos do que os 10% mais pobres.

**Figura 11: Impostos efetivos para os 10% que pagam menos e os 10% que pagam mais no Brasil e no Reino Unido**



Fonte: INESC 2015 e UK Office for National Statistics 2018.<sup>410</sup>

Os retornos para os donos da riqueza também estão superando os retornos para os trabalhadores em muitos países,<sup>411</sup> e a automação provavelmente aumentará ainda mais essa tendência.<sup>412</sup> A disparidade foi identificada por muitos como uma das forças motrizes por trás da crescente desigualdade,<sup>413</sup> e também fez com que muitos observadores, incluindo o FMI,<sup>414</sup> o Banco Mundial,<sup>415</sup> Bill Gates<sup>416</sup> e a revista *The Economist*,<sup>417</sup> pedissem o aumento da tributação da riqueza para contribuir com um reequilíbrio de nossas economias.

Como a riqueza gera poder, um círculo vicioso pode permitir que os ricos impulsionem políticas públicas que os façam ficar ainda mais ricos.<sup>418</sup> Um estudo publicado recentemente pela Oxfam e pela CLACSO na América Latina documentou 13 casos em que os mais ricos usaram seu poder e sua influência para garantir regras fiscais que os beneficiassem.<sup>419</sup>

## Tributação da riqueza

Além de aumentar progressivamente os impostos e fortalecer sua cobrança de pessoas físicas e jurídicas, os governos deveriam prestar mais atenção à tributação da riqueza em si. A desigualdade de riqueza é bem maior do que a desigualdade de renda,<sup>420</sup> portanto, a tributação da riqueza pode dar uma contribuição importante para reduzir a desigualdade econômica,<sup>421</sup> além de gerar receitas significativas para os governos. Infelizmente, muitos países reduziram ou deixaram de implementar impostos sobre a riqueza,<sup>422</sup> e mesmo os que existem atualmente costumam ser infestados de isenções. Por exemplo, em Bangladesh, os impostos sobre a propriedade se baseiam no valor originalmente pago e não são atualizados, o que faz com que

casas grandes, compradas há muito tempo, paguem impostos mínimos em comparação às casas menores, compradas mais recentemente.<sup>423</sup> Na Índia, havia tantas isenções ao imposto sobre a riqueza líquida que um indivíduo típico pagava oito vezes menos do que deveria.<sup>424</sup> Em 2016, em vez de tratar das isenções, o governo aboliu o imposto.<sup>425</sup>

Os governos devem concentrar seus esforços em arrecadar mais dos muito ricos para ajudar a combater a desigualdade. Por exemplo, fazer com que o 1% mais rico pague apenas 0,5% a mais de impostos sobre sua riqueza geraria mais dinheiro do que o custo de educar todas as 262 milhões de crianças que estão fora da escola e fornecer serviços de saúde que salvariam as vidas de 3,3 milhões de pessoas.<sup>426</sup>

A campanha *Move Humanity* estimou que, se a riqueza dos bilionários do mundo fosse tributada em mais 1%, seria possível arrecadar US\$ 100 bilhões por ano.<sup>427</sup>

Embora a ideia fosse arrecadar uma parcela dessa receita nos países pobres, boa parte viria de países ricos, onde está a maior fatia da riqueza do mundo. Uma parcela dessas receitas deve ser redistribuída dos ricos do mundo rico aos pobres do mundo pobre, por meio de aumento da ajuda internacional (ver “O papel da ajuda internacional”, abaixo).

## **Cobrar impostos mais altos dos mais ricos prejudica o crescimento?**

Há muito tempo, a visão econômica ortodoxa é de que a cobrança de mais impostos dos ricos prejudicará a todos, ao impedir o crescimento econômico.

Atualmente, essa ortodoxia do “gotejamento” está sendo questionada. Pesquisas feitas pelo FMI mostram que a redistribuição geralmente faz bem ao crescimento econômico e que muitos países têm bastante margem para aumentar impostos sobre os mais ricos sem prejudicar suas economias.<sup>428</sup> O economista Thomas Piketty argumenta que a alíquota máxima de imposto de renda para pessoas físicas poderia ser de até 83%.<sup>429</sup> Atualmente, a média mundial é de 31%.<sup>430</sup>

Os impostos sobre herança e, em grande medida, sobre a propriedade têm impacto sobre a renda não auferida e, portanto, têm pouco efeito no crescimento.<sup>431</sup> A tributação da herança é fundamental para promover a igualdade de oportunidades e reduzir o poder da riqueza e dos privilégios herdados.<sup>432</sup> Há muito tempo eles são um alvo favorito de ataques,<sup>433</sup> muitas vezes com base em desinformação, o que contribuiu para uma queda muito forte na arrecadação.<sup>434</sup> A pesquisa da Oxfam mostrou como, no Equador, políticos da oposição e empresários montaram uma intensa campanha de desinformação contra a proposta de imposto sobre herança, para enganar o público e gerar objeções a essa ação progressista.<sup>435</sup> Muitas pessoas acreditam que esses impostos irão afetá-las negativamente, quando, na verdade, eles costumam ser cobrados apenas dos mais ricos da sociedade.<sup>436</sup>

## Combate à evasão e à elisão fiscais

OS RICOS ESTÃO OCULTANDO  
RIQUEZA EM OUTROS PAÍSES,  
EM UMA QUANTIDADE  
PRÓXIMA DE

**US\$ 7,6  
TRILHÕES**



Fonte: G. Zucman. (2015) e a nota Metodológica do Relatório Davos, da Oxfam<sup>437</sup>

Outros obstáculos que garantem que os ricos paguem sua parte justa são a evasão fiscal, a elisão fiscal e a concorrência tributária. O capital pode atravessar fronteiras em busca de sigilo e alíquotas mais baixas. Os super-ricos estão escondendo pelo menos US\$ 7,6 trilhões das autoridades tributárias e sonegando uma receita estimada em US\$ 200 bilhões.<sup>438</sup> Somente na África, até 30% da riqueza privada podem estar sendo mantidos no exterior, o que impede que os governos do continente arrecadem US\$ 15 bilhões em receitas de impostos.<sup>439</sup> As multinacionais exploram brechas nos códigos tributários com o objetivo de transferir lucros para paraísos fiscais, custando aos países em desenvolvimento cerca de US\$ 100 bilhões em impostos sobre pessoa jurídica.<sup>440</sup>

Até agora, os esforços dos governos para coibir a sonegação por parte das empresas foram positivos, mas insuficientes.<sup>441</sup> É urgente fazer um conjunto muito mais ambicioso de reformas globais no imposto pago pelas empresas. Há indicações de que um novo processo começará no G20 em 2019, o que também seria positivo. Porém, qualquer novo processo deve buscar reformas realmente fundamentais que invertam a redução generalizada dos impostos sobre pessoas jurídicas, em vez de simplesmente ratificar o status quo, e envolver os governos dos países em desenvolvimento desde o início.

Atualmente, muitos governos trabalham contra os interesses gerais de seus países ao reduzir as alíquotas de impostos e conceder isenções em uma batalha para atrair capital. Isso acaba prejudicando todas as nações, com exceção de alguns paraísos fiscais, deixando bilhões em riqueza pública em mãos privadas.<sup>442</sup> Os governos de países em desenvolvimento perdem muito dinheiro para isenções fiscais desnecessárias concedidas a empresas.<sup>443</sup>

Os governos estão ficando relativamente melhores no combate à sonegação por parte de pessoas físicas. Eles começaram a cooperar entre si contra o sigilo bancário e as empresas anônimas de fachada. Atualmente, a maioria das autoridades fiscais compartilha dados de contas bancárias automaticamente. Cada vez mais países coletam os nomes das pessoas físicas que possuem empresas (“proprietários efetivos”); essas informações serão tornadas públicas na União Europeia, e o Parlamento do Reino Unido

*“A minha mensagem é para quem evade impostos... se eles não pagarem impostos, como o setor público será administrado? Quem pagará pelos mais pobres? Se eles têm dinheiro para ir a clínicas e médicos privados, dizendo que os serviços do setor público são ruins, é porque contribuíram para arruiná-lo.”*  
– Dra. Dorra Bousnina Lassoued, Chefe do Departamento de Medicina Preventiva e Social e Coordenadora Nacional de Saúde Materna, Infantil e do Adolescente do Ministério da Saúde da Tunísia desde março de 2015

aprovou legislação exigindo que seus Territórios Ultramarinos – incluindo paraísos fiscais bem conhecidos, como Bermuda e Ilhas Virgens Britânicas – estabeleçam registros públicos de propriedade efetiva. No entanto, escândalos como os Panama Papers e os Paradise Papers mostram o tamanho do problema e até que ponto ele está longe de ser corrigido. Continua havendo muitas brechas no sistema: ainda há pouca transparência em torno da sonegação fiscal, os assessores tributários estão inventando novas maneiras de esconder a riqueza pessoal, e os sonegadores têm pouco a temer daqueles governos que não querem ou não têm capacidade para processá-los. Apesar disso, avanços recentes mostram que querer é poder.

## **Como as políticas tributárias podem reduzir a desigualdade de gênero**

As políticas tributárias têm potencial para reduzir não apenas o fosso entre ricos e pobres, mas também a desigualdade entre mulheres e homens. No entanto, o atual sistema tributário global está transferindo a carga para indivíduos e famílias mais pobres. A maioria das pessoas afetadas é de mulheres, que têm muito pouca oportunidade de influenciar a política fiscal ou cobrar dos governos.

Os cortes de impostos para empresas, quem ganha salários altos e os ricos beneficiam desproporcionalmente aos homens, pois são eles que dominam o mundo corporativo. Os homens controlam mais de 86% de todas as empresas do mundo,<sup>444</sup> têm mais recursos à sua disposição e maior probabilidade de estar nas faixas de renda superiores, além de ser donos de mais riqueza que as mulheres.

Essas reduções de impostos foram acompanhadas por políticas tributárias que costumam ter um impacto negativo maior sobre as mulheres pobres. O IVA retira mais renda de quem tem menos condições de pagar – muitas vezes, mulheres e famílias chefiadas por elas – principalmente em países onde os alimentos básicos não são isentos.<sup>445</sup> Os produtos de higiene são essenciais para mulheres e meninas, de forma que o IVA e os impostos de importação podem forçar as mais pobres a abrir mão deles, prejudicando suas oportunidades de educação e emprego e aumentando o estigma em torno da menstruação.

Os governos podem elaborar seus orçamentos de modo a enfrentar essas questões, considerando:

- Como as receitas são arrecadadas e gastas.
- Quem assume o fardo financeiro da tributação.
- Como os impostos estão afetando as atitudes sociais com relação aos papéis de homens e mulheres.
- Como os impostos estão afetando a vida das pessoas; eles podem investigar isso consultando os cidadãos pobres e as organizações de direitos das mulheres.<sup>446</sup>

Desde 1995, por causa dos esforços orçamentários com base em gênero, a África do Sul reformou os impostos sobre a renda para diminuir as altas

alíquotas pagas pelas mulheres casadas. O IVA sobre o querosene foi reduzido para proteger principalmente as famílias pobres, chefiadas por mulheres, que dependem dele como uma importante fonte de combustível. No entanto, no ano passado, o IVA total foi aumentado em 1%, o que afetará mais às mulheres.<sup>447</sup> Como resultado das campanhas nacionais dos ativistas da justiça tributária, o governo já eliminou efetivamente o IVA sobre os produtos de higiene.<sup>448</sup>

## COMBATENDO A CORRUPÇÃO

Combater a corrupção é fundamental para alcançar serviços públicos e proteção social universais. A própria corrupção afeta a desigualdade de maneiras diferentes. No nível básico, a probabilidade de que as pessoas mais pobres tenham que pagar subornos é maior.<sup>449</sup> Um estudo feito no México concluiu ser mais provável que a polícia exija suborno dos pobres porque os ricos têm mais disposição e capacidade de retaliar.<sup>450</sup> Os subornos consomem uma proporção muito maior da renda das famílias mais pobres, o que significa que contribuem para aumentar a desigualdade de renda.<sup>451</sup>

As mulheres costumam ter menos poder e voz para cobrar transparência, o que as torna alvos mais fáceis para a corrupção. Elas têm mais probabilidades do que os homens de identificar o impacto negativo da corrupção em sua vida cotidiana.<sup>452</sup> É mais provável que elas sejam usuárias de serviços públicos e proteção social em função de atitudes sociais que as veem como as cuidadoras principais em suas famílias e geralmente estão mais expostas à corrupção na prestação de serviços.<sup>453</sup>

É possível afirmar que o maior impacto negativo sobre a desigualdade e a pobreza é causado pela corrupção em grande escala, que saqueia os recursos do Estado, e a influência organizada das elites sobre as ações do Estado. Isso afeta diretamente a desigualdade, permitindo que os mais ricos paguem menos impostos do que deveriam e, indiretamente, reduzindo as receitas e os gastos públicos que poderiam ser usados para combater a desigualdade.

A corrupção também é um fenômeno global, muitas vezes alimentado pelo fato de as nações ricas não regulamentarem adequadamente seus setores financeiros.<sup>454</sup> O sistema global de paraísos fiscais facilita isso em escala industrial. Por exemplo, a Força-Tarefa de Ação Financeira, de caráter intergovernamental, concluiu que os paraísos fiscais estavam bastante envolvidos na facilitação da corrupção.<sup>455</sup> Os cidadãos comuns têm menos probabilidades de querer pagar seus impostos se acharem que os que estão no topo não pagam a parcela justa e que os seus próprios impostos não serão bem gastos.<sup>456</sup>

A sangria ilegal de recursos do Estado através da corrupção faz com que haja menos dinheiro disponível para educação, saúde e outros serviços públicos e proteção social. Por exemplo, na República Dominicana, em 2017, a Oxfam mostrou que a corrupção estava privando o Estado de receitas suficientes para duplicar os gastos em saúde.<sup>457</sup>

# O PAPEL DA AJUDA INTERNACIONAL

Mesmo que cresçam muito e melhorem a arrecadação de impostos, 48 países ainda carecem de recursos próprios para financiar saúde, educação e proteção social universais, e precisariam de mais US\$ 150 bilhões para atender a essas necessidades.<sup>458</sup> Esses países simplesmente não têm condições de erradicar a pobreza, mesmo quando dotados de políticas progressistas.

A luta contra a pobreza extrema nesses países dependerá não apenas dos impostos internos, mas também da ajuda internacional ao desenvolvimento.<sup>459</sup> Essa ajuda pode servir para apoiar sistemas de saúde, educação e proteção social cujos recursos sejam insuficientes, sem aumentar os déficits fiscais dos beneficiários. Em um mundo de abundância, no qual os países da OCDE possuem renda per capita 52 vezes maior do que os países de baixa renda,<sup>460</sup> a ajuda serve como uma redistribuição imediata de recursos dos países mais ricos para os mais pobres. Não se trata de caridade, e sim de uma questão de justiça, uma vez que a riqueza dos países mais ricos é sustentada por uma exploração histórica<sup>461</sup> e contínua do mundo em desenvolvimento.<sup>462</sup> É também uma expressão de solidariedade que transcende fronteiras.

A ajuda internacional tem um enorme potencial para reduzir a desigualdade entre países e dentro de cada um deles, mas somente se for ampliada e concedida de maneira correta.<sup>463</sup>

Em média, os países doadores da OCDE fornecem 0,31% de sua receita nacional bruta (RNB) a países pobres (US\$ 147 bilhões em 2017), o que está muito aquém da promessa de 0,7% que fizeram há quase 50 anos,<sup>464</sup> e que apenas cinco países estão cumprindo.<sup>465</sup> Se os outros países doadores da OCDE cumprissem seu compromisso, seria possível arrecadar mais US\$ 1,5 trilhão até 2030.<sup>466</sup> Os países ricos deveriam não apenas dar mais ajuda, mas também direcioná-la melhor aos países com menos recursos para combater a pobreza extrema.<sup>467</sup>

## Quadro 11: Ajuda para a educação

Desde o Fórum Mundial de Educação de Dakar, em 2000, no qual os doadores se comprometeram a aumentar a ajuda internacional para atingir uma educação básica de boa qualidade para todos, mais 34 milhões de crianças frequentaram escolas em países de baixa e média renda.<sup>468</sup> Graças ao financiamento multilateral através da Parceria Global para a Educação, 238.000 professores receberam formação em 2016, em comparação com cerca de 98.000 em 2014.<sup>469</sup> Juntos, esses investimentos deram passos significativos para colocar mais meninas para a escola,<sup>470</sup> enfrentando a desigualdade de gênero e a pobreza.

Infelizmente, nos últimos anos, a ajuda internacional à saúde e à educação vem estagnando: os gastos com ajuda à saúde (US\$ 21 bilhões em 2016) estagnaram desde 2013 (após um aumento de 250% entre 2002 e 2013) e

os gastos com ajuda à educação (US\$ 12 bilhões em 2016) também se mantiveram bastante estáticos, aumentando apenas 6% em termos reais entre 2010 e 2016.<sup>471</sup> A ajuda também está sendo usada para apoiar as desacreditadas PPPs, conforme descrito na seção 3. A ajuda dedicada à proteção social é muito pequena, de US\$ 2,3 bilhões.<sup>472</sup>

A ajuda também pode reduzir a desigualdade, apoiando os governos para que cobrem mais impostos – e de forma mais equitativa. Isso é fundamental para traçar um caminho para um futuro em que a ajuda internacional não seja mais necessária. O aumento da tributação e outras receitas internas em mais 2% do PIB até 2020 acrescentariam outros US\$ 144 bilhões aos cofres dos países de renda baixa e média/baixa – o equivalente à ajuda total em 2017. Infelizmente, o montante destinado a ajudar os governos a arrecadar mais receita interna é de apenas 0,18% do valor total da ajuda internacional, e os doadores não estão no ritmo certo para cumprir seus compromissos de dobrá-lo até 2020, segundo a Iniciativa Tributária Addis.<sup>473</sup>

A ajuda também pode cumprir um papel fundamental no apoio aos cidadãos para que cobrem dos governos e, particularmente, ajudando as organizações de direitos das mulheres.<sup>474</sup> Esse apoio continua sendo muito insuficiente. Em 2015-16, apenas US\$ 225 milhões por ano, em média, foram comprometidos com organizações de mulheres de caráter não governamental e somente US\$ 38 milhões foram diretamente para organizações com sede em países em desenvolvimento.<sup>475</sup>

## A AMEAÇA DA DÍVIDA

Cada vez mais os governos enfrentam um rápido aumento em seus níveis de endividamento, principalmente na África. Diante de necessidades essenciais de desenvolvimento e da insuficiência da ajuda internacional e das receitas internas, muitos governos de países em desenvolvimento fizeram empréstimos para financiar seu desenvolvimento.<sup>476</sup> O Quênia, por exemplo, está gastando quase 50% de suas receitas para pagar dívidas.<sup>477</sup> Nos últimos seis anos, os governos de países da África Subsaariana emitiram US\$ 81 bilhões em títulos do dólar (*dollar bonds*) para investidores que buscam altos rendimentos.<sup>478</sup>

Além disso, há empréstimos bilaterais mais obscuros, de governos como China e Índia, bem como emprestadores comerciais com sede na OCDE.<sup>479</sup> A grande quantidade de dívida privada e de curto prazo torna esses países vulneráveis a mudanças nas condições financeiras. De acordo com o FMI, 23 países estão em situação de endividamento ou em alto risco de entrar em uma crise de dívida – a maioria deles está na África Subsaariana.<sup>480</sup> Em 2012, Zâmbia estava tomando empréstimos a juros mais baixos do que a Espanha; agora está pagando juros de 16%.<sup>481</sup>

Atualmente, muitos países em desenvolvimento enfrentam grandes problemas para pagar os juros de suas dívidas e estão tendo que fazer escolhas difíceis em relação a receitas e gastos, muitas vezes sob pressão do FMI.<sup>482</sup> Nesses casos, é fundamental tomar decisões sobre quais impostos devem ser aumentados e que gastos serão cortados, e o impacto disso sobre ricos e pobres e sobre homens e mulheres. O FMI se

comprometeu a apoiar os países para que combatam a desigualdade, o que é muito positivo, mas a pesquisa da Oxfam mostra que, até agora, há poucas evidências de que isso esteja acontecendo.<sup>483</sup> Também não há praticamente nenhum esforço sendo feito para reduzir a dívida por meio de reestruturação e cancelamento e, conseqüentemente, reduzir as verbas que estão sendo desviadas dos gastos sociais. Uma nova onda de resgates do FMI será uma oportunidade para o Fundo colocar suas palavras em prática e apoiar os países em escolhas econômicas que reduzam a desigualdade. Muitos países continuam a equilibrar sua contabilidade à custa de mulheres e homens pobres,<sup>484</sup> o que prejudica a capacidade dos próprios países de combater a desigualdade. A história mostra que, sem uma nova abordagem voltada a tributar quem pode pagar mais, esses programas econômicos atingirão as mulheres e os homens mais pobres.<sup>485</sup>

É claro que os empréstimos feitos por governos não são de todo ruins e, se forem sustentáveis e bem investidos, podem reduzir a desigualdade em vez de aumentá-la. Porém, grande parte desses empréstimos costuma ir para projetos de valor duvidoso cujos custos costumam ser superfaturados, alimentando a corrupção e a fuga de capitais.<sup>486</sup> Grande parte dessa dívida está ligada a PPPs mal concebidas.<sup>487</sup>

É necessária uma ação global rápida para resolver esse problema antes que ele saia de controle. Será necessário implementar uma combinação de financiamento, reescalonamento e cancelamento da dívida para que os credores imprudentes assumam sua parte do problema. As escolhas relacionadas à austeridade de gastos devem se concentrar em aumentar os impostos de pessoas e empresas mais ricas, bem como reduzir a corrupção e o desperdício, e não em aumentar os impostos e cortar os serviços dos pobres. Deve-se criar um mecanismo independente para a reestruturação e a arbitragem da dívida para possibilitar um espaço de negociação seguro e neutro que proteja os cidadãos pobres dos países devedores. Isso deve ser combinado com um grande aumento da ajuda externa para que os países possam investir no combate à desigualdade sem tomar emprestado das gerações futuras.

## 5 LUTANDO POR UM MUNDO MAIS JUSTO



Sarah, refugiada do Sudão do Sul atualmente morando em Uganda, convida as mulheres a participar de seu grupo de artesanato no Assentamento de Bidibidi. Com a ajuda da Oxfam e da organização parceira CEFORD, o grupo foi criado para possibilitar que as mulheres tivessem uma renda e convivessem. Sarah tinha um negócio de joias em sua casa no Sudão do Sul, mas ela fugiu do país depois que seu marido foi morto na rua, na frente dela. O grupo lhe deu uma oportunidade de ganhar dinheiro, mas também de compartilhar suas experiências com outras mulheres do assentamento. Foto: Kieran Doherty/Oxfam

- Somente a força do povo pode pressionar nossos líderes a reduzir o fosso entre ricos e pobres.
- Um movimento global crescente, a Fight Inequality Alliance, está unificando lutas contra a desigualdade em todo o mundo.

As políticas necessárias para reduzir a desigualdade são claras, incluindo oferecer serviços públicos e proteção social universais, pagos pela tributação das pessoas e empresas mais ricas. Em muitos países, essas políticas não estão sendo implementadas porque os líderes políticos ouvem as elites e não as reivindicações das pessoas comuns. Quanto mais os cidadãos forem organizados e ativos, maior a oportunidade de mudar isso. Nos anos 2000, a América Latina registrou um declínio acentuado no nível de desigualdade de renda, com os governos aumentando os impostos sobre os mais ricos, elevando o salário mínimo e investindo em saúde, educação e outros serviços públicos. Um fator importante por trás disso foi a força das pessoas comuns se unindo para exigir mudanças.<sup>488</sup>

## Quadro 12: Ocupar o pátio



AP Photo/Brian Inganga.

Em 2015, crianças da escola de ensino fundamental Langata Road, em Nairóbi, no Quênia, enfrentaram gás lacrimogêneo e policiais armados para defender o pátio da escola, que era público e havia sido tomado por empreendedores privados para ser transformado em um estacionamento para o hotel vizinho.<sup>489</sup>

Em um movimento que logo conquistou apoio global através da hashtag #OccupyPlayground, as crianças da escola conseguiram impedir a tomada do terreno. O caso gerou um clamor nacional com relação à apropriação de terras públicas por empreendedores privados com conexões políticas, e muitos outros casos foram suspensos. Essa ação, juntamente com inúmeras outras, demonstra como as pessoas comuns estão mudando os rumos da política sobre desigualdade e reduzindo o fosso entre ricos e pobres.

Essa tendência ao aumento do ativismo se reflete em um movimento crescente de mulheres, como visto no #metoo e na Marcha das Mulheres. Na América Latina, isso inspirou milhares de mulheres a agir, principalmente por meio do *Ni Una Menos* (“Nenhuma a Menos”).<sup>490</sup> Nascido na Argentina em 2015 como uma campanha nacional para combater o assassinato de mulheres, o movimento se espalhou por toda a região. Por meio de ação coletiva, o *Ni Una Menos* transformou o debate nacional e catalisou mudanças em escala global, como visto com a liderança da campanha da Greve das Mulheres de 2018.<sup>491</sup>

O surgimento da Fight Inequality Alliance,<sup>492</sup> que reúne as lutas nacionais por maior igualdade, é fundamental para a construção de um movimento global de pessoas comuns determinadas a lutar juntas por um mundo mais justo. Da mesma forma que o movimento pelos direitos civis abalou normas sedimentadas havia 50 anos, esta geração está provando que tem poder para determinar como os governos vão agir, e os está conclamando a pôr fim à pobreza e à desigualdade.

*“Combater a desigualdade é necessário para sermos humanos.”*

*– Lamees Farraj, AMAN: Coalizão para Integridade e Responsabilidade, Território Ocupado Palestino (OPT)*

## Os governos devem agir para combater a desigualdade

Os governos devem ouvir os cidadãos comuns e tomar medidas significativas para reduzir a desigualdade. Todos os governos devem **estabelecer metas e planos de ação concretos e com prazos definidos para reduzir a desigualdade, como parte de seus compromissos com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10**. Esses planos devem incluir ações nas três áreas a seguir:

1. **Proporcionar saúde, educação e outros serviços públicos de forma universal e gratuita, que também funcionem para mulheres e meninas.** Parar de apoiar a privatização dos serviços públicos. Fornecer aposentadoria, salário-família e outras formas de proteção social a todos. Implementar todos os serviços de forma a garantir que também atendam às necessidades de mulheres e meninas.
2. **Liberar tempo das mulheres, reduzindo os milhões de horas não remuneradas que elas passam cuidando de suas famílias e lares, todos os dias.** Permitir que quem faz esse trabalho essencial tenha voz nas decisões orçamentárias e fazer da liberação do tempo das mulheres um objetivo fundamental dos gastos públicos. Investir em serviços públicos, incluindo água, eletricidade e creches, que reduzam o tempo necessário para realizar esse trabalho não remunerado. Construir todos os serviços públicos de maneira que funcionem para quem tem pouco tempo livre.
3. **Acabar com a subtributação de empresas e pessoas ricas.** Tributar a riqueza e capital em níveis mais justos. Interromper a redução generalizada do imposto de renda de pessoas físicas e de empresas. Eliminar a evasão e a elisão fiscais por parte de empresas e indivíduos super-ricos. Chegar a um consenso sobre um novo conjunto de regras e instituições globais para reformular os fundamentos do sistema tributário com o objetivo de torná-lo justo, com os países em desenvolvimento tendo participação igualitária.

# NOTAS

Todos os links foram acessados pela última vez em outubro de 2018, a menos que seja especificado o contrário.

- 1 Forbes. (2018). The World's Billionaires. <https://www.forbes.com/billionaires/list/>; e P. Espinoza Revollo et al. (2019). Public Good or Private Wealth? Methodology Note. <http://dx.doi.org/10.21201/2019.3651>
- 2 World Bank. (2018a). *Poverty and Shared Prosperity*. <http://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity>
- 3 A. Shorrocks, J. Davies and R. Lluberás. (2018). World Wealth Report 2018. Credit Suisse. <https://www.credit-suisse.com/corporate/en/research/research-institute/global-wealth-report.html>
- 4 N. Lustig. (2015). The Redistributive Impact of Government Spending on Education and Health: Evidence from 13 Developing Countries in the Commitment to Equity Project. <https://www.imf.org/en/Publications/Books/Issues/2018/02/26/Inequality-and-Fiscal-Policy-42811>
- 5 P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology Note*, op cit.
- 6 M. Hanrahan. (2012, May 18). Antilia: Inside Mukesh Ambani's 27-Story Mumbai Residence, The World's First \$1 Billion Home (PHOTOS). The Huffington Post. [https://www.huffingtonpost.in/entry/antilia-inside-mukesh-expensive-home-mumbai\\_n\\_1527703](https://www.huffingtonpost.in/entry/antilia-inside-mukesh-expensive-home-mumbai_n_1527703)
- 7 M. Döpfner. (2018). *Jeff Bezos reveals what it's like to build an empire and become the richest man in the world — and why he's willing to spend \$1 billion a year to fund the most important mission of his life*. *Business Insider*. Forbes. (2018). The World's Billionaires. <https://www.forbes.com/billionaires/list/>. Para cálculos sobre orçamento de saúde da Etiópia, veja: P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology Note*. <http://dx.doi.org/10.21201/2019.3651>
- 8 J.D. Ostry, P. Loungani and A. Berg. (a ser publicado). *Confronting Inequality: How Societies Can Choose Inclusive Growth*. Colombia.
- 9 Relatórios anteriores da Oxfam trataram de outros fatores centrais à luta contra a desigualdade, como trabalho e salários (recompensar o trabalho e não riqueza): <https://www.oxfam.org/en/research/reward-work-not-wealth>; reformular nosso modelo econômico (economia para os 99%): <https://www.oxfam.org/en/research/economy-99>; dar um fim à captura da política e da economia pelas elites (economia para o 1%): <https://www.oxfam.org/en/research/economy-1>
- 10 Veja, por exemplo, J. Brumby and M. Keen. (2018, February 13). *Game-Changers and Whistle-Blowers: Taxing Wealth*. IMF. <https://blogs.imf.org/2018/02/13/game-changers-and-whistle-blowers-taxing-wealth/> e IMF (2017) Fiscal Monitor: Tackling Inequality, <https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2017/10/05/fiscal-monitor-october-2017>. Veja, também, *The Economist* (2018, August 9) *Overhaul tax for the 21st century*, <https://www.economist.com/leaders/2018/08/09/overhaul-tax-for-the-21st-century>
- 11 Cálculos da Oxfam; veja a nota metodológica: P. Espinoza Ravollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology note*, op. cit.
- 12 Ibid.
- 13 World Bank. (2018a). *Poverty and Shared Prosperity 2018*. <http://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity>. A pobreza extrema global caiu, em média, 1% ao ano entre 1990 e 2015, mas apenas 0,6% ao ano entre 2013 e 2015, e ainda menos entre 2015 e 2018.
- 14 Ibid.
- 15 Ibid.
- 16 Ibid, p. 24. As projeções do Banco Mundial mostram que, com os atuais índices de crescimento econômico, a pobreza extrema não será erradicada até 2030, a menos que se reduza a desigualdade, fazendo com que a renda dos 40% mais pobres da população cresça mais rápido do que a dos demais. Sem redução da desigualdade, mesmo se dobrarmos os índices de crescimento econômico, cerca de 3,7% da população mundial viverão em extrema pobreza.
- 17 F. Alvaredo, L. Chancel, T. Piketty, E. Saez and G. Zucman. (2017). *The World Inequality Report 2018*. <https://wir2018.wid.world/>
- 18 Standard Newspaper. Kenya 2018 *Double tragedy: Police woman loses twins, held in Nairobi West Hospital over Sh2.9 million bill*. <https://www.sde.co.ke/article/2001255156/double-tragedy-police-woman-loses-twins-held-in-nairobi-west-hospital-over-sh2-9-million-bill>

- 19 UNESCO. (2017). *Global Education Monitoring Report 2017/8. Accountability in Education: Meeting our Commitments*. <http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002593/259338e.pdf>
- 20 M. Kruk et al. (2018). Mortality due to low-quality health systems in the universal health coverage era: a systematic analysis of amenable deaths in 137 countries. [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)31668-4/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)31668-4/fulltext) *The Lancet* (2018, November 17), Volume 392, Issue 10160, p. 2203-2212: concluiu-se que 3,6 milhões de mortes foram resultado de falta de acesso a serviços de saúde, ou seja, 9.863 por dia.
- 21 L. Addati et al. (2018, June 28). *Care work and care jobs for the future of decent work*: International Labour Organization (ILO). Disponível em: <https://www.ilo.org/global/topics/care-economy/care-for-fow/lang--en/index.htm>. Os números se referem a 64 países onde foram realizados levantamentos sobre uso do tempo, representando 66,9% da população mundial, de forma que o valor global provavelmente é muito maior. Concluiu-se que as mulheres faziam, em média, 75% do trabalho de cuidado não remunerado.
- 22 Nos 10 anos desde a crise financeira, o número de bilionários aumentou de 1.125 em 2008 para 2.208 em 2018. Para mais detalhes, veja a nota metodológica: <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/private-wealth-or-public-good-620599>
- 23 A fortuna total daqueles que permaneceram na lista da Forbes entre 2017 e 2018 (cerca de 1.900) aumentou em torno de 900 bilhões de dólares em um ano, o que equivale a um aumento de 2,5 bilhões de dólares por dia. Para mais detalhes, veja a nota metodológica: <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/private-wealth-or-public-good-620599>
- 24 O mundo tem hoje mais bilionários do que nunca. A lista da Forbes (2018) cresceu 165 entre 2017 e 2018; 316 novos bilionários entraram nela, ou seja, mais do que o dobro do número que saiu, que foi de 151. Para mais detalhes, veja a nota metodológica: <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/private-wealth-or-public-good-620599>
- 25 Cálculos da Oxfam com base em: Forbes. (2018). *The World's Billionaires*, op. cit, e Credit Suisse. (2018). *World Wealth Report Databook*. Para mais detalhes, veja a nota metodológica: <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/private-wealth-or-public-good-620599>
- 26 A fortuna de Jeff Bezos era de 112 bilhões de dólares em março de 2018. Para cálculos sobre orçamento de saúde da Etiópia, veja: P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology note*, op. cit.
- 27 McKinsey Global Institute. (2015). *The Power of Parity*. Disponível em: <http://www.mckinsey.com/global-themes/employment-and-growth/how-advancing-womensequality-can-add-12-trillion-to-global-growth>
- 28 Cifra calculada com base na receita anual informada pela Apple em 2017 (229,3 bilhões de dólares). Disponível em: <https://www.apple.com/newsroom/pdfs/fy17-q4/Q4FY17ConsolidatedFinancialStatements.pdf>
- 29 World Bank. (2018a). *Poverty and Shared Prosperity*, op cit.
- 30 P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology Note*, op cit.
- 31 K. Scheve and D. Stasavage. (2016). *Taxing the Rich: A History of Tax Fairness in the United States and Europe*. Princeton University Press. <https://doi.org/10.1515/9781400880379>
- 32 Dados obtidos no banco de dados do Índice de Compromisso com a Redução de Desigualdades (*Commitment to Reducing Inequality Index*), com relação a 122 países em desenvolvimento. A alíquota máxima de imposto de renda para pessoas físicas é, em média, de 28,55%.
- 33 INESC. 2015. "As Implicações do Sistema Tributário Brasileiro nas Desigualdades de Renda". Brasília
- 34 Office for National Statistics. (2018). *Effects of taxes and benefits on household income – Financial year ending 2017*. <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/personalandhouseholdfinances/incomeandwealth/datasets/theeffectsoftaxesandbenefitsonhouseholdincomefinancialyearending2014>, Table 14: Average incomes, taxes and benefits by decile groups of ALL households (ranked by unadjusted disposable income), 2016/17.
- 35 P. Espinoza and Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology note*, op. cit.
- 36 G. Zucman. (2015). *The Hidden Wealth of Nations*. Chicago University Press; Veja a nota metodológica para uma explicação do funcionamento: <https://policypractice.oxfam.org.uk/publications/reward-work-not-wealth-to-end-the-inequality-crisis-we-must-build-an-economy-fo-620396>. A. Alstadsaeter, J. Niels and G. Zucman (2017) *Tax Evasion and Inequality*, <http://gabriel-zucman.eu/files/AJZ2017.pdf>

- 37 A. Alstadsaeter et al. (2017). *Tax Evasion and Inequality*. op. cit.
- 38 Cálculos da Oxfam com base nos dados da OCDE disponíveis para 35 países-membros e 43 países não membros (médias não ponderadas). OECD Stat. Revenue Statistics – OECD countries: Comparative tables. <https://stats.oecd.org/viewhtml.aspx?datasetcode=REV&lang=en>
- 39 G. Zucman. (2015). *The Hidden Wealth of Nations*, op. cit. Veja a nota Metodológica do Relatório Davos 2018, da Oxfam, para um explicação do funcionamento: D. Haroon et al. (2018). *Reward Work, Not Wealth. Methodology Note*, op cit.
- 40 Djaffar Salchi. Correspondência privada com o autor.
- 41 Civicus. (2018). *The State of Civil Society Report*. <https://www.civicus.org/index.php/state-of-civil-society-report-2018>
- 42 Council on Foreign Relations. (2017, February 23). *Inequality and the rise of Authoritarianism*. Transcrição de painel com a participação de J.A. Goldstone, K.R. McNamara e S. Hamid. <https://www.cfr.org/event/inequality-and-rise-authoritarianism>
- 43 E.D. Gould and A. Hijzen. (2016). *Growing Apart, Losing Trust? The Impact of Inequality on Social Capital*, IMF Working Paper WP/16/176. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2016/wp16176.pdf>
- 44 P. Fajnzylber, D. Lederman and N. Loayza. (2002). *Inequality and Violent Crime*. *Journal of Law and Economics*, 45(1):1-40. <https://doi.org/10.1086/338347>; R. Wilkinson and K. Pickett. (2009). *The Spirit Level*. London: Penguin.
- 45 R. Wilkinson and K. Pickett. (2018). *The Inner Level*. London: Penguin.
- 46 M. Chang. (2015). *Women and Wealth: Insights for grantmakers*. Asset Funders Network. [https://www.mariko-chang.com/AFN\\_Women\\_and\\_Wealth\\_Brief\\_2015.pdf](https://www.mariko-chang.com/AFN_Women_and_Wealth_Brief_2015.pdf)
- 47 IMF. (2018). *Pursuing Women's Economic Empowerment*. <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2018/05/31/pp053118pursuing-womens-economic-empowerment>
- 48 Dos 2.208 bilionários da lista da Forbes, apenas 244 (11%) são mulheres. Estima-se que os homens sejam proprietários de 60% da riqueza global. Veja A. Shorrocks, J. Davies and R. Lluberas. (2018). *World Wealth Report 2018*. Credit Suisse. <https://www.credit-suisse.com/corporate/en/research/research-institute/global-wealth-report.html>
- 49 UN Women. (2018). *Turning Promises Into Action: Gender equality in the 2030 Agenda For Sustainable Development*. <http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2018/sdg-report-gender-equality-in-the-2030-agenda-for-sustainable-development-2018-en.pdf?la=en&vs=5653>
- 50 Esta estatística se baseia na estimativa do Credit Suisse sobre as fatias de homens e mulheres da riqueza global em Global Wealth Report 2018 (op cit). Os 50% representam a diferença porcentual, e não pontos percentuais.
- 51 McKinsey Global Institute. (2015). *The Power of Parity*. op. cit.
- 52 Cifra calculada com base na receita anual informada pela Apple em 2017 (229,3 bilhões de dólares). Disponível em: <https://www.apple.com/newsroom/pdfs/fy17-q4/Q4FY17ConsolidatedFinancialStatements.pdf>
- 53 A. Langer et al. (2015). *Women and Health: the key for sustainable development*. *The Lancet*, 386 (9999): 1165-210. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(15\)60497-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)60497-4)
- B. Heilman et al. (2017). *State of the World's Fathers: Time for Action*. Promundo, Sonke Gender Justice, Save the Children and MenEngage Alliance. <https://sowf.men-care.org/>
- 54 Cifra calculada com base na receita anual informada pela Apple em 2017 (229,3 bilhões de dólares). Disponível em: <https://www.apple.com/newsroom/pdfs/fy17-q4/Q4FY17ConsolidatedFinancialStatements.pdf>
- 55 Dados obtidos de Kenya Demographic and Health Survey 2014, tabelas 3.2.1 e 3.2.2. Apenas 0,4% das mulheres jovens do quintil inferior de riqueza estudam além do ensino médio, em comparação com 35,7% dos homens jovens do quintil superior. Kenya National Bureau of Statistics. (2015). *Kenya Demographic and Health Survey 2014*. <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/fr308/fr308.pdf>
- 56 Dados obtidos de Kenya Demographic and Health Survey 2014, op. cit. Uma criança do quintil superior estuda, em média, 11,78 anos, em comparação com 6,15 de uma criança do quintil inferior.
- 57 R. Wilkinson and K. Pickett. (2009). *The Spirit Level*. op. cit.; and J. Davis and B. Mazumder. (2017). *The Decline in Inter-Generational Mobility after 1980*. Opportunity and Inclusive Growth Institute Working Paper 17-21. <https://www.minneapolisfed.org/institute/working-papers/17-21.pdf>

- 58 Ministry of Health – MOH/Nepal, New ERA/Nepal and ICF. (2017). *Nepal Demographic and Health Survey 2016*, op cit. Tables 8.3, 3.3.1. and 3.3.2. A mortalidade anos dos cinco anos para o quintil mais pobre é de 62 mortes por 1.000, comparada com 24 mortes por 1.000 para o quintil mais rico.
- 59 Ministry of Health – MOH/Nepal, New ERA/Nepal and ICF. (2017). *Nepal Demographic and Health Survey 2016*. Disponível em: <https://dhsprogram.com/publications/publication-fr336-dhs-final-reports.cfm>. Tables 8.3, 3.3.1. e 3.3.2. A mortalidade anos dos cinco anos para o quintil mais pobre é de 62 mortes por 1.000, comparada com 24 mortes por 1.000 para o quintil mais rico.
- 60 A partir de observações feitas pelo Dr. Martin Luther King, em Chicago, na noite de sexta-feira, 5 de março de 1966 <https://quoteinvestigator.com/2015/10/22/mlk-health/>
- 61 UN Women. (2018). *Turning Promises Into Action*. op. cit.
- 62 Office for National Statistics. (2014). *Life Expectancy at Birth and at Age 65 by Local Areas in the United Kingdom: 2006-08 to 2010-12*. <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/lifeexpectancies/bulletins/lifeexpectancyatbirthandage65bylocalareasintheunitedkingdom/2014-04-16#animated-maps-and-reference-tables>. A expectativa de vida em Barking e Dagenham é de 77,5 anos; em Kensington e Chelsea, é de 83,7 anos.
- 63 Rede Nossa São Paulo. (2017). *Mapa das Desigualdades de São Paulo 2016*. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/arqs/mapa-da-desigualdade-completo-2016.pdf?v=1>
- 64 J.D. Ostry et al. (a ser publicado). *Confronting Inequality*. op. cit.
- 65 P. Espinoza Ravollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology Note*, op. cit.
- 66 From 1970 to 2009. J. Martinez-Vazquez and B. Moreno-Dodson. (2014). *The Impact of Tax and Expenditure Policies on Income Distribution: Evidence from a Large Panel of Countries*. Georgia State University.
- 67 N. Lustig. (2015). *The Redistributive Impact of Government Spending on Education and Health, Evidence from 13 Developing Countries in the Commitment to Equity Project*. Op. cit.
- 68 GPE Secretariat. (2016). *5 ways education can help end extreme poverty*. <https://www.globalpartnership.org/blog/5-ways-education-can-help-end-extreme-poverty>
- 69 IMF. (2017). *Fiscal Monitor: Tackling Inequality*, IMF <https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2017/10/05/fiscal-monitor-october-2017>
- 70 K.E.M. Uslaner and M. Brown. (2005). *Inequality, Trust, And Civic Engagement*. American Politics Research, Volume 33. <https://doi.org/10.1177/1532673X04271903>
- 71 R. Wilkinson and K. Pickett. (2009). *The Spirit Level*. op. cit. and Z. Yu and F. Wang. (2017). *Income Inequality and Happiness: An Inverted U-shaped Curve*. Front. Psychol. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.02052>
- 72 Veja, por exemplo: I. Ilkkaracan, K. Kim and T. Kaya. (2015). *The Impact of Public Investment in Social Care Services on Employment, Gender Equality, and Poverty: The Turkish Case*. Istanbul Technical University Women's Studies Center in Science, Engineering and Technology and The Levy Economics Institute. [http://www.levyinstitute.org/pubs/rpr\\_8\\_15.pdf](http://www.levyinstitute.org/pubs/rpr_8_15.pdf); and Q. Wodon, C. Montenegro, H. Nguyen and A. Onagoruwa. (2018). *Missed Opportunities: The high cost of not educating girls*. World Bank. <https://doi.org/10.1596/29956>
- 73 Ibid.
- 74 Ibid.
- 75 Veja, por exemplo, Medanta Hospital: <https://www.medanta.org/>
- 76 ICICI Securities Ltd. (2017). *World class health infra at competitive prices to fuel Indian medical tourism boom*. <http://content.icicidirect.com/mailimages/MedicalTourismFeb17.htm>
- 77 Os estados indianos de Uttar Pradesh e Chhattisgarh têm índices de mortalidade infantil de 64 e 54 mortes por 1.000 nascidos vivos, respectivamente, o que está acima da África subsaariana (52 por 1.000). India National Family Health Survey 2015-16. <http://microdata.worldbank.org/index.php/catalog/2949>. Dados sobre a África obtidos em <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.IMRT.IN?locations=RW-ZG>
- 78 WHO/UNICEF. (2015). *Avanços em saneamento e água potável, atualização de 2015 e avaliação dos ODM*. [https://www.who.int/water\\_sanitation\\_health/monitoring/jmp-2015-key-facts/en/](https://www.who.int/water_sanitation_health/monitoring/jmp-2015-key-facts/en/)
- 79 The World Bank. (2018). *World Development Report 2018 – LEARNING to Realize Education's Promise*. <http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2018>

- 80 Em termos globais, o número de mortes de crianças com menos de cinco anos caiu de 12,7 milhões em 1990 para 6,3 milhões em 2013. Veja UNICEF, WHO, World Bank Group and UN. (2017). *Levels and Trends in Child Mortality*. <https://data.unicef.org/resources/levels-trends-child-mortality-2017/>
- 81 The World Bank. (2018). *World Development Report 2018*. op. cit. <http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2018>
- 82 M. Kruk et al. (2018). *Mortality due to low-quality health systems in the universal health coverage era*. op. cit.
- 83 F. Chao, D. You, J. Pedersen, L. Hug and L. Alkema. (2018). *National and regional under-5 mortality rate by economic status for low-income and middle-income countries: a systematic assessment*. *Lancet Global Health*, 6(5):535-47. [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(18\)30059-7](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(18)30059-7)
- 84 V. Esquivel and A. Kaufmann. (2017). *Innovations in Care: New Concepts, New Actors, New Policies*. Friedrich-Ebert-Stiftung. <http://library.fes.de/pdf-files/iez/13282.pdf>
- 85 Veja, por exemplo, World Bank. (2003). *World Development Report 2004: Making Services Work for Poor People*. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5986>
- 86 IMF. (2017). *Fiscal Monitor: Tackling Inequality*. op. cit. and C. Mariotti et al. (2017). *Great expectations: is the IMF turning words into action on inequality?* <https://www.oxfam.org/en/research/great-expectations-imf-turning-words-action-inequality>. Oxfam International.
- 87 World Bank. (2003) *Making Services Work for Poor People*. op. cit. p. 38-39.
- 88 B. Emmett. (2007). *In the Public Interest*. Oxfam campaign report. [https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/in-the-public-interest-health-education-and-water-and-sanitation-for-all-112528\\_7](https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/in-the-public-interest-health-education-and-water-and-sanitation-for-all-112528_7)
- 89 Barker 1944 in S. Van de Walle and Z. Scott. (2009). *The role of public services in State and Nation-building: Exploring lessons from European History for Fragile States*
- 90 Análise de Development Pathways, a partir da National Socio-Economic Survey da Indonésia (SUSENAS) 2015.
- 91 World Health Organization and World Bank. (2017). *Tracking Universal Health Coverage: 2017 Global Monitoring Report*. [http://www.who.int/healthinfo/universal\\_health\\_coverage/report/2017/en/](http://www.who.int/healthinfo/universal_health_coverage/report/2017/en/)
- 92 R. Yates. (2017). *Hospitals That Act as Modern-day Debtor Prisons Deny Rights and Dignity*. Chatham House. <https://www.chathamhouse.org/expert/comment/hospitals-act-modern-day-debtor-prisons-deny-rights-and-dignity>
- 93 Ibid.
- 94 UNESCO. (2015a). *Education For All 2000-2015: Achievements and challenges*. <https://en.unesco.org/gem-report/report/2015/education-all-2000-2015-achievements-and-challenges>
- 95 R.B. Kattan and N. Burnett. (2004). *User Fees In Primary Education*. [http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-1099079877269/547664-1099079993288/EFAcase\\_userfees.pdf](http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-1099079877269/547664-1099079993288/EFAcase_userfees.pdf); The World Bank and P. Nanda. (2002). *Gender Dimensions Of User Fees: Implications For Women's Utilization Of Health Care*. *Reproductive Health Matters*, 10(20):127-34. [https://doi.org/10.1016/S0968-8080\(02\)00083-6](https://doi.org/10.1016/S0968-8080(02)00083-6)
- 96 P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology note*. Oxfam, op. cit.; A. Marriott. (2009). *Blind Optimism: Challenging the myths about private healthcare in poor countries*. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/blind-optimism-challenging-the-myths-about-private-health-care-in-poor-countries-114093>; e B. Emmett. (2007). *In the Public Interest*. Oxfam Campaign Report. <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/in-the-public-interest-health-education-and-water-and-sanitation-for-all-112528>
- 97 P. Espinoza Revollo at al. (2019). Ibid.
- 98 Cálculos próprios baseados no banco de dados World Development Indicators (WDI) do Banco Mundial. Dados de PIB per capita para Tailândia e Etiópia foram recalculados de 2011 para 1990, considerando paridade de poder de compra em US\$. Os valores do PIB dos Estados Unidos foram obtidos de J. Bolt, M. Timmer and J. Luiten van Zanden. (2014). *GDP per capita since 1820 OECD* [https://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-was-life/gdp-per-capita-since-1820\\_9789264214262-7-en](https://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-was-life/gdp-per-capita-since-1820_9789264214262-7-en) P. Espinoza Revollo. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology note*, op. cit.
- 99 V. Tangcharoensathien, W. Witthayapipopsakul, W. Panichkriangkrai, W. Patcharanarumol and A. Mills. (2018). *Health systems development in Thailand: a solid platform for*

- successful implementation of universal health coverage. The Lancet*, 391(10126):1205-23, <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/29397200>
- 100 Netherlands Embassy in Bangkok. (2018). *Life Sciences and Health in Thailand*. Ministry of Foreign Affairs. <https://www.netherlandsworldwide.nl/binaries/en-nederlandwereldwijd/documents/publications/2018/04/18/factsheet-life-sciences--health-in-thailand/Thailand+-+Factsheet+Life+Sciences+%26+Health.pdf>
- 101 V. Tangcharoensathien et al. (2018). *Health Systems Development in Thailand*. op. cit.
- 102 Veja, por exemplo, H. Patrinos et al. (2009). *The role and impact of public private partnerships in education*. World Bank. <https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/library/role-and-impact-public-private-partnerships-education>
- 103 M. Afridi. (2018). *Equity and Quality in an education public private partnership*. Oxfam Research Paper. <https://www.oxfam.org/en/research/equity-and-quality-education-public-private-partnership-0> e A. Marriott. (2014). *A Dangerous Diversion: Will the IFC flagship PPP bankrupt Lesotho's Ministry of Health?* Oxfam Briefing Note. <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bn-dangerous-diversion-lesotho-health-ppp-070414-en.pdf>
- 104 Veja, por exemplo, Eurodad. (2018). *History RePPeated: How Public Private Partnerships are Failing*. <https://eurodad.org/HistoryRePPeated> e A. Marriott. (2014). *A Dangerous Diversion*. op. cit.
- 105 T.C. Irwin. (2018, October 16). *How to Control the Fiscal Costs of Public-Private Partnerships*. International Monetary Fund (IMF) How-To Notes. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Fiscal-Affairs-Department-How-To-Notes/Issues/2018/10/17/How-to-Control-the-Fiscal-Costs-of-Public-Private-Partnerships-46294>
- 106 CAICC. (2012). *O Distrito como Pólo de Desenvolvimento: Um Olhar da Sociedade Civil*. <https://www.caicc.org.mz/index.php/biblioteca/governacao/3039-o-distrito-como-polo-de-desenvolvimento-um-olhar-da-sociedade-civil>
- 107 Um objetivo explícito do programa financiado pelo Banco Mundial é “ampliar o alcance do Fundo Educacional do Punjab (PEF) a 2,8 milhões de crianças fora da escola”. World Bank. (2016). Third Punjab Education Sector Project. Project Appraisal Document. <http://documents.worldbank.org/curated/en/967701468198234577/pdf/PAD1641-PAD-P154524-R2016-0090-1-Box394887B-OUO-9.pdf>
- 108 M. Afridi. (2018). *Equity and Quality in an education public private partnership*. op. cit.
- 109 De uma entrevista com o jornal *The Guardian*, 18 de setembro de 2018 <https://www.theguardian.com/global-development/video/2018/sep/18/bill-gates-interview-donald-trump-video>
- 110 K. Scheve and D. Stasavage. (2016). *Taxing the Rich*. op. cit. para imposto de renda de pessoa física e impostos sobre herança, e Tax Foundation para imposto de renda de pessoa jurídica: [https://github.com/TaxFoundation/data/blob/master/OECD-corporate-income-tax-rates/OECD\\_corp\\_income\\_tax\\_rates\\_1981-2015.csv#L1](https://github.com/TaxFoundation/data/blob/master/OECD-corporate-income-tax-rates/OECD_corp_income_tax_rates_1981-2015.csv#L1) Observação: Amostra de 20 países ricos. A média da alíquota de imposto de renda máxima em países em desenvolvimento é de 28% – Índice de Compromisso com a Redução de Desigualdades, da Oxfam e do DFI.
- 111 Veja, por exemplo, C. Dubay. (2010). *The Case Against the Death Tax* <https://www.heritage.org/taxes/report/the-economic-case-against-the-death-tax> e Kit Bond Quotes. [https://www.brainyquote.com/quotes/kit\\_bond\\_348278](https://www.brainyquote.com/quotes/kit_bond_348278), acessado em 6 de dezembro de 2018.
- 112 P. Espinoza Revollo. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology note*, op. cit.
- 113 Cálculos da Oxfam com base nos dados da OCDE disponíveis para 35 países-membros e 43 países não membros (médias não ponderadas). OECD Stat. Revenue Statistics – OECD countries: Comparative tables. <https://stats.oecd.org/viewhtml.aspx?datasetcode=REV&lang=en>. Observação: Os impostos que incidem sobre folha de pagamento incluem contribuições para a previdência social e outros impostos sobre remuneração. Os impostos sobre bens e serviços incluem impostos sobre vendas e IVA.
- 114 Dados sobre a queda nas alíquotas de impostos nos Estados Unidos obtidos de T. Piketty. (2014). *Capital in the 21st Century*. Cambridge: Harvard University Press. Dados disponíveis em: <https://ourworldindata.org/grapher/top-income-tax-rates-piketty>
- 115 CEPAL. (2017). *Panorama Fiscal de América Latina y El Caribe*, p. 47: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41044/10/S1700069\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41044/10/S1700069_es.pdf)
- 116 INESC. 2015. “As Implicações do Sistema Tributário Brasileiro nas Desigualdades de Renda”. Brasília. And UK Office for National Statistics (2018) *Effects of taxes and benefits on household income* <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/personalandhouseholdfinances/incomeandwealth/datasets/theeffectsoftaxesandbenefitsonhouseholdincomefinancialyearend>

- ing2014 . Table 14: Average incomes, taxes and benefits by decile groups of ALL households (ranked by UNADJUSTED disposable income), 2016/17.
- 117 C. Isidore. (2013). *Buffett says he's still paying lower tax rate than his secretary*. CNN Money. <https://money.cnn.com/2013/03/04/news/economy/buffett-secretary-taxes/index.html>
- 118 G. Zucman. (2015). *The Hidden Wealth of Nations*. op. cit.; Veja a nota metodológica do relatório Davos 2018, da Oxfam, para uma explicação do funcionamento: D. Hardoon et al. (2018). *Reward Work, Not Wealth. Methodology Note*. <http://dx.doi.org/10.21201/2017.1350>; A. Alstadsaeter et al. (2017) *Tax Evasion and Inequality*. op. cit.
- 119 G. Zucman. (2015). *The Hidden Wealth of Nations*. op. cit.
- 120 Ibid.
- 121 United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2015). *World Investment Report 2015*. [http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf). Outras estimativas sobre o custo da evasão de impostos por empresas nos países em desenvolvimento vão de 47 a 200 bilhões de dólares. E. Crivelli, R. De Mooij and M. Keen. (2015). *Base Erosion, Profit Shifting and Developing Countries*. IMF Working Paper, 15/118, <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp15118.pdf>; T.R. Tørsløv, L.S. Wier and G. Zucman. (2018, June 5). *The Missing Profits of Nations*. NBER Working Paper No. 24701. <http://www.nber.org/papers/w24701>. Veja, especificamente, o Anexo C.4d: <http://gabriel-zucman.eu/files/TWZ2018Appendix.pdf>. As estimativas são relativas a 2015.
- 122 IMF. (2017). *Fiscal Monitor: Tackling Inequality*. op. cit.
- 123 Ibid. e *The Economist*. (2018, August 9). *Overhaul tax for the 21st century*. <https://www.economist.com/leaders/2018/08/09/overhaul-tax-for-the-21st-century>
- 124 J. Ostry, A. Berg and C. Tsangarides. (2014). *Redistribution, Inequality and Growth*. IMF. Staff Discussion Note SDN14/02. <https://doi.org/10.5089/9781484352076.006>
- 125 Cálculos da Oxfam baseados em dados da OCDE. <https://stats.oecd.org/viewhtml.aspx?datasetcode=REV&lang=en>
- 126 KPMG. (2015). *Colombia – New Tax Reform Introduces Wealth Tax for Individuals*. <https://home.kpmg.com/xx/en/home/insights/2015/03/flash-alert-2015-006.html>
- 127 K. Scheve and D. Stasavage (2016) *Taxing the Rich*. op. cit.
- 128 Dados da Tax Foundation. [https://github.com/TaxFoundation/data/blob/master/OECD-corporate-income-tax-rates/OECD\\_corp\\_income\\_tax\\_rates\\_1981-2015.csv#L1](https://github.com/TaxFoundation/data/blob/master/OECD-corporate-income-tax-rates/OECD_corp_income_tax_rates_1981-2015.csv#L1)
- 129 Source: P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology Note*, op cit.
- 130 M. Lawson and M. Martin. (2018). *Commitment to Reducing Inequality index 2018*. Oxfam and Development Finance International. [www.inequalityindex.org](http://www.inequalityindex.org) e <https://www.oxfam.org/en/research/commitment-reducing-inequality-index-2018>. DOI: <http://dx.doi.org/10.21201/2018.3415>.
- 131 Tax Policy Center. (2017). *Distributional Analysis on the Conference Agreement for the Tax Cuts and Jobs Act*. <https://www.taxpolicycenter.org/publications/distributional-analysis-conference-agreement-tax-cuts-and-jobs-act>
- 132 M. Lawson and M. Martin. (2018). *Commitment to Reducing Inequality index 2018*, op. cit.
- 133 C. Kim. (2017). *Rich South Koreans, conglomerates face big tax bill as government seeks to fund welfare*. Reuters. <https://www.reuters.com/article/us-southkorea-economy-tax/rich-south-koreans-conglomerates-face-big-tax-bill-as-government-seeks-to-fund-welfare-idUSKBN1A10Z9>; e Jo He-rim. (2017). *Parliament passes 2018 government budget proposal*. *The Korea Herald*. <http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20171205001033>. Outros aumentos do salário mínimo que haviam sido planejados foram reduzidos diante de fortes críticas da comunidade empresarial e para mitigar o impacto econômico de curto prazo. O presidente Moon está dando um subsídio a pequenas empresas para ajudar a lidar com o aumento. Veja: <http://english.yonhapnews.co.kr/news/2018/09/12/0200000000AEN20180912004251320.htm>
- 134 M. Lawson and M. Martin. (2018). *Commitment to Reducing Inequality index 2018*. op cit.
- 135 A.R. Thomas. (2018). *Sierra Leone launches free school education*. <https://www.thesierraleonetelegraph.com/sierra-leone-launches-free-school-education/> e *The Patriotic Vanguard*. (2018). *Sierra Leone: Parliament concludes debate on the 2019 budget*. <http://www.thepatrioticvanguard.com/sierra-leone-parliament-concludes-debate-on-the-2019-budget>
- 136 J.D. Ostry et al. (a ser publicado). *Confronting Inequality*. op. cit.

- 137 Para detalhes sobre pesquisa e metodologia, veja: D. Hardoon, F. Mager, A. Maitland and G. Zucman. (2018). *Reward Work, Not Wealth: Methodology note*. Oxfam. <https://www.oxfam.org/en/research/reward-work-not-wealth>
- 138 Nos 10 anos desde a crise financeira, o número de bilionários aumentou de 1.125 em 2008 para 2.208 em 2018. Para mais detalhes, veja a nota metodológica: <http://dx.doi.org/10.21201/2019.3651>
- 139 A fortuna total daqueles que permaneceram na lista da Forbes entre 2017 e 2018 (cerca de 1.900) aumentou em torno de 900 bilhões de dólares em um ano, o que equivale a um aumento de 2,5 bilhões por dia. Para mais detalhes, veja a nota metodológica: <http://dx.doi.org/10.21201/2019.3651>
- 140 O mundo tem mais bilionários do que nunca. A lista da Forbes (2018) cresceu 165 entre 2017 e 2018; 316 novos bilionários entraram nela, ou seja, mais do que o dobro do número que saiu, que foi de 151. Para mais detalhes, veja a nota metodológica: <http://dx.doi.org/10.21201/2019.3651>
- 141 Cálculos da Oxfam com base em: Forbes. (2018). *The World's Billionaires*, op. cit, e Credit Suisse. (2018). *World Wealth Report Databook*. Para mais detalhes, veja a nota metodológica: <http://dx.doi.org/10.21201/2019.3651>
- 142 A fortuna de Jeff Bezos era de 112 bilhões de dólares em março de 2018. Para cálculos sobre orçamento de saúde da Etiópia, veja: P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology note*, op. cit.
- 143 Cifra calculada com base na receita anual informada pela Apple em 2017 (229,3 bilhões de dólares). Disponível em: <https://www.apple.com/newsroom/pdfs/fy17-q4/Q4FY17ConsolidatedFinancialStatements.pdf>
- 144 *South China Morning Post*. (2013, April 26). *Sao Paulo's millionaires use helicopters to avoid traffic jams*. <https://www.scmp.com/news/world/article/1223071/sao-paulos-millionaires-use-helicopters-avoid-traffic-jams>; *The Guardian*. (2016, November 25). *How the super-rich beat Jakarta traffic*. <https://www.theguardian.com/cities/2016/nov/25/sky-commuters-how-super-rich-beat-jakarta-traffic-hell-helicopter-helimosine-lippo-group>
- 145 Mmills. (2014, April 06). *10 Universities Where Super Rich Kids Go*. The Richest. <https://www.therichest.com/rich-list/world/10-universities-where-super-rich-kids-go/>
- 146 *The Economist*. (2018). *Selling citizenship is big business – and controversial*. <https://www.economist.com/international/2018/09/29/selling-citizenship-is-big-business-and-controversial>
- 147 Outras maneiras para os governos enfrentarem a extrema concentração de riqueza são ações para mudar as desigualdades de mercado que produziram esses extremos. Esse é o tópico de dois documentos anteriores da Oxfam: D. Pimentel et al. (2018). *Reward Work, Not Wealth* (<https://www.oxfam.org/en/research/reward-work-not-wealth>) e D. Hardoon. (2017). *An Economy for the 99%*. Oxfam. <https://www.oxfam.org/en/research/economy-99>
- 148 Por exemplo, veja a evolução das alíquotas máximas nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e no Reino Unido: <https://ourworldindata.org/grapher/top-income-tax-rates-piketty>. No Reino Unido, ela era de 45% em 2017, a mesma de 1917.
- 149 A. Shorrocks et al. (2018). *World Wealth Report 2018*. op. cit.
- 150 Ibid.
- 151 A estimativa de 7.6 trilhões de dólares é de G. Zucman. (2015). *The Hidden Wealth of Nations*. op. cit. A estimativa de 200 bilhões de dólares é de G. Zucman para a Oxfam em D. Hardoon et al. (2018). *Reward Work, Not Wealth: Methodology note*. op. cit.
- 152 J. Meers. (2018, October 19). *Cumex Files: European Taxpayers Cheater out of €55 Billion*. Organized Crime and Corruption Reporting Project. <https://www.occrp.org/en/27-ccwatch/cc-watch-briefs/8772-cumex-files-european-taxpayers-cheated-out-of-55-billion>
- 153 D. Barstow, S. Craig and R. Buettner. (2018, October 2). *Trump Engaged in Suspect Tax Schemes as He Reaped Riches From His Father*. The New York Times. <https://www.nytimes.com/interactive/2018/10/02/us/politics/donald-trump-tax-schemes-fred-trump.html>
- 154 R. Neate. (2018, August 9). *Britain's richest person to leave UK for tax-free Monaco*. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/business/2018/aug/09/britains-richest-man-to-leave-uk-for-tax-free-monaco>
- J. Henley. (2018, June 2). *Citizenship for sale: how tycoons can go shopping for a new passport*. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2018/jun/02/citizenship-by-investment-passport-super-rich-nationality>
- 155 CEPAL. (2017). *Panorama Fiscal de América Latina y El Caribe*, p. 47. [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41044/10/S1700069\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41044/10/S1700069_es.pdf)
- 156 Veja, por exemplo, A. Laffer. (2004). *The Laffer Curve: Past, Present and Future*. Heritage

Foundation.

- 157 IMF. (2017). *Fiscal Monitor: Tackling Inequality*. op. cit.
- The Economist*. (2018, August 9). Overhaul tax for the 21st century. <https://www.economist.com/leaders/2018/08/09/overhaul-tax-for-the-21st-century>
- 158 J. Ostry et al. (2014). *Redistribution, Inequality and Growth*. op. cit.
- 159 Para uma discussão sobre o impacto potencial de impostos e subsídios sobre a desigualdade, veja Joumard, Isabelle, Mauro Pisu and Debbie Bloch. (2012). *Tackling income inequality: The role of taxes and transfers*, OECD Journal: Economic Studies, publicado antes na internet. [http://dx.doi.org/10.1787/eco\\_studies-2012-5k95xd6l65lt](http://dx.doi.org/10.1787/eco_studies-2012-5k95xd6l65lt)
- 160 Embora a pobreza extrema tenha diminuído, em média, um ponto percentual por ano entre 1990 e 2015, a redução entre 2013 e 2015 foi de apenas um ponto percentual e vem perdendo velocidade desde então. Veja: World Bank. (2018a). *Poverty and Shared Prosperity 2018*. op. cit. Veja World Bank. (2018a). *Poverty and Shared Prosperity 2018*. op. cit.
- 161 Embora a pobreza extrema tenha diminuído, em média, um ponto percentual por ano entre 1990 e 2015, a redução entre 2013 e 2015 foi de apenas um ponto percentual. Veja: World Bank. (2018a). *Poverty and Shared Prosperity 2018*. op. cit.
- 162 World Bank. (2018a). *Poverty and Shared Prosperity 2018*. op. cit. conclui que metade da população mundial vive com menos de 5,50 dólares por dia, e 100 milhões de pessoas são jogadas na extrema pobreza por gastos com saúde a cada ano. World Health Organization and World Bank. (2017). *Tracking Universal Health Coverage: 2017 Global Monitoring Report*. op. cit.
- 163 World Bank. (2018a). *Poverty and Shared Prosperity 2018*. op. cit.
- 164 World Bank. (2016). *A Cover Note to the Report of the Commission on Global Poverty*. <http://pubdocs.worldbank.org/en/733161476724983858/MonitoringGlobalPovertyCoverNote.pdf>
- 165 World Bank. (2018a). *Poverty and Shared Prosperity 2018*. op. cit.
- 166 World Bank. (2018a). *Poverty and Shared Prosperity*, op. cit.
- 167 P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology Note*, op. cit.
- 168 R. Kochhar. (2017). *Middle Class Fortunes in Western Europe*. <http://www.pewglobal.org/2017/04/24/middle-class-fortunes-in-western-europe/> Pew Research Centre
- 169 F. Alvaredo, L. Chancel, T. Piketty, E. Saez and G. Zucman. (2017). *The World Inequality Report 2018*. World Inequality Lab. <https://wir2018.wid.world>
- 170 As projeções do Banco Mundial mostram que, com os atuais índices de crescimento econômico, a pobreza extrema não será erradicada até 2030, a menos que se reduza a desigualdade, fazendo com que a renda dos 40% mais pobres da população cresça mais rápido do que a dos demais. Sem redução da desigualdade, mesmo se dobrarmos os índices de crescimento econômico, cerca de 3,7% da população mundial viverão em extrema pobreza. World Bank. (2018a). *Poverty and Shared Prosperity 2018*. op. cit. p. 24.
- 171 Estima-se que os homens sejam proprietários de 60% da riqueza global. Veja: A. Shorrocks et al. (2018) *World Wealth Report 2018*. op. cit.
- 172 UN Women. (2018). *Turning Promises Into Action*. op. cit.
- 173 A. Shorrocks et al. (2018). *World Wealth Report 2018*. op. cit.
- 174 A. Shorrocks, J. Davies and R. Lluberás. (2018). *Global Wealth Report*. <https://www.credit-suisse.com/corporate/en/research/research-institute/global-wealth-report.html>
- 175 M. Chang. (2015). *Women and Wealth: Insights for grantmakers*, Asset Funders Network. [https://www.mariko-chang.com/AFN Women and Wealth Brief 2015.pdf](https://www.mariko-chang.com/AFN%20Women%20and%20Wealth%20Brief%202015.pdf)
- 176 A. Guereña and S. Burgos. (2016). *Unearthed: Land, Power And Inequality In Latin America*, [https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file\\_attachments/bp-land-power-inequality-latin-america-301116-en.pdf](https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp-land-power-inequality-latin-america-301116-en.pdf) e M.R. Carter. (2000). *Land Ownership Inequality and the Income Distribution Consequences of Economic Growth*. WIDER Working Papers (1986-2000) 2000/201. Helsinki: UNU-WIDER. <https://www.wider.unu.edu/publication/land-ownership-inequality-and-income-distribution-consequences-economic-growth>
- 177 World Bank. (2012). *World Development Report 2012: Gender Equality and Development*. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/4391>
- 178 Calculado usando dados sobre a incidência de proprietários rurais femininos e masculinos em proporção à população total feminina e masculina. Fonte: Living Standards

- Measurements Study – Bangladesh Integrated Household Survey found in FAO Gender and Land Rights Database: <http://www.fao.org/gender-landrights-database/en/>
- 179 M. Chang. (2015). *Women and Wealth: Insights for grantmakers*. Asset Funders Network. [https://www.mariko-chang.com/AFN\\_Women\\_and\\_Wealth\\_Brief\\_2015.pdf](https://www.mariko-chang.com/AFN_Women_and_Wealth_Brief_2015.pdf)
- 180 C.D. Deere and C.R. Doss. (2006). *The Gender Asset Gap: What Do We Know and Why Does It Matter?* *Feminist Economics*, 12(1-2): 1-50. <https://doi.org/10.1080/13545700500508056>
- 181 D. Pimentel et al. (2018). *Reward Work, Not Wealth*, op. cit.
- 182 World Bank. (2012). *World Development Report 2012*, op. cit.
- 183 IMF. (2018). *Pursuing Women's Economic Empowerment*. <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2018/05/31/pp053118pursuing-womens-economic-empowerment>
- 184 World Bank. (2018a). *Poverty and Shared Prosperity 2018*. op. cit.
- 185 Veja, por exemplo, M. Wolf. (2017, June 27). *The economic origins of the populist surge*. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/5557f806-5a75-11e7-9bc8-8055f264aa8b> ou Council on Foreign Relations. (2017, February 23). *Inequality and the rise of Authoritarianism*. Transcrição de painel com a participação de J.A. Goldstone, K.R. McNamara e S. Hamid. <https://www.cfr.org/event/inequality-and-rise-authoritarianism>
- 186 E.D. Gould and A. Hijzen. (2016). *Growing Apart, Losing Trust? The Impact of Inequality on Social Capital*. IMF. Working Paper WP/16/176. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2016/wp16176.pdf>
- 187 P. Fajnzylber, D. Lederman and N. Loayza. (2002). *Inequality and Violent Crime*. *Journal of Law and Economics*, 45(1):1-40. <https://doi.org/10.1086/338347>; R. Wilkinson and K. Pickett (2009). *The Spirit Level*. Op. cit.
- 188 R. Wilkinson and K. Pickett. (2018). *The Inner Level*. op. cit.
- 189 T. Gore. (2015). *Extreme Carbon Inequality*. Oxfam Media Briefing. [https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file\\_attachments/mb-extreme-carbon-inequality-021215-en.pdf](https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/mb-extreme-carbon-inequality-021215-en.pdf)
- 190 D. Woodward. (2015). Incrementum ad Absurdum: *Global Growth, Inequality and Poverty Eradication in a Carbon-Constrained World*. *World Social and Economic Review*, 4:43-62. <http://wer.worldeconomicsassociation.org/files/WEA-WER-4-Woodward.pdf>
- 191 A. Narayan, R. Van der Weider, A. Cojocar, C. Lakner, S. Redaelli, D.G. Mahler, R.G.N. Ramasubbaiah and S. Thewissen. (2018). *Fair Progress? Economic Mobility across Generations around the World*. World Bank. <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/publication/fair-progress-economic-mobility-across-generations-around-the-world>
- O. Galor and J. Zeira. (1993). *Income Distribution and Macroeconomics*. *The Review of Economic Studies*, 60(1): 35-52. <https://academic.oup.com/restud/article-abstract/60/1/35/1576085?redirectedFrom=fulltext>
- 192 A. Narayan et al. (2018). *Fair Progress? Economic Mobility across Generations around the World*. op. cit.
- 193 Ibid.
- 194 H.X. Thanh. (2018). *Social Mobility and Equality of Opportunity in Vietnam: Trends and impact factors*. Oxfam in Vietnam. [https://vietnam.oxfam.org/policy\\_paper/social-mobility-and-equality-opportunity-vietnam-trends-and-impact-factors](https://vietnam.oxfam.org/policy_paper/social-mobility-and-equality-opportunity-vietnam-trends-and-impact-factors)
- 195 C. Daude. (2013). *Education and Social Mobility in Latin America*. *LASA Forum*, XLIV (2):7-9. <https://forum.lasaweb.org/files/vol44-issue2/Debates3.pdf>
- 196 El Colegio de México. (2016). *Encuesta de Movilidad Social*. Extraído em setembro de 2018 de Resultado. <https://movilidadsocial.colmex.mx/index.php/resultados>
- 197 Dados obtidos de Kenya Demographic and Health Survey 2014, tabelas 3.2.1 e 3.2.2. Apenas 0,4% das mulheres jovens do quintil inferior de riqueza estudam além do ensino médio, em comparação com 35,7% dos homens jovens do quintil superior. Kenya National Bureau of Statistics. (2015). *Kenya Demographic and Health Survey 2014*. <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/fr308/fr308.pdf>
- 198 Dados obtidos de Kenya Demographic and Health Survey 2014, op. cit. Uma criança do quintil mais rico estuda, em média, 11,78 anos, em comparação com 6,15 de uma criança do quintil inferior.
- 199 Global Campaign for Education Privatisation Paper. (2016). *Private Profit, Public Loss: why the push for low-fee private schools is throwing quality education off track*. <http://www.right-to-education.org/resource/private-profit-public-loss-why-push-low-fee->

private-schools-throwing-quality-education

- 200 Ministry of Health – MOH/Nepal, New ERA/Nepal, and ICF. (2017). *Nepal Demographic and Health Survey 2016*. Kathmandu, Nepal: MOH/Nepal, New ERA/Nepal, and ICF. Disponível em: <https://dhsprogram.com/publications/publication-fr336-dhs-final-reports.cfm>. Tabelas 8.3, 3.3.1. e 3.3.2.
- 201 O índice de mortalidade infantil da população negra dos Estados Unidos é de 11,4 por 1.000 nascidos vivos, e o da população branca, de 4,9. Fonte: “2016 Period Linked Birth/Infant Death Data Set”. National Centre for Health and Statistics, Centers for Disease Control and Prevention (p. 80). Disponível em: [ftp://ftp.cdc.gov/pub/Health\\_Statistics/NCHS/Dataset\\_Documentation/DVS/periodlinked/LinKPE16Guide.pdf](ftp://ftp.cdc.gov/pub/Health_Statistics/NCHS/Dataset_Documentation/DVS/periodlinked/LinKPE16Guide.pdf)
- 202 Ibid. O índice de mortalidade infantil da Líbia em 2018 foi de 10,6. Fonte: The World Bank. (2018b). *Mortality rate, infant (per 1,000 live births)* | Data. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.IMRT.IN>
- 203 J.L. Ward and R.M. Viner. (2017). *The impact of income inequality and national wealth on child and adolescent mortality in low and middle-income countries*. BMC Public Health 17:429. <https://doi.org/10.1186/s12889-017-4310-z>
- 204 A. Marriott. (2009). *Blind Optimism: Challenging the myths about private healthcare in poor countries*. op. cit.
- 205 Indian Institute of Dalit Studies. (2012). *Social Exclusion and Rural Poverty: Role of Discrimination and General Factors in Access to Government Schemes for Employment, Food, Health Services, Agricultural Land and Forest Resources in the Poorest Areas in India*. New Delhi: Indian Institute of Dalit Studies. <http://www.dalitstudies.org.in/completed-programmes-projects.php?&p=2>
- 206 Office for National Statistics. (2014). *Life Expectancy at Birth and at Age 65 by Local Areas in the United Kingdom: 2006-08 to 2010-12*. <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/lifeexpectancies/bulletins/lifeexpectancyatbirthandage65bylocalareasintheunitedkingdom/2014-04-16#animated-maps-and-reference-tables>
- 207 Rede Nossa São Paulo. (2017). op. cit.
- 208 Oxfam international. (2017). *An Economy for the 99%*. op. cit.
- 209 J. Ostry et al. (2018). *Economic Gains From Gender Inclusion: New Mechanisms, New Evidence*. IMF. Staff Discussion Note SDN 18/06. <https://doi.org/10.5089/9781484337127.006>
- 210 Ibid.
- 211 Veja, por exemplo: I. Ilkcaracan, K. Kim and T. Kaya. (2015). *The Impact of Public Investment in Social Care Services on Employment, Gender Equality, and Poverty: The Turkish Case*. Istanbul Technical University Women’s Studies Center in Science, Engineering and Technology e The Levy Economics Institute. [http://www.levyinstitute.org/pubs/rpr\\_8\\_15.pdf](http://www.levyinstitute.org/pubs/rpr_8_15.pdf); e Q. Wodon, C. Montenegro, H. Nguyen and A. Onagoruwa. (2018). *Missed Opportunities: The high cost of not educating girls*. op. cit.
- 212 M. Cerrutti. (2000). *Economic Reform, Structural Adjustment and Female Labor Force Participation in Buenos Aires, Argentina*. World Development, 28(5): 879-91. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X99001631>
- 213 European Women’s Lobby. (2012). *The price of austerity – The impact on women’s rights and gender equality in Europe*. Extraído de [https://www.womenlobby.org/IMG/pdf/the\\_price\\_of\\_austerity\\_-\\_web\\_edition.pdf](https://www.womenlobby.org/IMG/pdf/the_price_of_austerity_-_web_edition.pdf)
- 214 World Health Organization. (2018). *Women in the Health Workforce* <http://www.who.int/hrh/events/2018/women-in-health-workforce/en/>. Veja, também, World Bank. (2017). *Primary education, teachers (% female)*. <https://data.worldbank.org/indicator/SE.PRM.TCHR.FE.ZS>
- 215 Ibid. As mulheres são 70% dos trabalhadores de saúde e 65% dos professores do ensino fundamental no mundo.
- 216 Veja, por exemplo, I. Ilkcaracan et. al. (2015). *The Impact of Public Investment in Social Care Services on Employment, Gender Equality, e Poverty*. op. cit. Q. Wodon et al. (2018). *Missed Opportunities: The high cost of not educating girls*. op. cit.
- 217 K.A. Lahey. (2018). *Gender, Taxation and Equality in Developing Countries*. UN Women. <http://gender-financing.unwomen.org/en/resources/g/e/n/gender-and-taxation-discussion-paper>
- 218 C. Ngozi Adichie. (2014). *We Should All Be Feminists*. Penguin Random House .
- 219 McKinsey Global Institute. (2015). *The Power of Parity*. op. cit.

- 220 Cifra calculada com base na receita anual informada pela Apple em 2017 (229,3 bilhões de dólares). Disponível em: Apple Inc. *Condensed Consolidated Statements Of Operations (Unaudited)* <https://www.apple.com/newsroom/pdfs/fy17-q4/Q4FY17ConsolidatedFinancialStatements.pdf>
- 221 Cifra calculada com base na receita anual informada pela Apple em 2017 (229,3 bilhões de dólares). Disponível em: <https://www.apple.com/newsroom/pdfs/fy17-q4/Q4FY17ConsolidatedFinancialStatements.pdf>
- 222 Esses são números relativos ao trabalho de cuidado total, incluindo o cuidado não remunerado que é feito juntamente com outras atividades. L. Karimli, E. Samman, L. Rost and T. Kidder. (2016). *Factors and Norms Influencing Unpaid Care Work: Household survey evidence from five rural communities in Colombia, Ethiopia, the Philippines, Uganda and Zimbabwe*. Oxfam. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/10546/620145/1/er-household-care-survey-wecare-151116-en.pdf>.
- 223 Ibid. Número médio de horas gastas por mulheres e homens em cuidados não remunerados como atividade básica, a partir de dois estudos separados feitos em seis países em desenvolvimento; e E. Pacheco and N. Florez. (2014). "Entre lo rural y lo urbano. Tiempo y desigualdades de genero", in B. Garcia and E. Pacheco (eds.) *Uso del tiempo y trabajo no remunerado en Mexico*. pp. 223-63. <https://www.jstor.org/stable/j.ctt1r69w16>
- 224 Na Tunísia, em 2011/12, 81% das crianças de 3 a 4 anos dos 20% das famílias mais ricas frequentaram um programa de educação para a primeira infância, comparados com apenas 13% das crianças de 3 a 4 anos das 20% famílias mais pobres. Fontes: UNESCO. (2016). *Education for people and planet: Creating sustainable futures for all*. Global Education Monitoring Report 2016. <https://en.unesco.org/gem-report/report/2016/education-people-and-planet-creating-sustainable-futures-all> e Ministère du Développement et de la Coopération Internationale, MDCI – Institut National de la Statistique et Fonds des Nations Unies pour l'Enfance. (2013). *Suivi de la situation des enfants et des femmes en Tunisie- Enquête par grappes à indicateurs multiples 2011-2012*, Rapport Final, Juin 2013. <http://mics.unicef.org/surveys>
- 225 Inter-American Development Bank (IDB). (2016, July 21). *IDB supports Uruguay's National Integrated Care System*. <https://www.iadb.org/en/news/news-releases/2016-07-21/uruguays-national-integrated-care-system%2C11522.html>
- 226 V. Esquivel and A. Kaufmann. (2017). *Innovations in Care: New Concepts, New Actors, New Policies*. Friedrich-Ebert-Stiftung. <http://library.fes.de/pdf-files/iez/13282.pdf>
- 227 A. Langer et al. (2015) *Women and Health: the key for sustainable development*. op. cit. B. Heilman et al. (2017). *State of the World's Fathers: Time for Action*. op. cit.
- 228 A. Parvez Butt et al. (2018). *Exploring the Need for Gender-Equitable Fiscal Policies for a Human Economy: Evidence from Uganda and Zimbabwe*. Oxfam Research Report. <https://doi.org/10.21201/2017.1725>
- 229 R. Paes de Barros et al. (2011). *The Impact of Free Childcare on Women's Labor Force Participation: Evidence from Low-Income Neighborhoods of Rio de Janeiro*. Conference Paper, World Bank Economists' Forum 2010. [https://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/84797-1104597464088/598413-1302096012728/Pedro-Olinto\\_access\\_to\\_free\\_childcare.pdf](https://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/84797-1104597464088/598413-1302096012728/Pedro-Olinto_access_to_free_childcare.pdf)
- 230 J. De Henau, S. Himmelweit and D. Perrons. (2017). *Investing in the care economy: Simulating employment effects by gender in countries in emerging economies*. International Trade Union Confederation. [https://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/care\\_economy\\_2\\_en\\_web.pdf](https://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/care_economy_2_en_web.pdf)
- 231 K. Kim, I. Ilkkaracan and T. Kaya. (2017). *Investing in Social Care Infrastructure and Employment Generation: A Distributional Analysis of the Care Economy in Turkey*. Levy Economics Institute Working Paper No. 882. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2924794>
- 232 B. Jacobs et al. (2011). *Addressing access barriers to health services: an analytical framework for selecting appropriate interventions in low-income Asian countries*. *Health Policy and Planning*, 2011:1-13. [http://www.who.int/alliance-hpsr/resources/alliancehpsr\\_jacobs\\_ir\\_barriershealth2011.pdf](http://www.who.int/alliance-hpsr/resources/alliancehpsr_jacobs_ir_barriershealth2011.pdf)
- World Health Organization Western Pacific Region. (2007). *Reaching the Poor: Challenges for Child Health in the Western Pacific Region*, chapter 7. [http://www.wpro.who.int/publications/docs/ReachingthePoor\\_ChildHealthandPoverty\\_Part2.pdf](http://www.wpro.who.int/publications/docs/ReachingthePoor_ChildHealthandPoverty_Part2.pdf)
- O. O'Donnell. (2007). *Access to health care in developing countries: breaking down demand side barriers*. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(12):2820-34. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2007001200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001200003)
- 233 C. Chiang, S.A. Labeeb, M. Higuchi, A.G. Mohamed, A. Aoyama. (2013). *Barriers to the use of basic health services among women in rural southern Egypt (Upper Egypt)*. *Nagoya Journal of Medical Science*, 75(3-4):225-31.

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4345669/>

- 234 Veja, por exemplo, A. Green. (1990). *Education and State Formation: the Rise of Education Systems in England, France and the USA*. London: Macmillan.
- O. Grell, A. Cunningham and R. Jütte (eds). (2002). *Health care and poor relief in 18th and 19th century Northern Europe*. Abingdon: Routledge.
- 235 G. Verbist, M.F. Förster and M. Vaalavuo (2012) *The Impact of Publicly Provided Services on the Distribution of Resources: Review of New Results and Methods*. OECD Social, Employment and Migration Working Papers, No. 130, OECD Publishing, p. 35. [https://www.researchgate.net/publication/241764369\\_The\\_Impact\\_of\\_Publicly\\_Provided\\_Services\\_on\\_the\\_Distribution\\_of\\_Resources\\_Review\\_of\\_New\\_Results\\_and\\_Methods](https://www.researchgate.net/publication/241764369_The_Impact_of_Publicly_Provided_Services_on_the_Distribution_of_Resources_Review_of_New_Results_and_Methods).
- 236 I. Marx, B. Nolan and J. Olivera. (2015). *The Welfare State and Antipoverty Policy in Rich Countries*. In A.B. Atkinson and F. Bourguignon. (eds). *Handbook of Income Distribution*, Vol. 2B, pp. 2063-2139. Amsterdam: Elsevier.
- 237 Para o período de 1970 a 2009. J. Martinez-Vazquez, V. Vulovic and B. Moreno-Dodson. (2012). *The Impact of Tax and Expenditure Policies on Income Distribution: Evidence from a Large Panel of Countries*. *Review of Public Economics* 200:95-130.
- 238 N. Lustig. (2015). *The Redistributive Impact of Government Spending on Education and Health*. op. cit.
- 239 GPE Secretariat. (2016). *5 ways education can help end extreme poverty*. op. cit.
- 240 World Health Organization and World Bank. (2017). *Tracking Universal Health Coverage: 2017 Global Monitoring Report*. op. cit.
- 241 Ibid.
- 242 A. Harris. (2016). *10 reasons why clean water can help end poverty*. Plan International. <https://plan-uk.org/blogs/10-reasons-why-clean-water-can-help-end-poverty>
- 243 United Nations Development Programme (2006), *Human Development Report 2006, Beyond Scarcity: power poverty and the global water crisis*. New York: Palgrave Macmillan, p. 45. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2006>.
- 244 Ibid.
- 245 IMF. (2017). *Fiscal Monitor: Tackling Inequality*. op. cit.
- 246 Cálculos próprios baseados no banco de dados World Development Indicators (WDI) do Banco Mundial. Dados de PIB per capita para Tailândia e Etiópia foram recalculados de 2011 para 1990, considerando paridade de poder de compra em US\$. Os valores dos PIBs dos Estados Unidos e Canadá foram obtidos de J. Bolt, M. Timmer and J.L. van Zanden. (2014). *GDP per capita since 1820*. [https://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-was-life/gdp-per-capita-since-1820\\_9789264214262-7-en](https://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-was-life/gdp-per-capita-since-1820_9789264214262-7-en). In J. van Zanden et al. (eds.) *How Was Life? Global Well-being since 1820*. Paris: OECD. [https://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-was-life\\_9789264214262-en](https://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-was-life_9789264214262-en). P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology note*, op. cit.
- 247 V. Tangcharoensathien et. al. (2018). *Health systems development in Thailand*. op. cit.
- 248 Netherlands Embassy in Bangkok. (2018). *Life Sciences and Health in Thailand*. Netherlands Ministry of Foreign Affairs. <https://www.netherlandsworldwide.nl/binaries/en-nederlandwereldwijd/documents/publications/2018/04/18/factsheet-life-sciences--health-in-thailand/Thailand++Factsheet+Life+Sciences+%26+Health.pdf>
- 249 V. Tangcharoensathien et al. (2018). *Health systems development in Thailand*. op. cit.
- 250 As pessoas do quintil inferior usam mais os serviços de saúde do que as mais ricas, tanto hospitalares quanto ambulatoriais. A análise da incidência de benefícios também confirma que os subsídios do governo foram mais direcionados ao grupo mais pobre do que aos mais ricos. S. Limwattananon, V. Tangcharoensathien, K. Tisayaticom, T. Boonyapaisarncharoen and P. Prakongsai. (2012). *Why has the Universal Coverage Scheme in Thailand achieved a pro-poor public subsidy for health care? BMC Public Health*, 12 (Suppl 1): S6. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3382621/>
- 251 Cálculos próprios baseados no banco de dados World Development Indicators (WDI) do Banco Mundial. Dados de PIB per capita para Tailândia e Etiópia foram recalculados de 2011 para 1990, considerando paridade de poder de compra em US\$. Os valores do PIB dos Estados Unidos foram obtidos de J. Bolt, M. Timmer and J. Luiten van Zanden. (2014). *GDP per capita since 1820 OECD* [https://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-was-life/gdp-per-capita-since-1820\\_9789264214262-7-en](https://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-was-life/gdp-per-capita-since-1820_9789264214262-7-en) P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology note*, op. cit.
- 252 Baseado em uma proporção aluno/professor de 55:1 e em uma população do ensino fundamental de 35 milhões, usando dados do UNESCO Institute for Statistics, do World Bank Data. <https://data.worldbank.org/indicator/SE.PRM.ENRL.TC.ZS?locations=ET>

- 253 Z. Paulos and A. Zeyede. (2017). *National Education Sector Budget Brief: 2006-2016*. UNICEF Ethiopia. [https://www.unicef.org/esaro/UNICEF\\_Ethiopia\\_--\\_2017\\_--\\_Education\\_Budget\\_Brief.pdf](https://www.unicef.org/esaro/UNICEF_Ethiopia_--_2017_--_Education_Budget_Brief.pdf)
- 254 Ibid.
- 255 WaterAid. (2017). *Wild Water: The State of the World's Water*. <https://reliefweb.int/report/world/wild-water-state-world-s-water-2017>
- 256 A. Harris. (2016). *10 reasons why clean water can help end poverty*. op. cit.
- 257 The World Bank. (2018). *World Development Report 2018*. op. cit.
- 258 Em termos globais, o número de mortes de crianças com menos de cinco anos caiu de 12,7 milhões em 1990 para 6,3 milhões em 2013. UNICEF. (2018). *Child Mortality – UNICEF Data* <https://data.unicef.org/topic/child-survival/under-five-mortality/>
- 259 UN-AIDS. (2014). *The Gap Report*. [http://www.unaids.org/sites/default/files/media\\_asset/UNAIDS\\_Gap\\_report\\_en.pdf](http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/UNAIDS_Gap_report_en.pdf)
- 260 World Health Organization and World Bank. (2017). *Tracking Universal Health Coverage: 2017 Global Monitoring Report*. op. cit.
- 261 UNESCO. (2017). *Global Education Monitoring Report 2017/8*. op. cit.
- 262 Ibid.
- 263 World Health Organization and UNICEF. (2017). *Progress on Drinking Water, Sanitation and Hygiene*. <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/258617/9789241512893-eng.pdf?sequence=1>
- 264 World Bank. (2018). *World Development Report 2018*. op. cit.
- 265 F. Chao et. al. (2018). *National and regional under-5 mortality rate by economic status for low-income and middle-income countries*. op. cit.
- 266 Dados de Health Equity Assessment Toolkit (HEAT). <https://whoequity.shinyapps.io/HEAT/>
- 267 M. Kruk et al. (2018). *Mortality due to low-quality health systems in the universal health coverage era*. op. cit.
- 268 Dr M. Mackintosh et al. (2016). *What Is The Private Sector? Understanding Private Provision In The Health Systems Of Low-Income And Middle-Income Countries*. *The Lancet*, 388. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(16\)00342-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(16)00342-1)
- 269 ICICI Securities Ltd. (2017). *World class health infra at competitive prices to fuel Indian medical tourism boom*. <http://content.icicidirect.com/mailimages/MedicalTourismFeb17.htm>
- 270 Ibid.
- 271 M. Kruk et al. (2018). *Mortality due to low-quality health systems in the universal health coverage era*. op. cit.
- 272 Dr M. Mackintosh et al. (2016). *What Is The Private Sector?* op. cit.
- 273 S. Kumar Hooda (June 28, 2018). *NHPS is simply not sustainable*. *Financial Express*. [https://www.researchgate.net/publication/327437290\\_NHPS\\_is\\_simply\\_not\\_sustainable](https://www.researchgate.net/publication/327437290_NHPS_is_simply_not_sustainable) and <https://www.indiatoday.in/magazine/up-front/story/20181008-modicare-more-business-less-care-1350008-2018-09-28>
- 274 National Commission for Protection of Child Rights, Government of India. (2013). *Utilization of Free Medical Services by Children Belonging to the Economically Weaker Sections (EWS) in Private Hospitals in New Delhi, 2011-12: A Rapid Appraisal*. <http://ncpcr.gov.in/showfile.php?lid=115>; J. Singh. (2015). *Delhi hospitals freed of poor*. <https://www.downtoearth.org.in/coverage/delhi-hospitals-freed-of-poor-44376>; A Dutt. (2018). *SC reads riot act to Delhi's private hospitals, orders free treatment of poor*. *Hindustan Times*. <https://www.hindustantimes.com/india-news/sc-reads-riot-act-to-delhi-s-private-hospitals-orders-free-treatment-of-poor/story-aUXWZBW7wJhARZ3Ss0FOpJ.html>
- 275 Oxfam India. (2015). *Financing Healthcare for all in India: Towards a Common Goal*. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/556476/wp-financing-healthcare-for-all-india-290515-en.pdf?sequence=1>
- 276 N. Devadasan, T. Seshdri, M. Trivedi and B. Criel. (2013). *Promoting universal financial protection: evidence from the Rashtriya Swasthya Bima Yojana (RSBY) in Gujarat, India*. *Health Research Policy and Systems*, Volume 11, No. 1; S. Nandi et. al. (2012). *The Implementation of RSBY in Chhattisgarh, India: A study of the Durg district*, Volume 2, No. 1. <https://hcs.pitt.edu/ojs/index.php/hcs/article/view/61/99>. S. Nandi. (2018). *Modicare: More business, less care*. <https://www.indiatoday.in/magazine/up-front/story/20181008-modicare-more-business-less-care-1350008-2018-09-28>. Dr M. Nundy et al. (2013) *The Rashtriya Swasthya Bima Yojana (RSBY) Experience in Chhattisgarh Sama – Resource*

- Group for Women and Health: What does it mean for Health for All?*  
[http://phrsindia.org/wp-content/uploads/2015/08/RSBY\\_Health-for-All\\_CG-experience.pdf](http://phrsindia.org/wp-content/uploads/2015/08/RSBY_Health-for-All_CG-experience.pdf)
- 277 R. Srivastava. (2018). *Private doctors perform most hysterectomies in India: Survey*. Reuters (2018, January 11). <https://www.reuters.com/article/us-india-women-health/private-doctors-perform-most-hysterectomies-in-india-survey-idUSKBN1F02GJ>; Oxfam. (2013). *Unregulated and Unaccountable: How the private health care sector in India is putting women's lives at risk*. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/268392/mb-unregulated-unaccountable-private-healthcare-india-060213-en.pdf?sequence=1>; N. Kohli (2018, September 18) *Experts raise concerns about rising hysterectomies in India. This Week*. <https://www.theweek.in/leisure/lifestyle/2018/09/18/Experts-raise-concern-about-rising-hysterectomies-in-India.html>
- 278 The World Bank. (2018). *World Development Report 2018*. op. cit.
- 279 Em tempos de seca, o preço de 20 litros de água sobe para 20 xelins quenianos (0,2 dólares) por litro para as pessoas mais pobres. A água pública custa 0,5 xelins por litro. M. Schreurs. (2018) Correspondência com o autor. (Marcel Schreurs é diretor administrativo da Maji Mielele Ltd.).
- 280 M. Lawson and M. Martin. (2018). *Commitment to Reducing Inequality index 2018*. op. cit.
- 281 Veja, por exemplo, World Bank. (2004). *World Development Report 2004: Making Services Work for Poor People*. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5986>
- 282 IMF. (2017). *Fiscal Monitor: Tackling Inequality*. op. cit. e C. Mariotti et al. (2017). *Great expectations: is the IMF turning words into action on inequality?* <https://www.oxfam.org/en/research/great-expectations-imf-turning-words-action-inequality>. Oxfam International
- 283 I. Ortiz and M. Cummins. (2013). *Austerity Measures in Developing Countries: Public Expenditure Trends and the Risks to Children and Women*. *Feminist Economics*, 19(3):55-81. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13545701.2013.791027?src=recsys&journalCode=rfec20>
- T. Cavero and K. Poinasamy. (2013). *A Cautionary Tale: The true cost of austerity and inequality in Europe*. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/a-cautionary-tale-the-true-cost-of-austerity-and-inequality-in-europe-301384>
- 284 World Bank. (2004). *World Development Report 2004*. op. cit.; Oxfam. (2018). *Harmful side effects: how drug companies undermine global health*. <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/harmful-side-effects-how-drug-companies-undermine-global-health-620547>.
- 285 Oxfam. (2018). *Harmful side effects*. op. cit.
- 286 D. Gotham et. al. (2017). *Estimated generic prices for novel treatments for drug-resistant tuberculosis*. *Journal of Antimicrobial Chemotherapy*, 72(4): 1243-52. <https://doi.org/10.1093/jac/dkw522>
- 287 E. Seery (2014). *Working for the Many: Public services fight inequality*. Oxfam. <http://oxf.am/RZn>
- 288 Em seu trabalho no Commitment to Equity (CEQ) Institute, Nora Lustig identifica quatro tipos de desigualdade de renda. A primeira é a desigualdade de mercado, ou seja, aquela resultante da alocação de renda a famílias e empresas antes da intervenção do governo por meio de impostos e transferências. A segunda é a renda disponível, isto é, o montante da renda após o desconto de impostos diretos e transferências. A terceira é a renda consumível, a quantia restante depois dos impostos e transferências indiretas, e a renda final é a quantia quando se leva em consideração o valor em dinheiro da educação e dos serviços de saúde. Veja, por exemplo, N. Lustig. (2017). *Fiscal policy, Inequality and the Poor in the Developing World*. [http://www.commitmenttoequity.org/wp-content/uploads/2017/08/CEQ\\_WP23\\_Lustig\\_July2017v2.pdf](http://www.commitmenttoequity.org/wp-content/uploads/2017/08/CEQ_WP23_Lustig_July2017v2.pdf). Veja, também, E. Seery (2014). op. cit.
- 289 P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Nota metodológica*, op. cit.
- 290 Em quase metade dos países (36), os gastos com educação por aluno valem o dobro da renda per capita das pessoas mais pobres, e em 9 países, valem mais de 4 vezes.
- 291 Cálculos da Oxfam. P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology Note*, op. cit.
- 292 T. Burgess. (2016). *Water: At What Cost? The State of the World's Water 2016*. WaterAid. [https://www.jica.go.jp/activities/issues/water/ku57pq00002cybnn-att/water\\_at\\_what\\_cost\\_wateraid\\_2016.pdf](https://www.jica.go.jp/activities/issues/water/ku57pq00002cybnn-att/water_at_what_cost_wateraid_2016.pdf)
- 293 Ibid.

- 294 G. Verbist et al. (2012). *The Impact of Publicly Provided Services on the Distribution of Resources*. op cit.
- 295 N. Lustig, L.F. Lopez-Calva and E. Ortiz-Juarez. (2012). *Declining Inequality in Latin America in the 2000s: The Cases of Argentina, Brazil, and Mexico*. Center for Global Development. Working Paper 307.
- G.A. Cornia. (2014). *Falling Inequality in Latin America: Policy Changes and Lessons*. Oxford: Oxford University Press.
- 296 O papel que serviços públicos e proteção social bem construídos podem cumprir no enfrentamento do cuidado não remunerado já foi discutido na seção 2.
- 297 Q. Wodon et al. (2018). *Missed Opportunities: The high cost of not educating girls*. op. cit.
- 298 J. Walker and C. Pearce. (a ser publicado). *Levelling Up: Education and Inequality*. Oxfam Briefing Paper.
- 299 Todos os dados deste parágrafo foram obtidos em: UNESCO. (2013). *Education transforms lives*. <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002231/223115e.pdf>
- 300 N. Williamson. (2013). *State of World Population 2013, Motherhood in Childhood: Facing the challenge of adolescent pregnancy*. United Nations Population Fund (UNFPA). <https://www.unfpa.org/publications/state-world-population-2013>
- World Health Organization. (2011). *Preventing early pregnancy and poor reproductive outcomes among adolescents in developing countries. WHO guidelines*. [https://www.who.int/maternal\\_child\\_adolescent/documents/preventing\\_early\\_pregnancy/en/](https://www.who.int/maternal_child_adolescent/documents/preventing_early_pregnancy/en/)
- 301 UNESCO. (2014). *Teaching and Learning: Achieving quality for all. Education For All. Global Monitoring Report*. <https://en.unesco.org/gem-report/report/2014/teaching-and-learning-achieving-quality-all>
- 302 UN Women. (2015). *Progress of the World's Women 2015-2016: Transforming Economies, Realizing Rights*. [http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW\\_progressreport.pdf](http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW_progressreport.pdf)
- 303 International Labour Office (ILO). (2018a). *Social protection for older persons: Policy trends and statistics 2017-19*. ILO Social protection policy paper no. 17. [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---soc\\_sec/documents/publication/wcms\\_645692.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---soc_sec/documents/publication/wcms_645692.pdf)
- 304 Ibid. p. 87 e UN Women. (2015). *Progress of the World's Women 2015-2016*. op. cit., figures 3.4 and 3.5.
- 305 UNFPA. (2017). *State of World Population 2017, Worlds Apart: Reproductive health and rights in an age of inequality*. [https://www.unfpa.org/sites/default/files/sowp/downloads/UNFPA\\_PUB\\_2017\\_EN\\_SWOP.pdf](https://www.unfpa.org/sites/default/files/sowp/downloads/UNFPA_PUB_2017_EN_SWOP.pdf)
- 306 A. Johnson, A. Goss, J. Beckerman and A. Castro. (2012). *Hidden costs: The direct and indirect impact of user fees on access to malaria treatment and primary care in Mali*. *Social Science and Medicine* 75(10): 1786-92. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2012.07.015>
- 307 A. Coote. (2017). *Are universal public services the answer to Europe's widening inequalities?* *The New Economics Foundation*. <https://neweconomics.org/2017/12/universal-public-services-answer-europes-widening-inequalities>
- 308 B. McPake. (2009). *Hospital Policy In Sub-Saharan Africa And Post-Colonial Development Impasse*, *Social History of Medicine*, Volume 22. <https://doi.org/10.1093/shm/hkp007>
- 309 DFID. (2011). *Cash Transfers – Evidence Paper*. DFID Policy Division. [http://www.who.int/alliance-hpsr/alliancehpsr\\_dfidevidencepaper.pdf](http://www.who.int/alliance-hpsr/alliancehpsr_dfidevidencepaper.pdf)
- 310 I. Idris. (2017). *Conflict-sensitive cash transfers: social cohesion*. <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/123456789/13248/201%20Conflict-sensitive%20cash%20transfers%20and%20social%20cohesion.pdf?sequence=1&isAllowed=y> K4D
- 311 The Hindu. (2011). *Public Education is Indispensable*. <https://www.thehindu.com/todays-paper/tp-national/Public-education-is-indispensable-says-Nobel-laureate-Amartya-Sen/article14898488.ece>
- 312 Ibid.
- 313 Ibid.
- 314 United Nations Department on Economic and Social Affairs. (2018). *Promoting Inclusion Through Social Protection*. <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp->

<content/uploads/sites/22/2018/07/1-1.pdf>

- 315 World Bank. (2004). *World Development Report 2004*. op. cit.
- 316 Por exemplo, a confiança nas instituições tende a ser associada positivamente aos níveis de satisfação com o sistema educacional. A falta de confiança no sistema pode levar a um público desconectado, que acredita que sua voz não será ouvida e procura outros serviços. UNESCO. (2018). *Accountability in Education: Meeting our Commitments Global Monitoring Report*, page 10. <http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002593/259338e.pdf>
- 317 A. Narayan et al. (2018). *Fair Progress? Economic Mobility across Generations around the World*. op. cit.
- 318 A. Sen. (1999). *Development as Freedom*. Oxford University Press.
- 319 P. Freire. (1970). *The Pedagogy of the Oppressed*. (M. Bergman Ramos, Trans.). London: Penguin.
- 320 Veja uma análise em D.E. Campbell. (2006). *What is education's impact on civil and social engagement?* <http://www.oecd.org/education/innovation-education/37425694.pdf> In OECD. *Measuring the effects of education on health and civic engagement – Proceedings of the Copenhagen Symposium*. <http://www.oecd.org/education/innovation-education/measuringtheeffectsofeducationonhealthandcivicengagement.htm>
- 321 Q. Wodon et al. (2018). *Missed Opportunities: The high cost of not educating girls*. op. cit.
- 322 B. Rothstein. (1998). *Just Institutions Matter: The Moral and Political Logic of the Universal Welfare State*. Cambridge: Cambridge University Press.
- 323 Ibid.
- 324 Ibid.
- 325 World Bank. (2019). *World Development Report 2019: The Changing Nature of Work*. <http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2019>. Este relatório defende o “universalismo progressivo”, dizendo que a proteção social universal não é viável.
- 326 Ibid.
- Veja, também: World Bank. (2004). *World Development Report 2004*. op. cit.
- 327 S. Kidd. (2018, March 27). *International donors and the exporting of 19th Century Poor Relief to developing countries*. From Oxfam's Poverty to Power blog. <https://oxfamblogs.org/tp2p/international-donors-and-the-exporting-of-19th-century-poor-relief-to-developing-countries/>
- 328 B. Emmett. (2007). *In the Public Interest*. op. cit.; D. Balabanova, M. McKee and A. Mills. (2011). *Good health care at low cost 25 years on: What makes a successful health system?* <https://ghlc.lshtm.ac.uk/>,
- 329 D. Balabanova et al. (2011). *Good health care at low cost 25 years on*. op. cit.
- 330 R. Sabates-Wheeler, A. Hurrell, and S. Devereux. (2014). *Targeting social transfer programmes. Comparing design and implementation errors across alternative mechanisms*. WIDER Working Paper. <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/wp2014-040.pdf>; S. Kidd (2013) *Rethinking targeting in International Development*. *Development Pathways*. <http://www.developmentpathways.co.uk/wp-content/uploads/2013/10/11-PathwaysPerspective-Rethinking-Targeting-Kidd.pdf>
- 331 S. Kidd. (2018). *Pro-poor or anti-poor? The World Bank and IMF's approach to social protection*. Bretton Woods Project Briefing Paper. London.
- 332 Fontes: Análises realizadas por Development Pathways dos seguintes bancos de dados: Uzbequistão: Listening to the Citizens of Uzbekistan Survey 2018 (L2CU); Filipinas: Annual Poverty Indicators Survey (APIS) 2014; Bolívia: Encuesta de Hogares 2015; África do Sul: General Household Survey (GHS) 2015; Etiópia: Socioeconomic Survey (ESS) 2013/2014; Índia: India Human Development Survey-II (IHDSS-II) 2011/2012; Indonésia: National Socio-Economic Survey (SUSENAS) 2015; Vietnã: Vietnam Household Living Standards Survey (VHLSS) 2012. Alatas, V., Banerjee A., Hanna, R., Olken, B.A., Purnamasari, R. and Wai-Poi, M. (2016) Self-Targeting: Evidence from a Field Experiment in Indonesia. In *Journal of Political Economy*, 2016: pp. 371-427. Fernandez, L. and Velarde, R. (2012). Who Benefits from Social Assistance in the Philippines? Evidence from the Latest National Household Surveys. Philippines Social Protection Note, No. 4. The World Bank: Manila.; Kidd, S. and Gelders, B. (2015) Child wellbeing and social security in Georgia: The case for moving to a more inclusive national social security system; HelpAge International's Global Age Watch Index 2015 and Social Pensions Database (2015); Silva-Leander, S., e F. Mertens (2016) Assessment of programme targeting. Oxford Policy Management: Oxford; World Bank (2012) Targeting Poor and Vulnerable Households in Indonesia. Jakarta.; World Bank (2009) Georgia: Poverty Assessment. Washington, DC.
- 333 United Nations Department on Economic and Social Affairs. (2018). *Promoting Inclusion*

*Through Social Protection*. op. cit.

- 334 J. Gelbach and L. Pritchett. (2002). *Is More for the Poor Less for the Poor? The Politics of Means-Tested Targeting* <https://ideas.repec.org/a/bpj/bejeap/vtopics.2y2002i1n6.html>
- 335 B. Welham. (2014). *Governance for Development*. The World Bank. <http://blogs.worldbank.org/governance/politics-service-delivery-0>
- 336 S. Mehrotra. (2000). *Integrating Economic and Social Policy: Good Practices from High-Achieving Countries*. Innocenti Working Paper No. 80. Florence: UNICEF Innocenti Research Centre. <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/iwp80.pdf>
- 337 Dados sobre 153 países em um período de 14 anos, de 1995 a 2008, depois de realizar o controle para outros fatores. R. Moreno-Serra and P. Smith. (2011). *The Effects of Health Coverage on Population Outcomes: A Country-Level Panel Data Analysis*. Results for Development Institute Working Paper. <https://www.r4d.org/resources/effects-health-coverage-population-outcomes/>
- 338 Pobreza extrema significa uma linha de pobreza de 1,90 dólar PPC por dia em 2011. “Graves dificuldades financeiras” significam, aqui “gastos catastróficos com saúde”, que a OMS define como gastos em saúde superiores a 10% da renda familiar. World Health Organization and World Bank. (2017). *Tracking Universal Health Coverage: 2017 Global Monitoring Report*. op. cit.
- 339 World Health Organization and World Bank. (2017). *Tracking Universal Health Coverage: 2017 Global Monitoring Report*. op. cit.
- 340 D. Cotlear and N. Rosemberg. (2018). *Going Universal in Africa: How 46 African Countries Reformed User Fees and Implemented Health Care Priorities*. World Bank Universal Health Coverage Study Series No. 26. <http://documents.worldbank.org/curated/en/712041516179885313/Going-universal-in-Africa-how-46-African-countries-reformed-user-fees-and-implemented-health-care-priorities>
- 341 Todos os anos, 63 milhões de pessoas na Índia caem abaixo da linha da pobreza, pagando de seu próprio bolso pelos serviços de saúde. P. Berman, R. Ahuja and L. Bhandari. (2010). *The Impoverishing Effect of Healthcare Payments in India: New Methodology and Findings*. *Economic and Political Weekly*, 45(16):65-71. <https://www.epw.in/journal/2010/16/special-articles/impoverishing-effect-healthcare-payments-india-new-methodology-and>
- 342 Veja o capítulo 3. de L. Hamel, M. Norton, K. Pollitz, L. Levitt, G. Claxton and M. Brodie. (2016). *The Burden of Medical Debt: Results from the Kaiser Family Foundation/New York Times Medical Bills Survey*. The Henry J. Kaiser Family Foundation. <https://www.kff.org/health-costs/report/the-burden-of-medical-debt-results-from-the-kaiser-family-foundation-new-york-times-medical-bills-survey/>
- D.U. Himmelstein, D. Thorne, E. Warren and S. Woolhandler. (2009). *Medical Bankruptcy in the United States, 2007: Results of a National Study*. *The American Journal of Medicine*, 122(8): 741-6. [https://www.amjmed.com/article/S0002-9343\(09\)00404-5/fulltext](https://www.amjmed.com/article/S0002-9343(09)00404-5/fulltext)
- 343 R. Yates. (2017). *Hospitals That Act as Modern-day Debtor Prisons Deny Rights and Dignity*. op. cit.
- 344 Ibid.
- 345 Ibid.
- 346 Ibid.
- 347 World Bank. (2014). *World Bank Group Support to Health Financing*. [http://ieq.worldbankgroup.org/sites/default/files/Data/reports/chapters/health\\_finance\\_evaluation\\_w\\_appendix\\_updated.pdf](http://ieq.worldbankgroup.org/sites/default/files/Data/reports/chapters/health_finance_evaluation_w_appendix_updated.pdf)
- 348 Ibid. and C. Averill and A. Marriott. (2013). *Universal Health Coverage: Why health insurance schemes are leaving the poor behind*. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/universal-health-coverage-why-health-insurance-schemes-are-leaving-the-poor-beh-302973>
- 349 C. Averill and A. Marriott. (2013). *Universal Health Coverage: Why health insurance schemes are leaving the poor behind*. op. cit.
- 350 O sucesso dos seguros-saúde em termos de escala de cobertura e igualdade depende do pré-pagamento obrigatório de acordo com a capacidade de contribuição. Uma parcela da população sempre precisará de 100% de subsídio do governo. O pagamento do seguro só pode ser tornado obrigatório descontando-se automaticamente por meio de sistemas formais de folha de pagamento. Em países com grandes economias informais, não é possível descontar dessa maneira da maioria dos trabalhadores, de modo que a adesão se torna voluntária. Os sistemas de seguro voluntário se caracterizam por seleção adversa (as pessoas se inscrevem apenas quando estão doentes), desigualdade e injustiça, e exclusão em grande escala, pois as pessoas não têm dinheiro para pagar o custo do

- seguro ou não podem ou não querem pagar por outros motivos. A OMS, em seu Relatório sobre a Saúde Mundial de 2010, *World Health Report Health Systems Financing*, deixa claro que o seguro voluntário nunca funcionou e nunca funcionará para alcançar cobertura universal de saúde.
- 351 R.K. Alhassan, E. Nketiah-Amponsah, D.K. Arhinful. (2016). *A Review of the National Health Insurance Scheme in Ghana: What Are the Sustainability Threats and Prospects?* PLoS ONE 11(11): e0165151. doi:10.1371/journal.pone.0165151
- 352 C. Averill and A. Marriott. (2013). *Universal Health Coverage: Why health insurance schemes are leaving the poor behind.* op. cit.
- World Bank. (2011). *Ghana: Joint review of public expenditure and financial management.* <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2833>
- K. Saleh. (2013). *The Health Sector in Ghana: A Comprehensive Assessment.* World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/12297>
- A. Kusi, U. Enemark, K.S. Hansen and F.A. Asante. (2015). *Refusal to enroll in Ghana's National Health Insurance Scheme: is affordability the problem?* *International Journal for Equity in Health*, 14(2): 1-14  
<https://equityhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12939-014-0130-2>
- 353 C. Averill and A. Marriott. (2013). *Universal Health Coverage: Why health insurance schemes are leaving the poor behind.* op. cit.
- 354 F. Huebler and E. Legault. (2017, June 2). *The World's Families: Hidden Funders of Education.* De UNESCO Institute for Statistics blog.  
<https://sdg.uis.unesco.org/2017/06/02/the-worlds-families-hidden-funders-of-education/>
- 355 UNESCO. (2015a). *Education For All 2000-2015: Achievements and challenges.* op. cit.
- 356 Veja o discurso do presidente de Gana, Akufo Ado, disponível aqui:  
<https://www.youtube.com/watch?v=PNJjpw-Qb4>
- 357 UN Development Programme. (2006). *Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis.* Human Development Report 2006.  
<http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/267/hdr06-complete.pdf> Box 1.6. Na prática, descobriu-se que 25 litros não são suficientes para as famílias mais pobres, e um aumento acentuado dos custos depois de 25 litros costuma penalizar indevidamente essas famílias. Há fortes argumentos em defesa do aumento do subsídio de 25 litros. Para uma discussão sobre isso, veja <http://ourwatercommons.org/water-solutions/case-4-free-water-south-africa>
- 358 P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology note*, op. cit.; A. Marriott. (2009). *Blind Optimism.* op. cit.; e B. Emmett. (2007). *In the Public Interest* Oxfam Campaign Report <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/in-the-public-interest-health-education-and-water-and-sanitation-for-all-112528>
- 359 World Bank. (2018). *World Development Report 2018.* op. cit.
- 360 Ibid
- 361 P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology note*, op. cit.
- 362 A. Marriott. (2009). *Blind Optimism: Challenging the myths about private healthcare in poor countries.* op. cit.
- 363 Veja, por exemplo, World Bank. (2004). *World Development Report 2004.* op. cit., e H. Patrinos et al. (2009). *The Role of Public Private Partnerships in Education.* World Bank. <https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/library/role-and-impact-public-private-partnerships-education> e <https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/ppp-health>
- 364 Veja, por exemplo, B. N. Ghosh. (2008). *Rich Doctors And Poor Patients: Market Failure And Health Care Systems In Developing Countries.* *Journal of Contemporary Asia*, Volume 38. <https://doi.org/10.1080/00472330701546525>
- 365 Global Campaign for Education. (2016). *Private Profit, Public Loss: why the push for low-fee private schools is throwing quality education off track.* op. cit.
- 366 L.D. Ashley et al. (2014). *The role and impact of private schools in developing countries.* *Department for International Development.* [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/439702/private-schools-full-report.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/439702/private-schools-full-report.pdf)
- 367 O estudo que investigou a educação escolar em aldeias em Uttar Pradesh, na Índia, concluiu que escolas privadas de baixo custo eram inacessíveis para as crianças situadas nos dois quintis mais pobres. J. Harma. (2011). *Low cost private schooling in India: Is it poor and equitable?* *International Journal of Educational Development* 31 pag. 350-356  
<http://sites.mii.edu/comparativeeducation/files/2013/01/Low-cost-private-schooling-in-India.pdf>

- 368 Veja, por exemplo, H.A. Patrinos, F. Barrera-Osorio and J. Guaqueta. (2009). *The Role and Impact of Public-Private Partnerships in Education*. World Bank.  
<https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/library/role-and-impact-public-private-partnerships-education>
- 369 M. Afridi. (2018). *Equity and Quality in an education public private partnership*. op. cit. and A. Marriott. (2014). *A Dangerous Diversion*. op. cit.; e, por exemplo, Eurodad. (2018). *History RePPPeated*. op. cit., House of Commons Treasury Committee (2011) =Private Finance Initiative – Seventeenth Report of Session 2010-12, Published August 2012 by authority of the House of Commons London: The Stationary Office Limited; M. McKee, N. Edwards and R. Atun. (2006). *Public Private Partnerships for Hospitals*. Bulletin of the World Health Organization 2006: 84:890-896.
- 370 T. C. Irwin (2018, October 16). *How to Control the Fiscal Costs of Public-Private Partnerships*. op. cit.
- 371 Eurodad (2018) *History RePPPeated*. op. cit., p. 33
- 372 A. Marriott (2014). *A Dangerous Diversion*. op. cit.
- 373 Esse montante parece excluir consideráveis cobranças questionadas, que atualmente fazem parte de um processo de arbitragem no Lesoto. Eurodad (2018) *History RePPPeated*. op. cit.
- 374 M. Afridi (2018). *Equity and Quality in an education public private partnership*. op. cit.
- 375 Ibid.
- 376 Um objetivo explícito do programa financiado pelo Banco Mundial é “ampliar o alcance do Fundo Educacional do Punjab (PEF) a 2,8 milhões de crianças fora da escola”. World Bank. (2016). Third Punjab Education Sector Project. Project Appraisal Document.
- 377 M. Afridi. (2018). *Equity and Quality in an education public private partnership*. op. cit.
- 378 Veja, por exemplo, M. Lawson, S. Mazengera, F. Nkhoma-Mbawa and T. Noel. (2008). *Malawi Essential Health Services: Country Case Study*. Oxfam Research Report.  
<https://www.oxfam.org/en/file/malawi-essential-services-casestudy-08119pdf>
- 379 S. Mehrotra and R. Jolly (eds). (1997). *Development with a Human Face – Experiences in Social Achievement and Economic Growth*. Oxford: Clarendon Press.
- 380 Centro de Integridade Pública. (2011). O Distrito como Polo de Desenvolvimento: Um Olhar da Sociedade Civil.
- 381 Veja um vídeo sobre esse trabalho em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=5fKQchHYAIM&feature=youtu.be>
- 382 S.C. Sabi and M. Rieker. (2017). *The role of civil society in health policy making in South Africa: a review of the strategies adopted by the Treatment Action Campaign*. *African Journal of AIDS Research*, 16(1): 57-64. <https://doi.org/10.2989/16085906.2017.1296874>
- 383 S. Boseley. (2016, January 26). *Big Pharma's worst nightmare*. *The Guardian*.  
<https://www.theguardian.com/society/2016/jan/26/big-pharmas-worst-nightmare>
- 384 MenCare. (2018, April 4). *Fathers in Rwanda use 40% less violence against a partner nearly 2 years after MenCare program, reveals new study*. <https://men-care.org/2018/04/04/fathers-rwanda-use-less-violence-new-study/>
- 385 D.K. Evans et al. (2015). *Health-Care Worker Mortality And The Legacy Of The Ebola Epidemic*. *The Lancet Global Health*, 3. [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(15\)00065-0](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(15)00065-0)
- 386 Em 2013, a escassez global de profissionais de saúde era de 17,4 milhões, incluindo 2,6 milhões de médicos e 9 milhões de enfermeiros e parteiras. UNESCO. (2017). *Global Education Monitoring Report 2017/8*. op. cit.
- 387 K. Hodal. (2016). *UN warns universal education goal will fail without 69 million new teachers*. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/global-development/2016/oct/05/universal-education-goal-fail-69-million-new-teachers-unesco>.
- 388 No Senegal, há 0,07 médicos por 1.000 habitantes ou 1 para cada 14.285. *The World Bank Physicians (per 1,000 inhabitants)*  
<https://data.worldbank.org/indicator/SH.MED.PHYS.ZS> A recomendação da OMS é de 1 médico por 1.000 habitantes. World Health Organization (WHO) (2018) Density of physicians (total number per 1000 population, latest available year)  
[http://www.who.int/gho/health\\_workforce/physicians\\_density/en/](http://www.who.int/gho/health_workforce/physicians_density/en/)
- 389 L. Addati et al. (2018). *Care work and care jobs for the future of decent work*. op. cit.
- 390 Ibid.
- 391 Indicadores para o ODS 10: <https://medium.com/sdgs-resources/sdg-10-indicators->

c52f0eae5d4e

- 392 O custo de cumprir todos os 17 ODS é de US\$ 360 bilhões para países de baixa renda e US\$ 944 bilhões para países de renda média-baixa. G. Schmidt-Traub. (2015). *Investment Needs to Achieve the Sustainable Development Goals*. Sustainable Development Solutions Network. <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2015/09/151112-SDG-Financing-Needs.pdf>
- 393 Dados sobre a queda nas alíquotas de impostos nos Estados Unidos obtidas de T. Piketty. (2014). *Capital in the 21st Century*. op. cit.
- 394 Cálculos sobre 123 países em desenvolvimento obtidos de banco de dados do Índice de Compromisso com a Redução de Desigualdades (Commitment to Reducing Inequality Index) para 2018. M. Lawson and M. Martin. (2018). *Commitment to Reducing Inequality index 2018*. op. cit.
- 395 E. Berkhout. (2016). Tax Battles: The dangerous global race to the bottom on corporate tax. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/tax-battles-the-dangerous-global-race-to-the-bottom-on-corporate-tax-620159> e G. Zucman. (2015). *The Hidden Wealth of Nations*. op. cit.
- 396 R. Toplensky. (2018, March 11). *Multinationals pay lower taxes than a decade ago*. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/2b356956-17fc-11e8-9376-4a6390addb44>. O FT examinou as alíquotas de imposto pagas pelas 10 maiores empresas de capital aberto do mundo por capitalização de mercado em cada um dos 9 setores. As alíquotas informadas pelas 10 multinacionais com as maiores quantidades de dinheiro no exterior também foram examinadas.
- 397 A. Shorrocks, J. Davies and R. Lluberás. (2018). *Global Wealth Report*. op. cit.
- 398 IMF Fiscal Monitor. (2013). *Taxing Times*. <https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2016/12/31/Taxing-Times> e M. Lawson and M. Martin. (2018). *Commitment to Reducing Inequality index 2018*. op. cit.
- 399 Para uma análise mais completa sobre até que ponto os países estão cumprindo seu potencial fiscal, consulte o Índice de Compromisso com a Redução de Desigualdades (Commitment to Reducing Inequality Index) 2018, da Oxfam e do DFI.
- 400 K. Scheve and D. Stasavage (2016) *Taxing the Rich*. op. cit.
- 401 Dados da Tax Foundation. [https://github.com/TaxFoundation/data/blob/master/OECD-corporate-income-tax-rates/OECD\\_corp\\_income\\_tax\\_rates\\_1981-2015.csv#L1](https://github.com/TaxFoundation/data/blob/master/OECD-corporate-income-tax-rates/OECD_corp_income_tax_rates_1981-2015.csv#L1)
- 402 K. Alavuotunki et al. (2018). *The Effects of the Value-Added Tax on Revenue and Inequality*. The Journal of Development Studies, pp. 1-19. <https://doi.org/10.1080/00220388.2017.1400015>
- 403 Fonte: Cálculos da Oxfam com base em dados de: N. Lustig. (2017). The Impact of the Tax System and Social Spending on Income Distribution and Poverty in Latin America. An application of the methodological framework by the Commitment to Equality Project (CEQ); para detalhes, veja R. Cañete-Alonso (2018) *Captured Democracy: Government for the Few*. Oxfam and CLACSO. [https://d1tn3vj7xz9fdh.cloudfront.net/s3fs-public/file\\_attachments/captured\\_democracy\\_executive\\_summary.pdf](https://d1tn3vj7xz9fdh.cloudfront.net/s3fs-public/file_attachments/captured_democracy_executive_summary.pdf)
- 404 Para uma discussão acerca de como a progressividade dos impostos sobre pessoas físicas está sendo prejudicada, veja E. Berkhout. (2016). *Tax Battles: The dangerous global race to the bottom on corporate tax*. op. cit.
- 405 Para uma discussão sobre até onde os mais ricos estão sonhando impostos, veja G. Zucman. (2015). *The Hidden Wealth of Nations*. op. cit. Para uma discussão sobre os baixos níveis de cobrança do imposto de renda de pessoas físicas, veja Lawson and M. Martin. (2018). *Commitment to Reducing Inequality index 2018*. op. cit.
- 406 OECD Stat. Revenue Statistics – OECD countries: Comparative tables. <https://stats.oecd.org/viewhtml.aspx?datasetcode=REV&lang=en>
- 407 World Bank Group. (2016). *Poverty and Shared Prosperity 2016: Taking on Inequality*. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0958-3>
- 408 Os impostos respondem pela queda de apenas cerca de 2,5 pontos percentuais do coeficiente de Gini, que se manteve estável apesar do aumento da desigualdade, de acordo com um estudo sobre quinze países ricos entre 1985 e 2013. K. Caminada, J. Wang, K. Goudswaard and C. Wang. (2017). *Income Inequality and Fiscal Redistribution in 47 LIS-countries, 1967-2014*. Luxembourg Income Study (LIS) Working Paper Series No. 724. <http://www.lisdatacenter.org/wps/liswps/724.pdf>
- 409 C. Isidore. (2013). *Buffett says he's still paying lower tax rate than his secretary*. op. cit.
- 410 Fontes: Brasil INESC. 2015. "As Implicações do Sistema Tributário Brasileiro nas Desigualdades de Renda". Brasília. e UK Office for National Statistics (2018) *Effects of taxes and benefits on household income* <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/personalandhouseholdfinances/in>

[comeandwealth/datasets/theeffectsoftaxesandbenefitsonhouseholdincomefinancialyearending2014](#) Table 14: Average incomes, taxes and benefits by decile groups of ALL households (ranked by UNADJUSTED disposable income), 2016/17.

- 411 D. Pimentel et al. (2018). *Reward Work, Not Wealth*. op. cit.
- 412 A. Berg. (2018). *Should we fear the Robot Revolution?* IMF Working Paper WP/18/116 <file:///C:/Users/mlawson/Downloads/wp18116.pdf>
- 413 D. Pimentel et al. (2018). *Reward Work, Not Wealth*. op. cit.
- 414 IMF. (2013). *Fiscal Monitor, Taxing Times*. op. cit.
- 415 World Bank. (2016). *Taking on Inequality, Poverty and Shared Prosperity 2016*. Extraído em 7 de novembro de 2017, de <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0958-3>
- 416 P. Toynbee. (2018, September 18). *The African youth boom: what's worrying Bill Gates*. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/global-development/2018/sep/18/the-african-youth-boom-whats-worrying-bill-gates>
- 417 *The Economist*. (2018, August 9). *Overhaul tax for the 21st century*. <https://www.economist.com/leaders/2018/08/09/overhaul-tax-for-the-21st-century>
- 418 R. Fuentes-Nieva and N. Galasso. (2014). *Working for the Few: Political capture and economic inequality*. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/working-for-the-few-political-capture-and-economic-inequality-311312>
- 419 R. Cañete-Alonso (2018) *Captured Democracy: Government for the Few*. Oxfam and CLACSO, op. cit.
- 420 World Bank Group. (2016). *Poverty and Shared Prosperity 2016*. op. cit.
- 421 T. Piketty. (2014). *Capital in the Twenty-First Century*. A. Goldhammer, transl. Cambridge Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press. <https://doi.org/10.4159/9780674369542>
- 422 IMF. (2013). *Taxing Times*. <https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2016/12/31/Taxing-Times>
- 423 Oxfam in Bangladesh and SUPRO. Fair Tax Monitor – Bangladesh (2018). A ser publicado.
- 424 Um indivíduo típico que tenha 1 milhão de rúpias (14.000 dólares) pagou 1.832 (25 dólares) em impostos, em vez de 14.560 (204). Oxfam India. (March 2018). *On some implications of wealth taxes and inequality. Policy brief 29*. [https://www.oxfamindia.org/sites/default/files/PB\\_On%20Some%20Implications%20of%20Wealth%20Taxes%20on%20Inequality%20in%20India.pdf](https://www.oxfamindia.org/sites/default/files/PB_On%20Some%20Implications%20of%20Wealth%20Taxes%20on%20Inequality%20in%20India.pdf)
- 425 Ibid.
- 426 P. Espinoza Revollo et al. (2019). *Public Good or Private Wealth? Methodology note*, op. Cit.
- 427 Sobre a campanha Move Humanity: <https://movehumanity.org/>
- 428 J.D. Ostry, A. Berg and C.G. Tsangarides. (2014). *Redistribution, Inequality, and Growth*. op. cit.
- Outro estudo do FMI concluiu que o ponto de inflexão onde mais redistribuição começa a prejudicar o crescimento econômico é um coeficiente de Gini abaixo de 0,27; apenas uns poucos países europeus atingem um nível de desigualdade tão baixo atualmente. F. Grigoli and A. Robles. (2017). *Inequality Overhang*. IMF Working Paper No. 17/76. <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2017/03/28/Inequality-Overhang-44774>
- Sobre o espaço para que os países tributem mais os ricos, veja IMF. (2013) *Fiscal Monitor: Taxing Times*. op. cit. e IMF. (2017). *Fiscal Monitor: Tackling Inequality*. op. cit.
- 429 Piketty argumenta que, como a alta remuneração reflete, em grande parte, receita inesperada – por exemplo, o poder que os executivos têm para negociar bônus enormes (em vez de esforço adicional), uma alíquota alta de imposto não reduz muito o esforço. T. Piketty, E. Saez and S. Stantcheva. (2011). *Optimal Taxation of Top Labor Income: A Tale of Three Elasticities*. NBER Working Paper Series No. 17616. <http://www.nber.org/papers/w17616>
- 430 Oxfam and Development Finance International. (2018). *The Commitment to Reducing Inequality Index 2018*. op. cit.
- 431 B. Brys et al. (2016). *Tax Design for Inclusive Economic Growth*. OECD
- 432 Ibid. e, também, T. Piketty (2014) *Capital in the 21st Century*. op. cit.
- 433 Veja, por exemplo, C. Dubay. (2010). *The Case Against the Death Tax*, op. cit. e Kit Bond Quotes. [https://www.brainyquote.com/quotes/kit\\_bond\\_348278](https://www.brainyquote.com/quotes/kit_bond_348278), acessado em 6 de

dezembro de 2018.

- 434 *The Economist*. (2017). *Taxing Inheritances is Falling out of Favour* <https://www.economist.com/briefing/2017/11/23/taxing-inheritances-is-falling-out-of-favour> [para assinantes]
- 435 R. Cañete-Alonso (2018) *Captured Democracy: Government for the Few*. Oxfam and CLACSO, op. cit.
- 436 Ibid. e K. Scheve And D. Stasavage (2016) *Taxing the Rich*. Russell Sage Foundation.
- 437 G. Zucman. (2015). *The Hidden Wealth of Nations*, op. cit. Veja a nota metodológica do relatório Davos 2018, da Oxfam, para uma explicação do funcionamento: D. Hardoon et al. (2018). *Reward Work, Not Wealth. Methodology Note*, op. cit.
- 438 G. Zucman. (2015). *The Hidden Wealth of Nations*. op. cit.
- Veja, também: D. Hardoon et al. (2018). *Reward Work, Not Wealth: Methodology note*; A. Alstadsæter et al. (2017). *Tax Evasion and Inequality*. op. cit.
- 439 G. Zucman (2015). *The Hidden Wealth of Nations*. op. cit.
- 440 United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2015). *World Investment Report 2015: Reforming international investment governance*. [http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf).
- Outras estimativas dos custos da sonegação de impostos por parte de empresas vão de 47 a 200 bilhões de dólares. Veja: E. Crivelli, R.A. De Mooij and M. Keen. (2015). *Base Erosion, Profit Shifting and Developing Countries*. op. cit.; T.R. Tørsløv, L.S. Wier and G. Zucman. (2018). *The Missing Profits of Nations*. op. cit. Veja, em particular, o anexo C.4d deste último, disponível aqui: <http://gabriel-zucman.eu/files/TWZ2018Appendix.pdf>.
- 441 C. Godfrey. (2014). *Business Among Friends: Why corporate tax dodgers are not yet losing sleep over global tax reform*. Oxfam. <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/business-among-friends-why-corporate-tax-dodgers-are-not-yet-losing-sleep-over-316405>
- 442 E. Berkhout. (2016). *Tax Battles: The dangerous global race to the bottom on corporate tax*. op. cit.
- 443 Ibid.
- 444 World Bank. (n.d.) *Enterprise Surveys: Gender*. <http://www.enterprisesurveys.org/Data/ExploreTopics/gender>
- 445 K.A. Lahey. (2018). *Gender, Taxation and Equality in Developing Countries*. op. cit.
- 446 M. Stephenson. (2018). *A Guide To Gender-Responsive Budgeting*. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/a-guide-to-gender-responsive-budgeting-620429>
- 447 J.G. Stotsky. (2016). *Gender Budgeting: Fiscal Context and Current Outcomes*. IMF Working Paper 16/149. <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/31/Gender-Budgeting-Fiscal-Context-and-Current-Outcomes-44132> e KPMG. (2018). *South Africa: VAT rate increases to 15%, effective April 2018*. <https://home.kpmg.com/xx/en/home/insights/2018/02/tnf-south-africa-vat-rate-increase-to-15-percent-effective-april-2018.html>
- 448 N. Andersen. (2018). *Sanitary products, nappies and more: Treasury announces new VAT zero-rated items. The South African*. <https://www.thesouthafrican.com/sanitary-products-nappies-treasury-vat-zero-rated/>.
- 449 M.K. Justensen and C. Bjornskov. (2014). *Exploiting the Poor: Bureaucratic corruption and poverty in Africa*. Afrobarometer Working Paper No. 139. <https://www.files.ethz.ch/isn/151822/afropaperno139.pdf>
- 450 B.J. Fried, P. Lagunes and A. Venkataramani. (2010). *Corruption and Inequality at the Crossroad: Correlation between corruption and inequality: A Multi-Method Study of Bribery and Discrimination in Latin America*. *Latin American Research Review*, 45(1): 76-97. <https://doi.org/10.1353/lar.0.0107>
- 451 Estudos empíricos demonstraram, de forma constante, que os mais pobres pagam a maior porcentagem de sua renda em suborno. Por exemplo, no Paraguai, os pobres pagam 12,6%, enquanto as famílias de renda alta pagam 6,4%. World Bank. (2018c). *Combating Corruption*. <http://www.worldbank.org/en/topic/governance/brief/anti-corruption>
- 452 J. Rheinby and M. Chene. (2016). *Gender and Corruption: Topic Guide*. Transparency International. [https://www.transparency.org/files/content/corruptionqas/Topic\\_guide\\_gender\\_corruption\\_Final\\_2016.pdf](https://www.transparency.org/files/content/corruptionqas/Topic_guide_gender_corruption_Final_2016.pdf)
- 453 N. Hossain, C. Nyamu Musembi and J. Hughes. (2010). *Corruption, Accountability and Gender: Understanding the Connections*. UNIFEM and UNDP.

- <http://www.undp.org/content/dam/aplaws/publication/en/publications/womens-empowerment/corruption-accountability-and-gender-understanding-the-connection/Corruption-accountability-and-gender.pdf>
- 454 *The Economist*. (2018). *London's financial flows are polluted by laundered money*. <https://www.economist.com/leaders/2018/10/11/londons-financial-flows-are-polluted-by-laundered-money>
- 455 Financial Action Task Force – Egmont Group. (2018). *Concealment of Beneficial Ownership*. <http://www.fatf-gafi.org/publications/methodsandtrends/documents/concealment-beneficial-ownership.html>
- 456 B. Torgler et al. (2008). *Causes and Consequences of Tax Morale: An Empirical Investigation*. *Economic Analysis & Policy*, Volume 38, Number 2, September 2008, pp. 313-339. [https://doi.org/10.1016/S0313-5926\(08\)50023-3](https://doi.org/10.1016/S0313-5926(08)50023-3)
- 457 R. Jovine and R. Cañete. (2017). *Se Buscan: Recursos para Garantizar Derechos*. Oxfam. <https://www.oxfam.org/es/republica-dominicana/republica-dominicana-eliminar-el-malgasto-publico-para-garantizar-derechos>
- 458 M. Manuel, H. Desai, E. Samman and M. Evans. (2018). *Financing the end of extreme poverty*. Overseas Development Institute (ODI). <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/12411.pdf> p33.
- 459 G. Gertz and H. Kharas. (2018). *Leave No Country Behind: Ending poverty in the toughest places*. Global Economy & Development Working Paper 110. Brookings Institution. <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/02/leave-no-country-behind-working-paper.pdf>
- 460 G-M. Lange, Q. Wodon and K. Carey (eds). (2018). *The Changing Wealth of Nations 2018: Building a Sustainable Future*. World Bank. [https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29001\\_p.46](https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29001_p.46).
- 461 W. Rodney. (1973). *How Europe Underdeveloped Africa*. Bogle-L'Ouverture Publications <http://abahlali.org/files/3295358-walter-rodney.pdf>
- 462 Eurodad. (2013). *Giving with one hand and taking with the other – Europe's role in tax-related capital flight from developing countries*. <https://eurodad.org/takingwithonehand2013>
- 463 G. Adams and D. Rosche. (2016). *Accountability and Ownership: The role of aid in a post-2015 world*. Oxfam International. <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/accountability-and-ownership-the-role-of-aid-in-a-post-2015-world-619839>
- 464 International Development Strategy for the Second United Nations Development Decade, UN General Assembly Resolution 2626 (XXV), 24 October 1970, paragraph 43. Observe que os membros do CAD da OCDE, em geral, aceitaram a meta de 0,7% para a AOD, pelo menos como um objetivo de longo prazo, com destaque para algumas exceções: a Suíça – que não era membro da ONU até 2002 – não adotou a meta, e os Estados Unidos declararam que não subscreviam metas ou calendários específicos, embora “apoiassem os objetivos mais gerais da Resolução”.
- 465 Esses cinco são Suécia, Noruega, Reino Unido, Luxemburgo e Dinamarca. OECD. (2017). *Development aid stable in 2017 with more sent to poorest countries*. <http://www.oecd.org/newsroom/development-aid-stable-in-2017-with-more-sent-to-poorest-countries.htm>
- 466 Development Initiatives. (2018). *Investments to End Poverty 2018*. <http://devinit.org/post/investments-to-end-poverty-2018/> p. 104.
- 467 M. Manuel et al. (2018). *Financing the end of extreme poverty*. op. cit. p. 29.
- 468 UNESCO. (2015a). *Education For All 2000-2015: Achievements and challenges*. op. cit. p. 21
- 469 T. de Chaisemartin. (2017). *How GPE Supports Teaching and Learning*. Global Partnership for Education Policy Brief. <https://www.globalpartnership.org/content/policy-brief-how-gpe-supports-teaching-and-learning>
- 470 UNESCO. (2015b). *Gender and EFA 2000-2015: Achievements and Challenges, Gender Summary*. <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002348/234809E.pdf>
- 471 Development Initiatives. (2018). *Investments to End Poverty 2018*. op. cit. p. 47.
- 472 UN InterAgency Task Force (IATF) sobre financiamento de patamares mínimos de proteção social (2017), liderada pela OMT.
- 473 Oxfam. (2018a). *Doubling down on 'DRM': Are We Making the Right Bets?* [https://www.oxfamamerica.org/static/media/files/DOUBLING\\_DOWN\\_ON\\_DRM\\_-\\_2018\\_LVC7aXc.pdf](https://www.oxfamamerica.org/static/media/files/DOUBLING_DOWN_ON_DRM_-_2018_LVC7aXc.pdf)
- 474 G. Adams and D. Rosche. (2016). *Accountability and Ownership: The role of aid in a post-*

- 2015 world. Oxfam International. Op. cit.
- 475 OECD. (2018). *Aid to gender equality and women's empowerment: An overview*. <http://www.oecd.org/dac/gender-development/Aid-to-gender-overview-2018.pdf>
- 476 T. Jones. (2015). *The new debt trap: How the response to the last global financial crisis has laid the ground for the next*. [https://jubileedebt.org.uk/wp-content/uploads/2015/07/The-new-debt-trap\\_07.15.pdf](https://jubileedebt.org.uk/wp-content/uploads/2015/07/The-new-debt-trap_07.15.pdf)
- 477 Government of Kenya. *Estimates of Recurrent Expenditure of the Government of Kenya for the year ending 30 June 2019*. <http://www.treasury.go.ke/component/jdownloads/send/198-2018-2019/1055-recurrent-budget-volume-i.html>
- 478 *The Economist*. (2018, September 15). *Zambia's looming debt crisis is a warning for the rest of Africa*. <https://www.economist.com/leaders/2018/09/15/zambias-looming-debt-crisis-is-a-warning-for-the-rest-of-africa>
- 479 Jubilee Debt Campaign. (2018). *Africa's growing debt crisis: Who is the debt owed to?* [https://jubileedebt.org.uk/wp/wp-content/uploads/2018/10/Who-is-Africa-debt-owed-to\\_10.18.pdf](https://jubileedebt.org.uk/wp/wp-content/uploads/2018/10/Who-is-Africa-debt-owed-to_10.18.pdf)
- 480 IMF. (2018, August 1). *List of LIC DSAs for PRGT-Eligible Countries*. <https://www.imf.org/external/Pubs/ft/dsa/DSAlist.pdf>
- 481 *The Economist*. (2018, September 15). *Zambia's looming debt crisis is a warning for the rest of Africa*.
- 482 P. Fabricius. (2018, September 20). *Indebted Africa returns to the International Monetary Fund*. Institute for Security Studies. <https://issafrica.org/iss-today/indebted-africa-returns-to-the-international-monetary-fund>. Contudo, essa não é uma questão apenas africana, e países como o Paquistão também estão retornando ao FMI diante de graves problemas com dívida.
- 483 C. Mariotti et al. (2017). *Great expectations: is the IMF turning words into action on inequality?* op. cit.
- 484 I. Ortiz and M. Cummins. (2013) *Austerity Measures in Developing Countries*. op. cit.
- 485 Veja, por exemplo: Oxfam. (1999). *IMF: Wrong Diagnosis, Wrong Medicine*.  
Structural Adjustment Participatory Review International Network (SAPRIN). (2004). *The Policy Roots of Economic Crisis and Poverty: A Multi-Country Participatory Assessment of Structural Adjustment*. [http://www.saprin.org/SAPRI\\_Findings.pdf](http://www.saprin.org/SAPRI_Findings.pdf)
- L. Beneria and S. Feldman. (1992) *Unequal Burden: Economic Crises, Persistent Poverty and Women's Work*. Boulder: Westview Press.
- 486 L. Ndiimana and J. Boyce. (2002). *Public Debts and Private Assets: Explaining Capital Flight from Sub-Saharan African Countries*. Political Economy Research Institute (PERI) Working Paper No. 32. University of Massachusetts Amherst. [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=333765](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=333765)
- 487 M. Vervynckt and M. Romero. (2017). *Public-Private Partnerships: Defusing the ticking time bomb*. Eurodad. <https://eurodad.org/files/pdf/1546817-public-private-partnerships-defusing-the-ticking-time-bomb-.pdf>
- 488 De acordo com Evans (2018), isso se baseia em três fatores: aumento da receita do governo (investida em mão-de-obra, em qualificação por meio de melhorias na educação, e em redistribuição), democratização e movimentos sociais. Esses movimentos sociais permitiram que os públicos olhassem para seus vizinhos e vissem grupos organizados e muito ativos mudando governos e lhes cobrando ações. Isso facilitou um efeito dominó regional, onde as pessoas se permitiram acreditar que havia outras "normas" além do *status quo* político e se sentiram encorajadas a promover transformações em seus próprios países. A. Evans (2018) *Politicising Inequality: The Power of Ideas*. *World Development*, 110. [https://www.researchgate.net/publication/321807746\\_Politicising\\_Inequality\\_The\\_Power\\_of\\_Ideas](https://www.researchgate.net/publication/321807746_Politicising_Inequality_The_Power_of_Ideas)
- 489 B. Mwangi. (2015, January 20). *#OccupyPlayGround: police used teargas on our children, but for now we celebrate the win*. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2015/jan/20/occupyplayground-police-used-teargas-on-our-children-but-for-now-we-celebrate-the-win>
- 490 U. Goni. (2016). *Argentina's women joined across South America in marches against violence*. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2016/oct/20/argentina-women-south-america-marches-violence-ni-una-menos>
- 491 S. James. (2018, March 8). *Decades after Iceland's 'day off', our women's strike is stronger than ever*. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/mar/08/iceland-global-womens-strike-protest>
- 492 Veja [www.fightinequality.org](http://www.fightinequality.org)

# OXFAM

A Oxfam é uma confederação internacional de 19 organizações trabalhando em rede em mais de 90 países, como parte de um movimento global pela transformação, com o objetivo de construir um futuro livre da injustiça da pobreza.

Para mais informações, visite [www.oxfam.org.br](http://www.oxfam.org.br)

Oxfam América ([www.oxfamamerica.org](http://www.oxfamamerica.org))

Oxfam Austrália ([www.oxfam.org.au](http://www.oxfam.org.au))

Oxfam na Bélgica ([www.oxfamsol.be](http://www.oxfamsol.be))

Oxfam Brasil ([www.oxfam.org.br](http://www.oxfam.org.br))

Oxfam Canadá ([www.oxfam.ca](http://www.oxfam.ca))

Oxfam França ([www.oxfamfrance.org](http://www.oxfamfrance.org))

Oxfam Alemanha ([www.oxfam.de](http://www.oxfam.de))

Oxfam GB ([www.oxfam.org.uk](http://www.oxfam.org.uk))

Oxfam Hong Kong ([www.oxfam.org.hk](http://www.oxfam.org.hk))

Oxfam IBIS (Dinamarca) ([www.oxfamibis.dk](http://www.oxfamibis.dk))

Oxfam Índia ([www.oxfamindia.org](http://www.oxfamindia.org))

Oxfam Intermón (Espanha)

([www.oxfamintermon.org](http://www.oxfamintermon.org))

Oxfam Irlanda ([www.oxfamireland.org](http://www.oxfamireland.org))

Oxfam Itália ([www.oxfamitalia.org](http://www.oxfamitalia.org))

Oxfam México ([www.oxfammexico.org](http://www.oxfammexico.org))

Oxfam Nova Zelândia ([www.oxfam.org.nz](http://www.oxfam.org.nz))

Oxfam Novib (Holanda) ([www.oxfamnovib.nl](http://www.oxfamnovib.nl))

Oxfam Québec ([www.oxfam.qc.ca](http://www.oxfam.qc.ca))

Oxfam África do Sul ([www.oxfam.org.za](http://www.oxfam.org.za))

Observador:

KEDV (Oxfam Turquia)

